



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS CERES
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

FERNANDO JOSÉ ALVARENGA DE MORAES

A INFLUÊNCIA DA DEMOGRAFIA NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EAD

CERES - GO

2025

FERNANDO JOSÉ ALVARENGA DE MORAES

A INFLUÊNCIA DA DEMOGRAFIA NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EAD

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Ceres do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Manoel C. B. Cardoso

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fatima Suely R. Cunha

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macroprojeto: Organização de espaços pedagógicos na EPT

CERES - GO

2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

M828 José Alvarenga de Moraes, Fernando
A INFLUÊNCIA DA DEMOGRAFIA NA PERMANÊNCIA
DOS ALUNOS NA EAD / Fernando José Alvarenga de Moraes.
Ceres 2025.

81f. il.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Manoel C. B. Cardoso.
Coorientadora: Prof^a. Dra. Fatima Sueley R. Cunha.
Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de
0333244 - Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica (Campus Ceres).

1. Educação a Distância. 2. Evasão escolar. 3. Permanência. 4.
Perfil sociodemográfico. 5. Educação Profissional e Tecnológica.
I. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

☐ Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Fernando José Alvarenga de Moraes

Matrícula:

2022103332440040

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 30/01/2026

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☒ Sim ☐ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.



Documento assinado digitalmente
FERNANDO JOSÉ ALVARENGA DE MORAES
Data: 30/01/2026 16:38:42 -0300
Verifique em <https://validar.ifg.gov.br>

Ceres, GO

Local

30/01/2026

Data

Cliente e de acordo:

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais



Assinatura do(a) orientador(a)

Documento assinado digitalmente

FLAVIO MANOEL COELHO BORGES CARDOSO
Data: 31/01/2026 11:08:11 -0300
Verifique em <https://validar.ifg.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 43/2025 - DSPGPI-CE/GPP/CMPC/IFGOIANO

ATA Nº/ 112 DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09:30 (nove horas e trinta minutos), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Prof. Dr. Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso (orientador), Profª. Dra. Fatima Suely Ribeiro Cunha (coorientadora), Profª. Dra. Denise Dias (avaliadora interna) e Prof. Dr. Frederico Dourado Rodrigues Moraes (avaliador externo), sob a presidência do primeiro, em sessão pública realizada de forma online pelo Google Meet, para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Fernando José Alvarenga de Moraes**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi **APROVADA** e o Produto Educacional foi **APROVADO e VALIDADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.

Observações:

Prof. Dr. Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso
Presidente da Banca e Orientador
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Profª. Dra. Fatima Suely Ribeiro Cunha
Coorientadora
Instituto Federal – Campus Morrinhos

Profª. Dra. Denise Dias
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Prof. Dr. Frederico Dourado Rodrigues Moraes
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Goiás

Documento assinado digitalmente
FREDERICO DOURADO RODRIGUES MORAES
Data: 25/09/2025 14:02:54-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Manoel Coelho Borges Cardoso**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/09/2025 16:04:24.
- **Denise Dias**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/09/2025 06:52:47.
- **Fatima Suely Ribeiro Cunha**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/09/2025 10:10:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/09/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 743392
Código de Autenticação: b54bf53973



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100

Dedico este trabalho àqueles que sustentam,
silenciosamente, os sonhos dos outros.

Aos que estão nos bastidores das conquistas,
oferecendo apoio, palavras de encorajamento,
escuta atenta e presença constante,
mesmo quando não são vistos ou lembrados.

Dedico a todos que escolhem ser abrigo
nas tempestades alheias,
que acreditam quando o outro dúvida,
que seguram a mão quando o caminho parece ruir.

Aos que compreendem as ausências,
respeitam os silêncios e
permanecem firmes mesmo sem aplausos.

Vocês são a força invisível que torna possível
cada recomeço.

Cada linha deste trabalho carrega, em essência,
a gratidão por vocês existirem.

AGRADECIMENTOS

Com imensa gratidão e reverência, início este momento de agradecimento dirigindo minhas primeiras palavras ao Senhor Jesus Cristo. Foi Ele quem sustentou minha caminhada, quem me fortaleceu nos dias de cansaço, me levantou nas madrugadas silenciosas e acalmou meu coração nas tempestades que se abateram sobre mim. Sem Sua Presença, Seu Consolo e Sua Direção, este processo jamais teria sido possível. Cada passo foi guiado por Sua Graça, e cada conquista é, antes de tudo, para Honra e Glória do Seu Nome.

Ao lado Dele, agradeço com todo o meu amor à minha esposa Margareth e ao meu filho João Paulo. Eles foram o alicerce humano que suportou minha instabilidade, que acolheu minhas dores e aguentou minhas ausências. Nos momentos em que eu estava tomado pela dúvida, pela exaustão ou pelo medo, foram eles que me ofereceram abrigo, carinho e paciência. Em meio às minhas crises, permaneceram firmes, suportando comigo o peso emocional e espiritual de uma jornada que muitas vezes me desafiou além dos meus próprios limites.

Aos meus professores, que foram muito mais que transmissores de conteúdo: foram verdadeiros provocadores de pensamento. Eles desafiaram minhas certezas, ampliaram minha visão e me mostraram que a educação é, acima de tudo, um ato de coragem, compromisso e transformação. Cada aula, cada leitura, cada debate foi um convite a enxergar o mundo com mais sensibilidade e profundidade. Devo a eles a desconstrução de velhos paradigmas e a edificação de um novo olhar sobre a prática educativa.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de turma, com quem compartilhei não só aprendizados, mas angústias, desafios, incertezas e muitas conquistas. Em cada troca, cada grupo de estudo, cada mensagem de apoio ou silêncio compreensivo, encontrei solidariedade e respeito. Caminhar ao lado de pessoas tão comprometidas e resilientes tornou essa jornada mais leve e significativa. A presença de vocês me ensinou que não se trata apenas de alcançar um título, mas de construir juntos uma trajetória de sentido e transformação.

Mas é aos meus orientadores que devo uma gratidão ainda mais profunda. Foram eles que estiveram comigo nos momentos mais cruciais, que acreditaram em meu potencial quando até eu mesmo duvidava. Suas palavras firmes, seus conselhos pacientes e, principalmente, sua persistência foram fundamentais para que eu não desistisse. Quando eu queria parar, eles me

lembravam por que comecei. Quando me sentia incapaz, eram suas orientações que reacendiam em mim a chama da esperança.

Eles não apenas corrigiram meus textos; corrigiram também minha postura diante do saber, da pesquisa e da vida. Ensinaram-me, com o exemplo, que o verdadeiro educador não desiste de seu aluno, e que o conhecimento se constrói com empatia, exigência e respeito. A cada encontro, aprendi um pouco mais sobre o valor da escuta, da humildade intelectual e da perseverança.

Este mestrado não foi apenas uma etapa acadêmica. Foi um processo de reconstrução interior, de amadurecimento pessoal e espiritual. Enfrentei noites longas, revisões exaustivas, questionamentos profundos sobre meu propósito e meu lugar no mundo da educação. E em todos esses momentos, sempre havia uma mão estendida, uma palavra amiga, uma presença silenciosa dizendo: continue.

Hoje, ao olhar para trás, vejo que não caminhei sozinho. Cada conquista carrega um pedaço de todos aqueles que me acompanharam, que oraram por mim, que torceram em silêncio, que entenderam minhas ausências e celebraram minhas pequenas vitórias. O caminho foi árduo, mas a colheita é abundante — não apenas em títulos, mas em crescimento, transformação e fé renovada.

A todos, minha eterna gratidão. Que este não seja um ponto final, mas uma vírgula — uma pausa de gratidão antes de novos começos.

Meu mais profundo...

.... MUITO OBRIGADO!!!!

"A mente aberta não é uma mente vazia, mas uma mente capaz de abandonar velhas crenças quando novas evidências surgem."

(DEWEY, 2023)

RESUMO

A Educação a Distância (EAD) tem se consolidado como estratégia relevante para a democratização do acesso à educação, especialmente na formação técnica e profissional. Contudo, as elevadas taxas de evasão ainda representam um obstáculo para sua efetividade, exigindo análises aprofundadas sobre os fatores que influenciam a permanência dos estudantes. Este trabalho teve como objetivo investigar o impacto das características sociodemográficas na evasão escolar nos cursos técnicos EAD do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), no período de 2018 a 2023. Foram consideradas variáveis como idade, gênero, renda e origem étnica. A pesquisa, de natureza quantitativa, utilizou dados secundários obtidos na Plataforma Nilo Peçanha, com análise de 7.005 matrículas. Verificou-se que apenas 20% dos estudantes concluíram o curso, enquanto 80% evadiram. A evasão revelou-se mais acentuada entre adultos, idosos, pessoas de baixa renda e mulheres, sugerindo que fatores como sobrecarga de responsabilidades, falta de suporte institucional e dificuldades de acesso à tecnologia influenciam diretamente esse fenômeno. Observou-se, ainda, significativa omissão de dados relativos à renda (88%) e à raça/cor, o que comprometeu análises interseccionais mais precisas e a formulação de políticas públicas eficazes. Diante disso, propôs-se a criação de um Guia de Análise de Perfil de Alunos, com o intuito de subsidiar gestores na personalização de estratégias pedagógicas e de permanência na EAD. As limitações do estudo estão relacionadas à incompletude das bases de dados institucionais, especialmente quanto à diversidade de gênero e à situação socioeconômica dos discentes. Recomenda-se o aprimoramento dos mecanismos de coleta e sistematização de dados e o desenvolvimento de pesquisas futuras com metodologias mistas e instrumentos sensíveis à pluralidade estudantil. Conclui-se que a evasão na EAD deve ser enfrentada por meio de políticas inclusivas que assegurem não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e equitativa dos estudantes.

Palavras-chaves: Educação a Distância; Evasão escolar; Permanência; Perfil sociodemográfico; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

Distance Education (DE) has become a relevant strategy for democratizing access to education, especially in technical and professional training. However, high dropout rates remain a significant challenge, requiring in-depth analysis of the factors that influence student retention. This study aimed to investigate the impact of sociodemographic characteristics on school dropout in technical distance education courses at the Instituto Federal Goiano (IF Goiano), between 2018 and 2023. Variables such as age, gender, income, and ethnic background were considered. This quantitative research used secondary data from the Nilo Peçanha Platform, analyzing 7,005 student enrollments. It was found that only 20% of students completed the course, while 80% dropped out. Dropout rates were higher among adults, the elderly, low-income individuals, and women, suggesting that workload, lack of institutional support, and difficulties in accessing technology are key influencing factors. There was also a significant omission of data related to income (88%) and race/ethnicity, which hindered more precise intersectional analyses and the development of effective public policies. Based on the findings, a Student Profile Analysis Guide was proposed to assist institutional managers in personalizing pedagogical and retention strategies in distance education. The study's limitations are related to the incompleteness of institutional databases, especially regarding gender diversity and students' socioeconomic conditions. It is recommended to improve data collection and management mechanisms and to develop future research using mixed methods and tools sensitive to student diversity. It is concluded that dropout in DE must be addressed through inclusive policies that ensure not only access but also qualified and equitable retention of students.

Keywords: Distance Education; School dropout; Retention; Sociodemographic profile; Vocational and Technological Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis dependentes consideradas nesse estudo preliminarmente..... 41

Quadro 2 – Variáveis independentes consideradas nesse estudo preliminarmente..... 41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Permanência dos Alunos EAD no IF Goiano.....	43
Gráfico 2 - Permanência por ano dos alunos EAD do IF Goiano.....	44
Gráfico 3 – Clusters de Evasão e Conclusão – EAD IF Goiano (2028-2023)	46
Gráfico 4 - Permanência por gênero dos alunos EAD do IF Goiano.....	47
Gráfico 5 – Clusters da Evasão e Conclusão por Gênero na EAD.....	48
Gráfico 6 - Permanência por faixa etária dos alunos EAD do IF Goiano.....	50
Gráfico 7 – Clusters da Evasão e Conclusão por Faixa Etária na EAD.....	51
Gráfico 8 - Permanência por raça/etnia dos alunos EAD do IF Goiano.....	54
Gráfico 9 – Clusters da Evasão e Conclusão por Raça/Etnia na EAD.....	56
Gráfico 10 - Permanência por renda familiar mensal dos alunos EAD do IF Goiano.....	57
Gráfico 11 – Clusters da Evasão e Conclusão por Renda na EAD.....	59

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIAR	Centro Integrado de Aprendizagem em Rede
COTEC	Colégios Tecnológicos de Goiás
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CSV	<i>Comma-Separated Values</i>
EAD	Educação à distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FATESG	Faculdade Senai de Tecnologia do Estado de Goiás
IFG	Instituto Federal de Goiás
IF Goiano	Instituto Federal Goiano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNP	Plataforma Nilo Peçanha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO 1 – A EMANCIPAÇÃO HUMANA, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, A EVASÃO ESTUDANTIL E SUA RELAÇÃO COM A DEMOGRAFIA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
1.1 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA	23
1.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	26
1.3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)	28
1.4 A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO.....	31
1.5 A RELAÇÃO DA DEMOGRAFIA NA EVASÃO DA EAD	34
 CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
2.1 COLETA DE DADOS.....	40
2.2 ANÁLISE DE DADOS.....	42
 CAPÍTULO 3 - RESULTADOS	45
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
 6 PRODUTO EDUCACIONAL	66
6.1 DESCRIÇÃO TÉCNICA	67
 REFERÊNCIAS	69
 APÊNDICE A – SUBMISSÃO	81

INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, a Educação a Distância (EAD) vem se afirmando como uma alternativa para ampliar e democratizar o acesso tanto ao ensino superior quanto à educação profissional. Com o crescimento exponencial da utilização de plataformas digitais e a diversificação dos métodos de ensino, a EAD tem sido utilizada como uma solução para atender às demandas educacionais de uma população cada vez mais heterogênea.

A EAD tem sido uma das primeiras estratégias utilizadas como alternativa diante da escassez de oportunidades, buscam reduzir o distanciamento do conhecimento que, por diferentes razões, deixa de ser acessível, seja em função das longas distâncias geográficas ou da sobreposição de horários entre trabalho, escola e responsabilidades domésticas. Nesse contexto, muitos indivíduos acabam optando por esse formato de formação. (Vriesmann; Rodrigues; Ribas, 2021). A EAD é uma modalidade de ensino mediada por ferramentas tecnológicas em que alunos e professores ficam fisicamente separados em áreas distintas. Contudo, são encontrados em ambientes presenciais de ensino-aprendizagem a distância (Moran, 2015). Essa modalidade é regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC) e para que uma Instituição de Ensino ofereça um curso EAD e alguns casos pode ser autorizado por Conselhos de Educação Estaduais é necessário ter a autorização e o credenciamento dos cursos ofertados (Fernandes; Henn; Kist, 2020).

A EAD está em trajetória ascendente e tem como marco legal a lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação – LDB/1996. Assim, o artigo 80 deste documento orienta que a EAD será encorajada pelos Poderes Públicos e deve ser proposto pelos estabelecimentos credenciados cabendo a União os encargos de Regulamentação do desbloqueio dos exames assim como o registro de Diplomas (Chagas, 2015).

A pandemia de COVID-19 trouxe a tona a crescente necessidade da adoção da EAD, tanto em cursos superiores quanto em técnicos, levando Instituições de ensino a implementarem rapidamente plataformas digitais para garantir a continuidade do aprendizado. Essa mudança repentina não apenas ampliou o acesso à educação, mas também evidenciou a importância da tecnologia na formação profissional e acadêmica (MEC, 2020). Os dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) corroboram essa tendência, destacando que a EAD tem se consolidado como uma opção preferencial para muitos estudantes em busca de flexibilidade e acessibilidade. O relatório de 2021 da ABED revela que a modalidade de EAD em cursos técnicos está em ascensão, refletindo a necessidade de formação contínua e adaptativa em um mercado de trabalho em transformação constante (ABED, 2021). Assim, a

análise das taxas de crescimento da EAD no Brasil, tanto em cursos superiores quanto técnicos, é essencial para entender e, procurar equalizar, os desafios e as oportunidades que essa modalidade apresenta.

O Estado legítima assim a EAD, como se essa modalidade de ensino fosse capaz de suprir a falta de Educação, ampliando seu acesso a todos (Chagas, 2015). É esperado que do ponto de vista pedagógico a EAD redefinirá completamente o modelo de aprendizagem. Um ponto fundamental diz respeito à falta de experiência acadêmica dos alunos e a sua formação limita-se as aulas “tutoriais” e não abrange as dimensões fundamentais da investigação e da análise aprofundada. Considera-se também que estes estudantes não se aproximam de movimentos coletivos, como o movimento estudantil (Fernandes, 2020).

O Setor Privado parece ter total interesse em fazer acontecer a EAD, pois proporciona maiores benefícios através da redução de custos. Por outro lado, este tipo de ensino apresenta-se como vantajoso do ponto de vista governamental, porque permite a “inclusão” de diversos tipos de públicos como: idosos, pessoas de baixa renda, moradores de localidades de difícil acesso, entre outros, que antes não conseguia ter acesso à Educação. Essas e outras características são predominantes na sociedade para endossar que a EAD envolve e garante a todos o acesso ao Ensino (Chagas, 2015).

Mas o que se sabe é que a formação nesta perspectiva não é efetivo e baseia-se na falsa impressão de que o problema da educação está resolvido: a falta de acesso. Com acesso, todos poderão estudar e só quem não quiser não poderá fazê-lo. Porém, sabemos que apesar da expansão da Educação, parece que ela não vem acompanhada de uma formação de qualidade, transformando a Educação em objeto de comercio ou objeto comercial, onde o aluno é o cliente consumidor e a Instituição a emissora de Diplomas (Koike, 2009).

Com o advento da EAD, os debates sobre a evasão e as formas de superá-las vêm ganhando mais importância uma vez que as taxas de evasão em cursos e programas de EAD suplantou os cursos presenciais nos seus mais diversos níveis (Oliveira, 2020).

A evasão estudantil continua figurando entre os maiores desafios enfrentados pelas instituições responsáveis pela oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância. As taxas de evasão podem variar significativamente, com médias em torno de 40% e, em alguns casos, ultrapassando 75% e são diversos os fatores que podem vir a contribuir para esse fenômeno, onde no estudo de Costa e Santos (2024); Vilarinho (2017) destaca que a evasão não pode ser atribuída a uma única causa, sendo influenciada por aspectos pessoais, institucionais e sociais.

Entre os fatores pessoais, a falta de tempo para estudar e a necessidade de conciliar trabalho e estudo são frequentemente mencionados. No âmbito institucional, a qualidade do suporte pedagógico oferecido aos alunos é crucial (Pereira; Rodrigues, 2012).

No estudo de Pereira; Rodrigues (2012) aponta que a ausência de interação efetiva entre alunos e tutores, bem como a falta de domínio dos tutores sobre o conteúdo das disciplinas, contribuem para o sentimento de isolamento e desmotivação dos estudantes. Além disso, a infraestrutura tecnológica desempenha um papel significativo na permanência dos alunos nos cursos EAD. Ressalta ainda que muitos estudantes enfrentam dificuldades no uso de ambientes virtuais de aprendizagem devido à falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas.

O abandono escolar não é um problema limitado a algumas modalidades ou unidades escolares, mas é um problema generalizado que tem desempenhado um papel importante nos debates educacionais no cenário nacional. Por isso, educadores e pesquisadores se preocupam com as pessoas (crianças, jovens e adultos) que vão à escola e que lá não permanecem. Diversas ações nas Instituições de Ensino têm sido planejadas, representadas e executadas pelos diversos atores da educação trabalham para que os alunos sejam aceitos, matriculados, permaneçam e assim, concluam seus estudos, porém a tenacidade na escola não é garantida (Ceratti, 2008).

Apesar de muito discutida a maioria dos estudos concentra-se, na sua grande parte, na taxa e no número de estudantes que abandonam os estudos sem se aprofundar nas causas deste fenômeno. A escassez de estudos analíticos centrados nos determinantes do desgaste estudantil é clara e pouco se tem dedicado a propor medidas preventivas ou a ações que visem compreender as causas deste problema. Embora as escolas e os seus representantes estejam preocupados com o abandono escolar dos alunos, estes apenas identificam como sintomas deste problema, alunos desmotivados ou com dificuldades de aprendizagem (INEP, 2017).

A EAD responde ao fato de, em alguns casos, não haver possibilidade de diminuir a distância do conhecimento por determinados motivos, entre eles: longas distâncias; horários muito rígidos que coincidem com horário de trabalho, entre outras e isso faz com que muitas pessoas optem por esse tipo de formação (Fernandes, 2024; Camelo, 2025). Porém, fazer da EAD a verdadeira forma de inclusão e não um movimento de aumento de estatístico ou mesmo um meio de aumentar lucros, tratando a metodologia necessária a EAD como uma simples disponibilização de conteúdo, faz da Educação um *Self Service*, que não promove o desenvolvimento dos indivíduos, transforma a EAD no vilão da Educação.

A EAD, corretamente estruturada, poder trazer benefícios econômicos e sociais, sobretudo ao Brasil, dado o seu vasto território e as grandes disparidades educacionais. Entre as vantagens a EAD tem a possibilidade de organizar cursos superiores em áreas distantes dos

grandes centros, em locais que sofrem com a falta de profissionais realmente qualificados. Porém, independentemente do caráter atrativo, motivador e prazeroso dos cursos no ambiente virtual, esses apresentam queda significativa na frequência dos alunos (Alvarez; Alves; Matos, 2021).

Embora algumas investigações aborde a questão do abandono escolar precoce, a maior parte destas, parece centrar-se no ensino básico (ensino fundamental), mas sem olhar mais de perto para a educação profissional (Silva; Castioni; Martínez, 2021). Nesse sentido, há necessidade de estudos que tragam a luz os motivos pelos quais os estudantes no Brasil não conseguem concluir o ensino técnico e, além destes, o ensino técnico na área de EAD. No entanto, a permanência dos alunos nesse modelo educacional tem se mostrado um desafio significativo, especialmente quando analisada sob a perspectiva demográfica.

A demografia, com suas variáveis como idade, gênero, localização geográfica e condição socioeconômica, desempenha um papel crucial na experiência educacional dos alunos. Segundo Klaus (2025), a análise demográfica permite compreender as barreiras que os alunos enfrentam na EAD, influenciando diretamente suas taxas de permanência e sucesso acadêmico. A análise dos dados demográficos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que possam aumentar a retenção dos alunos e, conseqüentemente, melhorar os índices de conclusão nos cursos à distância. De acordo com Araujo et al (2024), o mapeamento de perfis demográficos específicos pode contribuir para a personalização das práticas pedagógicas, favorecendo a construção de um ambiente mais inclusivo e capaz de responder de forma efetiva às necessidades de todos os estudantes.

Ainda, a pesquisa de Fernandes (2024) aponta que a localização geográfica pode influenciar no acesso à tecnologia e à internet, fatores determinantes para a participação efetiva dos alunos na EAD. Em regiões mais remotas, a falta de infraestrutura pode ser um obstáculo significativo, levando a altas taxas de evasão. Este fenômeno é corroborado por Araujo et al (2024) que discute a importância de políticas públicas que visem a inclusão digital como forma de garantir a permanência dos alunos no ensino a distância. Conforme Araujo et al (2024), as experiências de alunos de diferentes origens sociais podem variar amplamente, influenciando suas expectativas e resultados na EAD.

A compreensão da motivação dos alunos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias educacionais eficazes que venham a contribuir com a permanência destes em sala de aula. A influência da demografia, incluindo variáveis como idade, gênero, renda e origem étnica, tem sido cada vez mais reconhecida como um fator significativo na motivação dos alunos para o aprendizado.

A idade dos alunos pode impactar sua motivação de várias maneiras. Por exemplo, indivíduos mais jovens podem ter motivações diferentes daquelas dos alunos mais velhos, que podem estar mais focados em objetivos de carreira ou autodesenvolvimento. Compreender como a idade influencia a motivação pode ajudar os educadores a adaptarem suas abordagens para atender às necessidades específicas de diferentes faixas etárias. Além disso, o gênero também desempenha um papel importante na motivação dos alunos.

Da mesma forma, a origem étnica e a realidade financeira dos alunos podem influenciar sua motivação para o aprendizado. Fatores culturais, sociais e familiares, somados a situação financeira, podem desempenhar um papel significativo na maneira como os alunos se envolvem com o conteúdo e as atividades escolares. Compreender essas influências pode ajudar os educadores a criarem ambientes de aprendizagem mais culturalmente sensíveis e motivadores.

Portanto, investigar a influência da demografia na motivação dos alunos é crucial para informar práticas educacionais mais eficazes e equitativas. Ao reconhecer e entender as diferentes motivações dos alunos com base em sua demografia, pode-se criar experiências de aprendizagem mais envolventes e personalizadas, promovendo assim o sucesso acadêmico e o bem-estar dos estudantes.

O presente estudo teve como problema de pesquisa compreender de que forma as características sociodemográficas influenciam a permanência dos estudantes na modalidade de Educação a Distância (EAD) do Instituto Federal Goiano, em Goiás. Observa-se que, apesar da expansão da EAD como estratégia de democratização do acesso ao ensino, ainda persistem desafios relacionados à evasão, os quais podem estar associados a fatores como gênero, idade, raça/etnia e renda. Nesse sentido, busca-se analisar em que medida tais variáveis impactam na trajetória acadêmica dos alunos e quais relações podem ser estabelecidas entre o perfil sociodemográfico e a continuidade dos estudos, contribuindo, assim, para a reflexão e formulação de práticas institucionais voltadas à melhoria das políticas de permanência estudantil no IF Goiano.

Portanto, este trabalho teve como objetivo primário realizar uma análise de fatores como gênero, idade, raça/etnia e renda podem ou não influenciar na permanência dos alunos na Educação a Distância do IF Goiano/GO, e especificamente buscar identificar padrões de permanência entre diferentes faixas etárias; investigar se há diferenças significativas na permanência entre alunos de diferentes faixas etárias; analisar o impacto da renda familiar na permanência dos alunos de alunos; explorar a relação entre a origem étnica dos alunos e sua permanência e, com isso, propor estratégias que possam contribuir para a melhoria das taxas de retenção.

Através da análise de dados recentes e da revisão da literatura, pretendeu-se traçar um panorama que possibilite uma compreensão mais ampla desse fenômeno, contribuindo para o entendimento da EAD como um espaço de aprendizagem inclusivo e acessível além da criação de um Guia de Análise de Perfil de Alunos para personalização da EAD, contendo orientações para gestores sobre como garantir a qualidade do ensino, a interação eficaz e o sucesso acadêmico em ambientes virtuais com base nos dados analisados.

CAPÍTULO 1 – A EMANCIPAÇÃO HUMANA, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, A EVASÃO ESTUDANTIL E SUA RELAÇÃO COM A DEMOGRAFIA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este referencial teórico tem como objetivo embasar as discussões e análises desenvolvidas ao longo desta dissertação, situando a temática no campo da Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase nos desafios enfrentados no contexto da Educação a Distância (EAD). Para tanto, parte-se da compreensão da educação como instrumento de emancipação humana, reconhecendo seu papel transformador tanto individual quanto coletivamente. Em seguida, discute-se a formação profissional, enquanto processo articulado à preparação para o mundo do trabalho e ao desenvolvimento humano integral.

Diante das mudanças sociais e tecnológicas, a EAD tem se consolidado como uma modalidade relevante para a democratização do acesso ao ensino, especialmente na Educação Profissional. No entanto, essa modalidade também traz consigo grandes desafios relacionados à permanência estudantil, fenômenos que afetam diretamente a efetividade das políticas educacionais e a equidade no acesso ao conhecimento. Por fim, o referencial teórico considera a relação da demografia com a evasão escolar, buscando compreender como fatores populacionais, socioeconômicos e territoriais interferem na trajetória educacional dos estudantes.

1.1 A educação como instrumento de emancipação humana

As categorias de emancipação humana ou educação emancipatória aparecem repetidamente nos discursos educacionais. Mas compreender o seu verdadeiro significado nem sempre é simples ou em alguns casos, desejável. Para isso, é necessário partir de uma base filosófica do vocábulo para esclarecer o significado radical da palavra libertação. A importância desta abordagem reside na necessidade de salvar o conceito de Educação que vai além do simples ensino de competências e saberes, ou seja, mais do que simplesmente envolver as pessoas numa sociedade cada vez mais desigual, através de uma educação precária à serviço do trabalho e mercado, em suma, devemos reconstruir o significado da Educação emancipatória.

Ao analisar as relações de produção sob o capitalismo, ideologia, burguesia, desenvolvimento da capacitância, de produção, luta de classes e os movimentos trabalhistas e socialistas, Marx e Engels desenvolveram algumas das ideias e elementos teóricos que marcaram o início do século XX para a conjectura educacional marxista (Saviani; Lombardi,

2018). De acordo com Viana (2004), sugere-se que a grande virada no pensamento educacional ocorre entre a Pedagogia da Existência e a Pedagogia da Essência.

O que foi chamado de “Pedagogia da Essência” é caracterizado pela ideia de que a Educação ou o conhecimento emerge através do desenvolvimento proveniente de fora do indivíduo, ou seja, como um processo que ocorre “de fora para dentro”, da sociedade para o indivíduo, para o professor e para o aluno. Assim, temos uma ideia distintamente conservadora de Educação que visa a manutenção de uma sociedade burguesa. Essa percepção é caracterizada pela internalização de uma determinada sociedade, de uma determinada cultura, de um determinado conhecimento. Não há dúvida de que por trás de tudo isso existem valores que coincidem com os valores da sociedade existente (Viana, 2004).

O que se chamou de “Pedagogia da Existência” acontece através do desenvolvimento interior, que se baseia em pressupostos opostos ao ensino externo. O conhecimento baseado em conceitos internos representa o desenvolvimento interno do indivíduo. Essa pessoa não nasce sabendo, mas nasce com a capacidade de saber. Cabe ao indivíduo desenvolver essa capacidade e assim adquirir conhecimentos. Consequentemente, existe uma personalidade “coletivista” e/ou “racionalista” que muitas vezes acompanha a primeira, e uma personalidade “individualista” ou “romântica” que muitas vezes acompanha a segunda (Viana, 2004).

Marx (2004) não via a possibilidade de pensar nas pessoas fora das relações sociais. Linguagem, consciência, valores, trabalho, para Marx (2004), tudo isso é social. Historicamente, o ser humano se distanciou da Natureza e passou a se diferenciar do reino animal, começando a se relacionar com a natureza, com os outros animais e com outros humanos, e o fez por meio do trabalho. Assim, desenvolveu-se o trabalho, a cooperação e com essa linguagem, a consciência os valores. Marx (2004) considerava que trabalho e sociabilidade eram elementos inseparáveis. O desenvolvimento da Sociedade é o desenvolvimento do trabalho humano e, portanto, a precarização de uma leva à precarização do outro e assim sendo, a sociedade é baseada no trabalho, que produz os meios materiais de existência (Viana, 2004).

Na obra de Gramsci (1977), também considerada uma importante referência para a produção de conhecimento, o autor analisa de forma detalhada a transformação tanto da natureza quanto do homem, entendendo-a como um processo de humanização. Em diferentes momentos de seus escritos no cárcere, Gramsci (1977) levanta a questão sobre o que é o homem e qual a natureza humana, retomando Marx (2004) nesse debate. Se a resposta à indagação filosófica acerca do homem está no próprio processo de transformação do sujeito, Gramsci (1977) busca compreender de que forma este pode assumir o controle de seu destino, “construir-se a si mesmo” e elaborar a própria existência. Seu objetivo é apreender os limites e

possibilidades que nos definem enquanto sujeitos que “somos nós mesmos os produtores” de nossas vidas e de nosso futuro (Gramsci, 1977).

Ao procurar respostas para estas questões, Gramsci desenvolveu a análise de Marx (2004) e chegou a novos *insights*, no que diz respeito à Sociedade, Política, Cultura e Educação (Dore, 2014). O cenário no qual Gramsci reflete sobre a Educação é marcado pela defesa, por parte dos próprios grupos dominantes, da democratização da Escola Pública, única e laica, tendo o trabalho como eixo estruturante. É a partir dessa referência que o autor passa a discutir questões que não haviam sido exploradas por Marx (2004) e, nesse movimento, Gramsci (1977) elabora novas formulações. Ao tratar dos subtítulos “individual” e “massa”, o pensador analisa a inclinação ao conformismo como elemento constituinte do processo de formação da humanidade coletiva. Isto demonstra que esta tendência cresceu muito mais do que em tempos anteriores e que a standardização do pensamento e do comportamento atingiu proporções gigantescas (Gramsci, 1977).

Ele afirma que a base econômica da humanidade coletiva está relacionada às grandes fábricas, à racionalização e à *taylorização*. A constituição de um grupo de indivíduos está relacionada à posição que estes assumem no âmbito do mundo produtivo. O processo de padronização, entendido como conformidade social, não surge especificamente no fordismo, mas se faz presente ao longo da história. Durante aquele período de reinvenção brutal da indústria *fordista*, houve uma luta entre “Duas Congruências”: A Luta entre Hegemonias e a Crise da Associação Civil. Uma batalha entre uma civilização decadente e uma nova civilização enquanto o ponto de referência do mundo emergente é o mundo da produção do trabalho (Baptista, 2010).

Segundo Gramsci (1977), a formação profissional oferecida nas Escolas Profissionais, amplamente difundidas na Itália, não possui caráter democratizante. A simples qualificação da força de trabalho não representa democratização escolar, mas sim a possibilidade de que cada cidadão tenha condições de se tornar governante, desde que a sociedade lhe proporcione tais oportunidades, ainda que de forma “abstrata”. A compreensão de que a democracia escolar está vinculada à capacidade de formar dirigentes constitui o núcleo da proposta educacional de Gramsci (1977). Para o autor, a função social da Escola não se restringe às metodologias de ensino ou à transmissão de competências, mas ao fato de que cada grupo social dispõe de um modelo específico de escola, destinado à manutenção das estratificações sociais, seja no exercício de funções diretivas ou instrumentais. Nesse sentido, Gramsci defende a criação de uma escola única, de caráter elementar, que até o momento da preparação profissional forme o

jovem como sujeito plenamente apto a pensar, estudar, desenvolver-se, dirigir ou mesmo controlar e orientar aqueles que ocupam posições de direção ou liderança (Gramsci, 1977).

Manacorda (1990) em seu estudo, afirma que Gramsci propõe a Escola Unitária, na base e as Academias e Universidades, no topo, buscando evitar o hiato de continuidade entre elas, seguindo o modelo de circuito, assim a Instituição educativa deveria ser uma forma de organização cultural para aqueles que se dedicam às atividades acadêmicas integradas.

Nesse sentido, Gramsci (Coutinho, 2011) condenou a independência entre universidades e Instituições de Ensino que é o resultado da divisão entre a alta cultura e a vida entre intelectuais e cidadãos e da preocupação das escolas profissionais com a gratificação de benefícios práticos imediatos. Este tipo de escola para cidadãos, embora aclamada como democrática, já não é susceptível de manter a ilusão de que todo cidadão pode ser um governador independentemente de meras qualificações (Manacorda, 1990).

Por isso, Gramsci luta contra as Escolas Tecnológicas interpretando-as como uma Educação que se conforma à lógica do Capital e da Produção, ou seja, como uma Educação que amplia e fortalece o fosso econômico entre as classes. Ao oferecer formação profissional, o Estado democrático cria a impressão de que oferece oportunidades iguais de acesso à Educação para todos e, portanto, a condição assumida de igualdade de oportunidades. A escola formativa e desinteressada proposta por Gramsci não é adequada ao Estado capitalista, que, não sendo ético e educativo, não trabalha para proporcionar a todos os seus cidadãos mesmas condições para se tornar governantes. Contudo, o próprio Gramsci afirma que ao Estado não cabe sequer a tarefa de preservar tal ilusão, denunciando assim esta intencionalidade (Nascimento; Sbardelotto, 2008).

1.2 A Educação Profissional

A Educação Profissional no Brasil tem assumido destaque crescente no cenário das políticas educacionais e frente às exigências do mercado de trabalho. Nos últimos anos, os estudos têm ressaltado a relevância da integração entre a formação técnica e a formação humana, de modo a contemplar não apenas a capacitação profissional, mas também a constituição de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. Para Chaquime et al. (2025), a Educação Profissional deve ser concebida como um processo que ultrapassa a dimensão estritamente técnica. Os autores defendem que a prática educativa precisa estimular o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes uma atuação crítica e reflexiva em seus campos de trabalho. Essa perspectiva é reforçada por Camelo (2025), ao

destacar que a educação profissional deve considerar as particularidades culturais e sociais dos discentes, assegurando uma aprendizagem contextualizada e significativa. Já Machado (2013) evidencia que a Educação Profissional no país historicamente enfrenta obstáculos relevantes, como a fragilidade na articulação entre as instituições de ensino e as demandas produtivas — dificuldade esta que ainda persiste. O autor aponta a necessidade de uma gestão integrada, capaz de fomentar parcerias entre escolas, empresas e órgãos governamentais, garantindo, assim, uma formação alinhada às necessidades do setor produtivo. Além disso, Almeida et al (2020) ressaltam a centralidade da formação continuada dos profissionais da educação, ao argumentarem que a qualificação docente é um elemento essencial para o avanço da qualidade da educação profissional. Os autores defendem que a formação inicial deve ser complementada por processos de formação continuada, que permitam aos educadores atualizarem seus conhecimentos e práticas pedagógicas.

Ferrugini et al., (2014) discute a relevância da Educação Profissional na promoção da inclusão social e da equidade no acesso ao emprego. O autor argumenta que a esta deve ser uma ferramenta de transformação social, proporcionando aos jovens e adultos oportunidades de desenvolvimento e ascensão social.

A Educação Profissional tem se consolidado como tema de amplos debates e pesquisas ao longo dos últimos anos, sobretudo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a adoção de políticas públicas direcionadas à formação técnica e profissional. A análise dessa modalidade educativa evidência não apenas sua relevância para o desenvolvimento social e econômico do país, mas também os obstáculos que persistem em sua consolidação no cenário contemporâneo. Conforme apontam Ferrugini et al. (2014), a Educação Profissional desempenha papel essencial na qualificação de trabalhadores aptos a responder às exigências do mercado de trabalho.

Os estudos apontam que, embora haja avanços, a articulação entre a educação básica e a formação profissional permanece limitada, comprometendo a efetividade dos programas de qualificação (Ferrugini et al., 2014). Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de constante atualização dos currículos nas instituições que ofertam Educação Profissional. Segundo Machado (2013), o acelerado progresso tecnológico impõe que os conteúdos formativos sejam periodicamente revisados, de modo a assegurar que os estudantes desenvolvam competências compatíveis com as novas exigências do mercado de trabalho. Além disso, a literatura que aborda a Educação Profissional recorrentemente enfatiza a inclusão social como dimensão central do debate.

De acordo com Almeida et al. (2025), as políticas públicas em Educação Profissional devem priorizar a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pessoas com deficiência. Nesse sentido, a inclusão não deve ser compreendida apenas como um objetivo a ser alcançado, mas como um princípio estruturante que deve orientar todas as ações nesse campo (Almeida et al., 2025). Outro desafio relevante refere-se à formação docente, já evidenciado por Machado (2013) em estudo anterior, cuja atualidade ainda se mantém. O autor ressalta que a formação continuada dos professores é condição indispensável para a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que, sem o devido preparo, os educadores tendem a se sentir desmotivados e despreparados diante das novas demandas pedagógicas e tecnológicas (Machado, 2013).

A articulação entre escola e comunidade também se apresenta como um ponto de atenção. Para Ferrugini et al. (2014), a Educação Profissional precisa estar mais integrada às realidades locais e às necessidades da comunidade, pois a ausência de vínculos consistentes entre as instituições de ensino e o setor produtivo pode gerar um descompasso entre a formação ofertada e as oportunidades de trabalho disponíveis. Além disso, o tema da infraestrutura escolar não pode ser desconsiderado. Fernandes (2024) aponta que muitas escolas técnicas enfrentam sérias limitações em termos de recursos físicos e tecnológicos, o que compromete a qualidade da formação. Assim, investimentos em infraestrutura tornam-se fundamentais para assegurar um ensino adequado (Fernandes, 2024).

Por fim, a avaliação da Educação Profissional configura-se como um aspecto que exige maior atenção. Conforme De Alcantara e Alcantara (2020), é imprescindível a implementação de sistemas avaliativos que contemplem não apenas os indicadores acadêmicos, mas também a inserção dos egressos no mercado de trabalho, de modo a promover a melhoria contínua dessa modalidade de ensino. Diante desse quadro, evidencia-se que a Educação Profissional no Brasil enfrenta múltiplos desafios que precisam ser superados para que cumpra plenamente sua função de qualificação e inclusão social. A integração entre teoria e prática, a valorização da formação continuada docente, a atualização curricular e a melhoria da infraestrutura institucional configuram-se como eixos centrais a serem tratados de maneira articulada.

1.3 A Educação a Distância (EAD)

A Educação à Distância (EAD) começou, efetivamente, em Boston em 1728 com um curso de taquigrafia por correspondência. Ao longo da história a EAD se apresentou como diferente em diversos países, embora tenham, e muito, o cerne das suas intenções em comum e

nas suas diferentes localidades foi chamada de: aprendizagem ou educação por correspondência no Reino Unido; Trabalho em casa e estudo autônomo nos Estados Unidos; estudo ou ensino à distância na Alemanha; estudo externo na Austrália; Educação a distância ou ensino à distância na França; Educação a distância em Portugal (Maia; Mattar, 2014).

No Brasil, em 19 de dezembro de 2005, pelo Decreto nº. 5.622, que orienta em seu artigo 1º como a Educação a Distância deve ser ofertada:

[...] como modalidade educacional na qual a dimensão didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos. (Brasil, 2005, p.1)

Esta definição constitui também um avanço em relação ao decreto anterior, porque explica a necessidade de os professores desenvolverem a mediação pedagógica e sublinha a competência dos poderes públicos para permitir a EAD como uma ação de inclusão e desenvolvimento social através da Educação e da formação profissional. É neste contexto que a EAD ganha forma e importância, permitindo ultrapassar barreiras, nomeadamente geográficas, e apoiada na evolução das tecnologias de informação e comunicação (Klaus, 2025).

O processo de aprendizagem em EAD é baseado em uma abordagem construtivista que vê os alunos como criadores de seu conhecimento, mas introduzido na Sociedade em uma cultura específica que ajudará a moldar seu conhecimento (Vygotsky, 1989). Essa estrutura de aprendizagem ajuda os alunos a adquirirem novos conhecimentos baseados em conceitos já conhecidos que envolve interação, aprendizado, experiência e erros. O construtivismo de Jean Piaget no fim dos anos setenta demonstrou a necessidade de acumular conhecimento por meio das relações sociais, onde as transações são uma via para a cooperação e o desenvolvimento do trabalho em equipe. Do ponto de vista da teoria de Vygotsky, segundo a qual o homem altera o ambiente e o ambiente altera o homem, toda aprendizagem é necessariamente mediada, o que torna o papel do professor mais ativo do que o previsto por Piaget. Na teoria de Vygotsky nenhum conhecimento é edificado pela pessoa isoladamente, mas sim através dos indivíduos com o grupo, e o professor atua como mediador e a aprendizagem se dá em observar o ambiente (Becker, 2012).

A EAD no Brasil tem se consolidado como uma abordagem significativa para a formação no Ensino Médio, especialmente no contexto da formação tecnológica. Essa modalidade vem se expandindo nos últimos anos, oferecendo oportunidades para estudantes que buscam conciliar seus estudos com outras atividades, como trabalho e família. No entanto,

a EAD também enfrenta desafios que precisam ser analisados para garantir sua eficácia e qualidade. Um estudo realizado por Chaquime et al (2025) aponta que a EAD no Ensino Médio tem se mostrado uma alternativa viável para a inclusão educacional, permitindo que estudantes de diferentes contextos sociais tenham acesso ao conhecimento.

Os autores afirmam que a flexibilidade proporcionada pela EAD é um fator crucial para o engajamento dos alunos, especialmente em regiões onde a oferta de escolas presenciais é limitada. Entretanto, a qualidade da formação oferecida na EaD é uma preocupação constante. Fernandes et al (2023) discutem que muitos cursos de formação tecnológica no Ensino Médio não seguem um padrão de qualidade adequado, o que pode impactar negativamente a formação dos estudantes. Os mesmos autores destacam a necessidade de avaliações mais rigorosas e de um acompanhamento constante por parte das instituições de ensino. A preparação dos professores para atuar na EAD também é um aspecto vital.

De acordo com Chaquime et al (2025) e Quiroga, (2022), a formação docente específica para EAD é fundamental para garantir que os educadores estejam aptos a utilizar as tecnologias de maneira eficaz e a promover um ambiente de aprendizagem colaborativo. A capacitação contínua dos professores pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do ensino.

Outro desafio importante é a infraestrutura tecnológica. Segundo Fernandes (2024), o acesso à internet de qualidade e a dispositivos adequados são fundamentais para o sucesso da EAD. Contudo, muitos estudantes ainda enfrentam barreiras tecnológicas que limitam sua participação em cursos de formação tecnológica. Os autores sugerem que políticas públicas voltadas para a inclusão digital sejam implementadas para garantir que todos os alunos tenham acesso às ferramentas necessárias. A interação entre alunos e tutores é crucial para a aprendizagem no ambiente virtual. Os estudos de Mallmann; Catapan (2010) já ressaltavam que a falta de interação poderia levar à desmotivação e ao abandono dos cursos. Para contornar essa situação, os autores defendem a utilização de metodologias ativas e de estratégias de mediação pedagógica que estimulem a participação dos alunos.

Além disso, a percepção social da EAD no Ensino Médio é um fator a ser considerado. Chaquime et al (2025) destacam que, apesar do crescimento da modalidade, ainda existe um estigma em relação à EAD, que é frequentemente vista como inferior à educação presencial. Essa visão pode impactar a motivação dos alunos e a valorização dos diplomas obtidos, sendo necessário promover campanhas de conscientização para reverter essa percepção.

As práticas avaliativas na EAD também merecem destaque. Segundo Santos; Vilarinho (2020), as avaliações devem ser adaptadas para o ambiente virtual, utilizando metodologias que

promovam uma avaliação formativa e contínua. A implementação de feedback regular e a diversificação das formas de avaliação são estratégias que podem enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos. A formação tecnológica no Ensino Médio, por meio da EAD, pode ser uma ferramenta poderosa para a inclusão social e para a promoção de oportunidades de trabalho. Chaquime et al (2025) argumentam que essa modalidade permite que estudantes adquiram habilidades técnicas essenciais, preparando-os para o mercado de trabalho de uma maneira acessível e flexível.

1.4 A permanência estudantil e a evasão

A Constituição Federal do Brasil de 1988 e a LDB 9.394/96 estabelecem o direito à Educação para todos como responsabilidade do Estado e da família. A Educação deve ser incentivada e promovida aproximando a sociedade para o desenvolvimento social global, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania. O artigo 53.º estabelece que as crianças e os jovens devem ter direito à Educação e é defendido o direito ao desenvolvimento pessoal, com o objetivo de prepará-los para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho, garantindo a igualdade nas condições de acesso e permanência ao emprego e à escola (Brasil, 2020).

Apesar de o direito à Educação ser garantido por Lei, problemas financeiros, necessidade de trabalhar, desmotivação, dificuldades de aprendizagem, maternidade, violência, dependência etc., tem sido obstáculos que são, em muitas vezes, intransponíveis para a permanência na escola (Ashtiani, 2021; Alvarez; Alves; Matos, 2021; Dore; Lüscher, 2011; Silva; Pereira, 2020). O crescente número de vagas escolares é uma realidade, mas o que não é pouco percebido ou negligenciado é a taxa de abandono escolar e isso pode aumentar a desigualdade social.

O acesso e a permanência na Educação extrapolam a dimensão do indivíduo e da própria instituição escolar, configurando-se como um ato político que envolve relações de poder e articulações entre diferentes setores da sociedade na busca por soluções para seus desafios (Santos; Bastos; Oliveira, 2020). Para compreender de maneira mais ampla as características e definições que permeiam a permanência e a evasão escolar, torna-se necessário apresentar alguns conceitos relacionados a esse fenômeno. A evasão pode ser entendida como o abandono do curso, rompendo o vínculo anteriormente estabelecido, seja pela não renovação da matrícula ou pela ausência de manifestação de continuidade na instituição de ensino (Brasil, 2015).

Esse fenômeno caracteriza-se, portanto, como abandono sem intenção de retorno, já que a não renovação da matrícula implica o encerramento do vínculo entre estudante e escola. Apesar das definições já sistematizadas, ainda é preciso avançar na análise das causas que levam tantos alunos a desistirem da escolarização. Embora as denominações, conceituações e motivações variem, a evasão escolar se apresenta como um problema enfrentado por diversos países, constituindo-se em um resultado indesejável quando o estudante, mesmo inserido no sistema educacional, opta por não prosseguir seus estudos ou é forçado a abandoná-los por não atender aos requisitos necessários à continuidade de sua trajetória escolar (Zengin, 2021).

Com o passar do tempo, as investigações sobre evasão escolar têm ganhado maior relevância, identificando variáveis que podem ser determinantes para a formulação de estratégias de enfrentamento desse desafio. De acordo com Branco et al (2020), é possível reconhecer três grandes categorias de fatores que influenciam esse processo: os relacionados ao próprio indivíduo e suas condições pessoais; os vinculados ao funcionamento interno das instituições de ensino; e aqueles que se situam fora do espaço escolar. Já Dore e Lüscher (2011) destacam a importância de considerar, desde a forma como o estudante se insere no contexto social mais amplo — abrangendo aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e educacionais — até suas escolhas, aspirações e possibilidades individuais.

Entre os aspectos relacionados às características dos estudantes em sua trajetória acadêmica, destacam-se fatores como: capacidade de aprendizagem, conciliação entre estudo e trabalho diante das expectativas do mercado, descoberta de novos interesses pessoais e acadêmicos, escolha precoce da profissão, nível de conhecimento adquirido em experiências anteriores em outras instituições de ensino, desconhecimento acerca do curso escolhido, além de questões de ordem pessoal e familiar, incluindo dificuldades financeiras (Brasil, 2015).

No que se refere aos fatores institucionais, sobressaem-se elementos como infraestrutura, currículo, gestão escolar, rigidez curricular, ausência de programas de assistência estudantil em número suficiente, condições de formação e valorização docente, carências na infraestrutura física, material e tecnológica, além da necessidade de equipes qualificadas. Também se incluem nesse campo as políticas públicas voltadas à ocupação de vagas, práticas didáticas e a relação estabelecida entre família e escola (Brasil, 2015).

No caso dos cursos técnicos integrados, os fatores mais recorrentes dizem respeito a dificuldades de relacionamento entre professores e estudantes, inadequação das metodologias de ensino ao perfil dos discentes, limitações para a realização de aulas práticas e estágios curriculares, sobrecarga da carga horária semanal, falta de integração curricular, inadequação

da organização escolar em ciclos bimestrais, bem como a ausência de acompanhamento e suporte pedagógico adequado (Alvarez; Alves; Matos, 2021).

Fatores externos à Instituição educacional estão frequentemente relacionados como problemas econômicos e sociais dos estudantes. Isso pode ser devido às necessidades, ao desenvolvimento tecnológico, à situação econômica e social, à necessidade de trabalhar paralelamente aos estudos, à falta de investimento nas Instituições de Ensino, ao pouco reconhecimento social do curso (Brasil, 2014). Em relação à aparência externa, os únicos fatores identificados manifestam-se por dificuldades relacionadas as viagens ou transporte, condições de vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante e mudanças de cidade ou alojamento. Essas motivações permeiam questões materiais diretamente ligadas à condição econômica e social dos sujeitos (Alvarez; Alves; Matos, 2021).

O acesso a abrangência e a capacitância de agregar indivíduos devem ser enfatizados na EAD. Nesse sentido, conforme afirmam Ferrugini et al. (2014), acredita-se que o primeiro passo já foi dado. A qualidade da EAD depende de uma série de fatores que envolvem desde o planejamento da implantação do curso até a adequada seleção, qualificação e desenvolvimento de competências específicas dos profissionais envolvidos, além constante acompanhamento e avaliação dos cursos.

No entanto, a utilização das tecnologias de informação e comunicação na EAD é muitas vezes apontada como a principal causa do abandono escolar desta modalidade, que não se limita as dificuldades de acesso à escola, mas à tecnologia, que apesar da sua relevância, não deve ser considerada o único fator, como afirmam Salvucci, Lisboa e Mendes (2012). A evasão escolar não deve ser considerada algo inevitável ou mesmo inerente a esta modalidade de ensino-aprendizagem (EAD), mas sim como um problema inerente à gestão dos cursos à distância. Cabe aos educadores e pesquisadores que atuam nessa área identificar as causas, prevenir sua ocorrência e tentar reduzi-las (Bruno-Faria; Franco, 2012).

Segundo Klaus (2025), a compreensão dos fatores que levam à evasão na EAD é crucial para a formulação de estratégias que promovam a permanência dos alunos. Os estudos apontam que a falta de interação entre alunos e tutores é um dos principais fatores que contribuem para a desistência. O distanciamento físico pode gerar uma sensação de isolamento, levando os estudantes a se sentirem desmotivados. Além disso, Camelo (2025) traz que a gestão do tempo é um aspecto crítico; muitos alunos subestimam o compromisso necessário para concluir um curso a distância, resultando em sobrecarga e eventual desistência. Outro aspecto relevante é o perfil dos estudantes da EAD.

De acordo com Araujo et al (2024), muitos alunos que optam por essa modalidade vêm de contextos socioeconômicos vulneráveis, onde as demandas familiares e profissionais podem interferir na continuidade dos estudos. Essa realidade é corroborada por Camelo (2025), que observa que a falta de apoio familiar e a necessidade de conciliar trabalho e estudo são elementos que agravam a evasão.

A qualidade dos cursos oferecidos também está diretamente relacionada à permanência dos alunos. Segundo Branco; Conte; Habowski (2020), Quiroga (2022) e Chaquime et al (2025) a infraestrutura tecnológica e a qualidade do material didático são determinantes para a experiência do aluno na EAD. Cursos que não oferecem suporte adequado tendem a apresentar índices de evasão mais elevados. Esse cenário é alarmante, uma vez que, conforme mencionado por Imperatore; Soares Echeveste, (2020) a satisfação do aluno com a plataforma e o conteúdo está intimamente ligada à sua decisão de permanência.

Conforme afirmam Fernandes (2024), a presença de metas claras e a valorização do diploma obtido por meio da EAD podem aumentar a motivação dos alunos, reduzindo a taxa de desistência. Por fim, a experiência de outros países pode oferecer insights valiosos. Estudos realizados na América Latina, como os de Reali, Tancredi, Mizukami (2008), evidenciam que programas de mentoria e acompanhamento psicológico são eficazes na diminuição da evasão na EAD. Essas iniciativas podem ser adaptadas ao contexto brasileiro para potencializar a retenção de alunos.

1.5 A relação da demografia na evasão da EAD

A evasão na EAD no Brasil tem se tornado um tema de grande relevância nas discussões sobre a qualidade do ensino e a inclusão educacional. Diversos fatores sociodemográficos contribuem para esse fenômeno, sendo essencial analisar suas características para entender melhor as razões por trás da desistência dos estudantes.

Segundo Costa; Santos (2017), a evasão na EAD está intimamente relacionada ao perfil sociodemográfico dos alunos, como idade, gênero e condições socioeconômicas. Os autores afirmam que estudantes mais jovens têm maior tendência a abandonar os cursos, em parte devido à falta de maturidade e comprometimento com a educação a distância.

A pesquisa de Almeida et al (2025) reforça essa ideia ao destacar que a baixa renda e a precariedade das condições de trabalho dos alunos são fatores determinantes para a evasão. Os autores observam que muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras que impactam diretamente em sua capacidade de se manterem no curso.

Outro estudo relevante é o de Costa; Lima; Santos (2022), que investigou a relação entre a motivação dos alunos e a taxa de evasão. Os resultados indicaram que alunos com baixa motivação tendem a desistir mais facilmente, o que aponta para a necessidade de estratégias de engajamento mais eficazes. Neste contexto, a pesquisa de Rocha; Gontijo (2023) trouxe à tona a questão do apoio social e familiar. O estudo concluiu que estudantes que recebem suporte de suas famílias têm menores taxas de evasão, sugerindo que a rede de apoio é fundamental para a permanência na EAD.

A análise de Oliveira; Bittencourt, (2020) sobre o impacto da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem indica que a falta de familiaridade com ferramentas digitais pode ser um obstáculo significativo para muitos alunos, contribuindo para o abandono dos cursos. A questão da acessibilidade também é abordada por Pereira; Rodrigues (2021), que discutem como a falta de recursos tecnológicos adequados pode dificultar o acompanhamento das aulas e, consequentemente, levar à evasão.

Além disso, a pesquisa de Costa; Lima; Santos (2022) destaca a importância das políticas educacionais, que devem considerar as especificidades do público-alvo da EAD. A falta de políticas inclusivas pode resultar em um aumento das taxas de desistência, especialmente entre grupos mais vulneráveis. Por sua vez, o estudo de Chaquime et al (2025) analisou a influência da carga horária e da flexibilidade dos cursos na permanência dos alunos. Os autores concluíram que cursos com maior flexibilidade tendem a ter menores taxas de evasão, evidenciando a importância de adaptar a EAD às necessidades dos estudantes.

A relação entre a saúde mental e a evasão também foi explorada Da Silva, Coutinho (2024), que identificaram que alunos que enfrentam problemas psicológicos têm maior probabilidade de abandonar os cursos, ressaltando a necessidade de suporte psicológico adequado nas instituições de ensino.

Por fim, a pesquisa de Almeida et al. (2025) discute a importância da formação de tutores e professores para a EAD, evidenciando que a qualidade do acompanhamento pedagógico pode ser um fator decisivo para a retenção dos alunos.

A evasão na EAD é um fenômeno multifacetado quando analisado as características sociodemográficas específicas, como gênero, idade, raça, etnia e renda familiar se tornam ainda mais complexas. A compreensão desses fatores é crucial para a formulação de estratégias que visem a redução da desistência nos cursos à distância.

De acordo com a pesquisa de Camelo (2025), o gênero apresenta um impacto significativo na evasão na EAD. Os autores destacam que as mulheres, apesar de serem a maioria no acesso à EAD, enfrentam desafios relacionados a responsabilidades familiares e

sobrecarga de trabalho, o que pode contribuir para uma maior taxa de evasão em comparação aos homens.

A idade também se mostra um fator relevante, como aponta a investigação de Almeida et al (2025). O estudo revela que alunos mais jovens tendem a desistir com mais frequência, possivelmente devido à falta de preparação emocional e comprometimento com a EAD, enquanto alunos mais velhos, que geralmente possuem mais experiência de vida, tendem a se manter mais engajados.

No que se refere à raça e etnia, a pesquisa de Silva; Pereira (2020) discute como as desigualdades raciais impactam a permanência dos alunos na EAD. O estudo evidencia que estudantes negros e pardos enfrentam barreiras adicionais, como preconceito e falta de representatividade, que podem levar a um aumento nas taxas de evasão.

A renda familiar é um fator crítico na análise da evasão na EAD, conforme evidenciado por Quiroga (2022). Os autores apontam que a baixa renda está associada a dificuldades financeiras que limitam o acesso a recursos tecnológicos e materiais didáticos, resultando em um comprometimento da qualidade do aprendizado e, conseqüentemente, na desistência dos cursos. Ainda no que tange à renda familiar, Pereira; Rodrigues (2012) investigaram a influência da situação econômica sobre a permanência dos alunos. Os resultados mostraram que estudantes de famílias com renda mais baixa têm maior propensão a abandonar os cursos devido à necessidade de priorizar trabalho em detrimento dos estudos.

A pesquisa de Araujo; Oliveira Oliveira; França-Carvalho (2024) também destaca a intersecção entre raça e renda, revelando que alunos de grupos raciais menos favorecidos tendem a ter uma renda familiar mais baixa e, portanto, enfrentam desafios maiores que impactam sua persistência na EAD. Além disso, a investigação de Branco; Conte; Habowski (2020) sobre a relação entre idade, renda e comprometimento acadêmico revela que a combinação de um jovem com baixa renda aumenta significativamente o risco de evasão, sugerindo que intervenções direcionadas a esses grupos podem ser necessárias para melhorar a retenção.

A análise de gênero e a sua relação com a evasão é aprofundada por Quiroga (2022), que argumentam que a falta de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero na EAD pode agravar a situação, especialmente para mulheres que precisam conciliar trabalho, estudo e responsabilidades familiares.

A pesquisa de Klaus (2025) discute ainda a importância de iniciativas inclusivas que abordem a diversidade racial e étnica na EAD, propondo que a criação de ambientes de aprendizado mais inclusivos pode contribuir para a diminuição da evasão entre esses grupos.

Por fim, a obra de Habowski; Branco; Conte (2020) destaca a necessidade de políticas educacionais que considerem as especificidades das características sociodemográficas dos alunos, enfatizando que apenas com uma abordagem holística será possível reduzir as taxas de evasão na EAD.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A proposta deste estudo foi obter informações a fim de compreender de que forma as características sociodemográficas influenciam a permanência dos estudantes na modalidade de Educação a Distância (EAD) do Instituto Federal Goiano e na busca pela resposta para a problemática, foi realizada uma revisão narrativa da literatura que é um estudo que visa explicar um tema específico com base na análise e interpretação do conhecimento científico existente. Esta revisão é entendida como uma extensa análise da literatura sem a necessidade de determinar uma metodologia de pesquisa reprodutível. Contudo, fornece uma visão geral do conhecimento sobre o tema e utiliza uma metodologia que pode fornecer novas evidências (Da Silva et al., 2020).

De acordo com Fernandes; Vieira; Castelhana (2023) a Revisão Narrativa é uma ferramenta valiosa para a construção de um referencial teórico robusto, pois possibilita a identificação de lacunas na pesquisa existente e fomenta novas direções para investigações futuras. Além disso, Junior et al (2023) ressaltam que este tipo de revisão é particularmente útil em áreas emergentes, onde a literatura pode ser escassa ou fragmentada. A flexibilidade da Revisão Narrativa permite ao pesquisador selecionar e interpretar os estudos mais relevantes de acordo com os objetivos da pesquisa, facilitando a síntese de informações complexas. Nesse sentido, Junior et al (2023) apontam que essa metodologia é menos restritiva em comparação com a Revisão Sistemática, permitindo uma análise mais abrangente e contextualizada dos dados.

A busca pelos estudos primários foi conduzida nas bases Scielo, Scopus e Spell, considerando o recorte temporal de janeiro de 2018 a dezembro de 2023. A seleção dessas plataformas se justifica por diferentes razões: a Scielo reúne produções de diversos países da América Latina; a Scopus abrange múltiplas áreas do conhecimento, incluindo análises bibliométricas; e a Spell dispõe de um repositório voltado a artigos científicos na área de gestão, relevante para pesquisas relacionadas à administração e à gestão escolar. Foram aceitos estudos publicados em português e inglês, com foco em trabalhos que investigam fatores associados à evasão escolar na EAD, bem como a influência de variáveis demográficas nesse fenômeno, especialmente no âmbito dos cursos técnicos da rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

A presente pesquisa terá a abordagem quantitativa e utilizará dados secundários, uma vez que serão utilizados os dados já coletados, processados e publicados pela plataforma Nilo Peçanha para o IF Goiano e onde foi matéria de estudo longitudinal para este, onde foram

analisados os números de evasão e a construção de um modelo logístico. Após a coleta dos dados, foi feita a análise estatística realizada através do método de análise de cluster, os dados foram analisados e explicados, sendo a fonte principal para a construção da dissertação.

A pesquisa quantitativa se caracteriza por sua busca por dados numéricos e pela aplicação de métodos estatísticos para análise e interpretação dos resultados. Esta abordagem é amplamente reconhecida por sua objetividade e rigor, permitindo a generalização de resultados a partir de amostras representativas (Creswell, 2018). A pesquisa quantitativa se distingue pela sua capacidade de responder a questões específicas, utilizando instrumentos que possibilitam a coleta de dados de forma sistemática e estruturada (Malhotra, 2020). A utilização de questionários e escalas de medição são comuns nesse tipo de pesquisa, permitindo ao pesquisador quantificar variáveis e estabelecer relações entre elas.

A presente dissertação adotou uma abordagem quantitativa por meio da utilização de dados secundários, com o intuito de analisar a eficácia de programas de formação profissional na educação tecnológica. Neste contexto, a utilização destes dados se destaca, uma vez que possibilita a exploração de informações já coletadas em estudos anteriores, economizando tempo e recursos (Babbie, 2016), confirmando a pesquisa de Da Silva et al. (2020), que traz que as vantagens da pesquisa quantitativa com dados secundários pois permite ao pesquisador acessar grandes volumes de dados, que podem ser analisados estatisticamente, contribuindo para a robustez dos resultados.

Além disso, a pesquisa quantitativa, como ressaltado por Da Silva; Lopes; Junior (2014), conta com uma série de técnicas estatísticas que permitem a análise de dados de forma objetiva. A aplicação de softwares estatísticos facilita a manipulação e interpretação dos dados, possibilitando a visualização de resultados por meio de gráficos e tabelas.

2.1 Coleta de Dados

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada a partir da utilização da Plataforma Nilo Peçanha, uma fonte de dados abertos e acessível a todos os usuários, que disponibiliza informações relevantes para estudos na área de educação tecnológica e profissional. Foram extraídos dados referentes aos alunos matriculados nos cursos técnicos EAD do IF Goiano nos anos de 2018 e 2023. A coleta incluiu informações de todos os estudantes que se matricularam nesses cursos durante o período estabelecido, abrangendo, portanto, tanto os que concluíram quanto os que desistiram ou foram evadidos, com o intuito de realizar uma análise abrangente do perfil e do percurso dos alunos nesse contexto.

Para garantir a representatividade e a diversidade da amostra, foram incluídos alunos de todos os gêneros, sem distinção de idade ou escolaridade mínima. A obtenção dos dados foi realizada por meio de consultas sistemáticas às bases disponíveis na plataforma, com atenção especial às variáveis relacionadas ao fluxo do estudante, como matrícula, evasão, desistência e outros indicadores relevantes. Essa abordagem possibilitou a construção de um panorama mais amplo e detalhado sobre o perfil dos alunos, contribuindo para uma análise aprofundada dos fatores que impactam a permanência e o sucesso nos cursos técnicos EAD do IF Goiano, durante o período estudado.

Para a população desta pesquisa foram todos os alunos dos cursos técnicos EAD do IF Goiano, nos anos de 2018 e 2023 e foram incluídos os alunos que se matricularam e que não concluíram (desistentes ou evadidos) o curso. Também foram inclusos alunos de todos os gêneros e não houve distinção de idade ou escolaridade mínima.

O procedimento de extração dos dados utilizados nesta pesquisa foi realizado a partir da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), disponibilizada pelo Ministério da Educação, a qual reúne informações oficiais referentes aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país. Inicialmente, acessou-se o endereço eletrônico <https://moduloextratorpnp.mec.gov.br/>, no qual está disponível o módulo de extração de dados públicos referentes à Rede Federal.

Dentro do sistema, selecionou-se a aba “Dados Acadêmicos”, que contém as variáveis relacionadas ao perfil discente, sendo de interesse desta pesquisa, especificamente, o subtítulo referente a “Classificação Racial, Renda e Sexo”. Após a seleção dessas categorias, procedeu-se à geração dos relatórios anuais, disponibilizados pelo sistema no formato CSV (Comma-Separated Values), o que possibilita maior facilidade no tratamento e análise estatística das informações coletadas.

Na sequência, cada arquivo em CSV foi baixado individualmente por ano, garantindo a organização temporal dos dados e permitindo o acompanhamento das variações ocorridas em diferentes períodos. Essa coleta sistematizada contribuiu para que os dados fossem armazenados de forma organizada em planilhas eletrônicas, facilitando a aplicação posterior dos filtros necessários à análise.

Com os arquivos já disponíveis, realizou-se a aplicação dos filtros correspondentes aos critérios desta investigação: Região: Centro-Oeste, Modalidade de ensino: Educação a Distância e Instituição: Instituto Federal Goiano. Dessa forma, obteve-se um recorte específico do conjunto nacional de dados, garantindo que apenas as informações pertinentes ao contexto delimitado fossem mantidas para análise.

Por fim, as planilhas filtradas foram consolidadas em um banco de dados unificado, que serviu de base para as análises estatísticas e comparativas realizadas nesta pesquisa. Tal procedimento assegurou a confiabilidade e a reprodutibilidade do processo de coleta, uma vez que se apoiou em dados oficiais, padronizados e disponibilizados publicamente pelo Ministério da Educação.

2.2 Análise de Dados

A análise de dados foi realizada através do método de análise de cluster, focando em dados demográficos para compreender as características de grupos distintos dentro da população estudada. A análise de cluster é uma técnica estatística que visa agrupar um conjunto de objetos de forma que os objetos dentro do mesmo grupo (ou cluster) sejam mais semelhantes entre si do que aqueles em grupos diferentes (Lopes; Gosling, 2020).

Conforme destacam Costa (2025), a análise de cluster é amplamente utilizada em pesquisas sociais e educacionais, pois permite identificar padrões e segmentar a população em grupos homogêneos. Essa segmentação é essencial para a elaboração de estratégias de intervenção e desenvolvimento de programas educacionais mais eficazes. A escolha do método de análise de cluster deve considerar o tipo de dados e o objetivo da pesquisa.

A aplicação da análise de cluster em dados demográficos, conforme afirma Costa (2025), permite a identificação de características como idade, renda, nível educacional e localização geográfica, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das necessidades e comportamentos de diferentes subgrupos. Essa abordagem é particularmente útil para o desenvolvimento de políticas públicas e programas educacionais que atendam às especificidades de cada grupo identificado. Além disso, a validação dos clusters formados é uma etapa fundamental. De acordo com Costa (2025), técnicas como a validação interna e externa podem ser utilizadas para avaliar a qualidade dos clusters, garantindo que os agrupamentos sejam significativos e representativos.

A evasão é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores, incluindo características demográficas como idade, gênero, nível socioeconômico e situação familiar. A análise de cluster permite que esses dados sejam explorados de forma a identificar grupos de alunos com maior propensão à evasão (Costa, 2025). Segundo Junior et al (2023), a segmentação da população estudada é crucial para compreender as especificidades de cada grupo, possibilitando intervenções mais direcionadas. Além disso, a análise de cluster pode revelar insights sobre as características que mais contribuem para a evasão. De acordo com

Costa, 2025, fatores como baixa renda, falta de apoio familiar e dificuldades de acesso à educação são comumente identificados em grupos com alta taxa de evasão. Assim, a utilização dessa metodologia possibilita a identificação de subgrupos vulneráveis e a elaboração de políticas específicas para mitigação da evasão.

Quadro 1 – Variáveis dependentes consideradas nesse estudo preliminarmente

Variável Dependente	Categorias
Permanência	Concluintes
	Evadidos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 2 – Variáveis independentes consideradas nesse estudo preliminarmente

Variável Independente	Categorias
Gênero	Masculino
	Feminino
	Outros
	Não respondeu
Idade	Até 18 anos - Jovens
	De 19 a 59 anos - Adultos
	Acima de 60 anos - Idosos
Raça/Etnia	Branco
	Preto
	Pardo
	Amarelo
	Indígena
	Não declarada
Renda Percapta Familiar mensal	Sem renda
	Até 1 salário-mínimo
	De 1 até 2,5 salários-mínimos
	De 2,5 até 3,5 salários-mínimos
	Acima de 3,5 salários-mínimos
	Não declarada

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

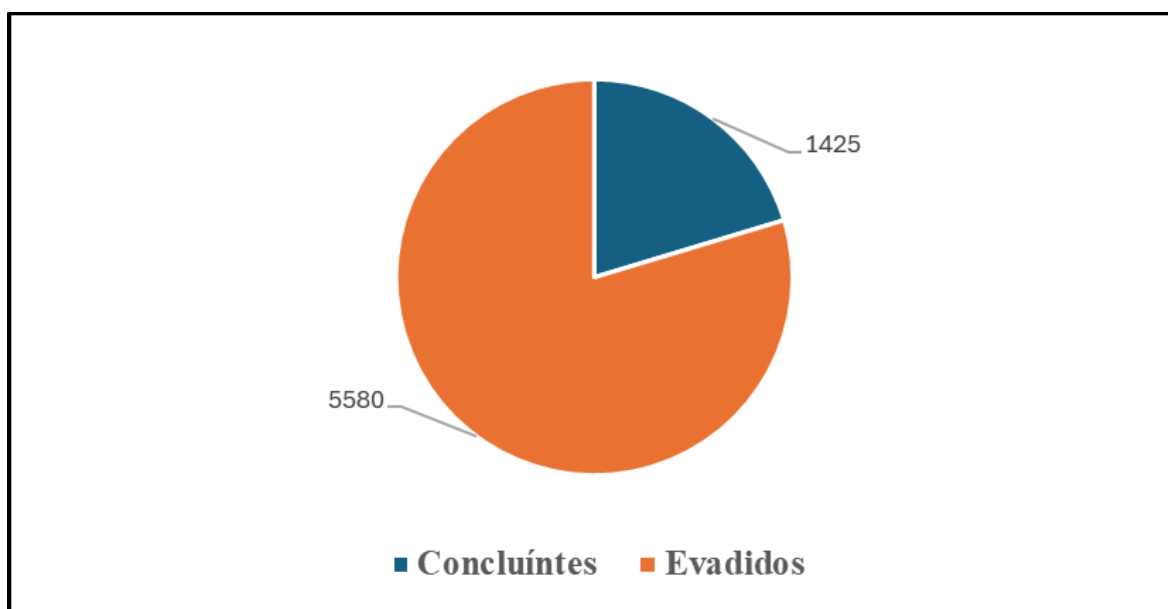
Para a análise dos dados, foi utilizada um modelo estatístico-matemático dos dados retirados da Plataforma Nilo Peçanha, subtraída da aba: Produtos de Dados de Acadêmicos; Subtítulo – Microdados, através das colunas – Matrículas; dos anos de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 fazendo uso do aplicativo Microsoft Excel para a tabulação das planilhas retiradas. E de posse das planilhas foi realizada a aplicação dos filtros na colunas: Município – Centro-Oeste; UF – GO; Instituição – IF Goiano; Modalidade de Ensino – Educação a Distância, onde obtivemos 7.005 linhas de dados onde efetuamos uma relação de uma variável dependente Y

(ou variável resposta), no nosso caso, a permanência escolar na EAD nos cursos técnicos, a uma matriz com variáveis independentes X (ou variável explicativa), que, nesse caso, foram os dados demográficos dos alunos evadidos da EAD nos cursos técnicos. Procuramos assim identificar a evasão, a partir da idade, raça, gênero, situação socioeconômica. (Quadro 1 e Quadro 2)

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS

Esta seção tem como propósito apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida com estudantes da modalidade EAD do IF Goiano, no período de 2018 a 2023. A definição desse recorte populacional justifica-se pela necessidade de compreender os fatores que incidem sobre a permanência e a evasão na EAD, considerando a heterogeneidade das experiências e dos contextos vivenciados pelos discentes. Os resultados serão discutidos de forma detalhada, evidenciando não apenas as tendências relativas às taxas de conclusão e abandono, mas também os elementos que possivelmente contribuíram para tais ocorrências. A análise pretende oferecer uma visão ampla do cenário da EAD no IF Goiano, de modo a subsidiar a elaboração de estratégias voltadas à ampliação da permanência estudantil e ao fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica.

Gráfico 1 - Permanência dos Alunos EAD no IF Goiano

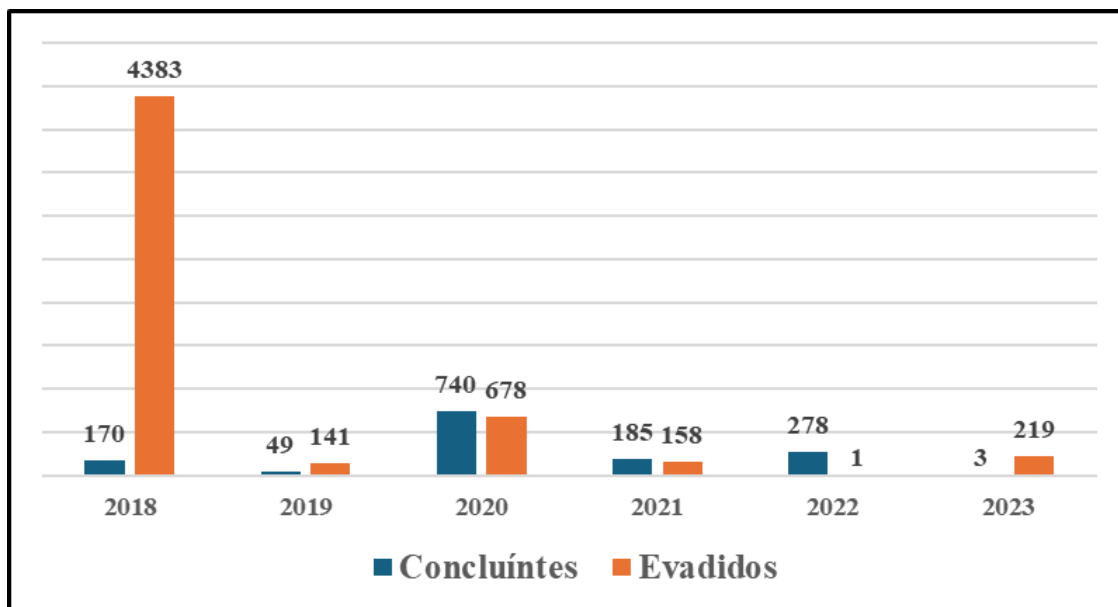


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

A análise do gráfico 1 de evasão e conclusão dos cursos da EAD do IF Goiano entre 2018 e 2023 evidencia um cenário preocupante: dos 7.005 alunos matriculados, apenas 1.425 (20%) concluíram o curso, enquanto 5.580 (80%) evadiram. Esse alto índice de evasão revela a necessidade de investigação mais profunda dos fatores que levam os estudantes a abandonar a formação profissional técnica.

Gráfico 2 - Permanência por ano dos alunos EAD do IF Goiano



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

O padrão de evasão estudantil se mostra preocupante, com especial destaque para o ano de 2018, no qual 4.383 alunos evadiram e apenas 170 concluíram seus cursos — uma relação de aproximadamente 26 evadidos para cada concluinte. Nos anos subsequentes, verifica-se uma tendência de redução no número absoluto de evasões, acompanhada de um aumento relativo de concluintes. Em 2019, houve 49 concluintes para 141 evasões; em 2020, pela primeira vez no período, o número de concluintes (740) superou o de evadidos (678), indicando possível impacto de políticas institucionais de permanência ou adaptações durante a pandemia. Em 2021 e 2022, a diferença foi menor (185 concluintes vs. 158 evadidos em 2021 e 278 concluintes com apenas 1 evasão em 2022), mas em 2023 o número de evasões voltou a crescer (219 evasões contra apenas 3 concluintes), como demonstrado no gráfico 2.

O dado alarmante de que apenas 20% dos alunos concluem seus cursos, enquanto 80% evadem, reflete não apenas a realidade do IF Goiano, mas também questões maiores enfrentadas por instituições de ensino em todo o Brasil. Conforme apontado por Costa; Santos (2017), a evasão em cursos técnicos é frequentemente correlacionada a dificuldades socioeconômicas, que exigem que os estudantes conciliem trabalho e estudo, resultando em sobrecarga e, muitas vezes, em desistência. Além das dificuldades financeiras, a modalidade de ensino EAD e tem gerado desajustes que podem impactar negativamente a permanência dos alunos. De acordo

com Oliveira; Bittencourt (2017), a falta de adaptação a esse formato de ensino pode ser um fator crucial para a evasão, destacando a importância de um suporte adequado para os estudantes nesse modelo. Outro ponto relevante é o desconhecimento institucional, que se apresenta como barreira para a permanência dos alunos. Segundo Santos e Vilarinho (2020), muitos estudantes não têm acesso a informações sobre os recursos e serviços disponíveis, o que pode contribuir para a desistência.

A análise de cluster dos dados de evasão e conclusão dos cursos da EaD no IF Goiano, entre 2018 e 2023 (Gráfico 2), permite identificar padrões distintos de comportamento acadêmico ao longo do período. A partir da leitura do Gráfico 2, observa-se que os anos analisados podem ser agrupados em diferentes agrupamentos, de acordo com as relações entre concluintes e evadidos, revelando fases específicas na trajetória da permanência estudantil.

O primeiro cluster é representado pelo ano de 2018, que se destaca pelo altíssimo índice de evasão: foram 4.383 evadidos contra apenas 170 concluintes, resultando em uma proporção aproximada de 26 desistências para cada estudante concluinte. Esse dado demonstra um cenário crítico inicial, marcado por dificuldades institucionais e contextuais na consolidação da modalidade EaD, além da possível ausência de políticas de permanência efetivas.

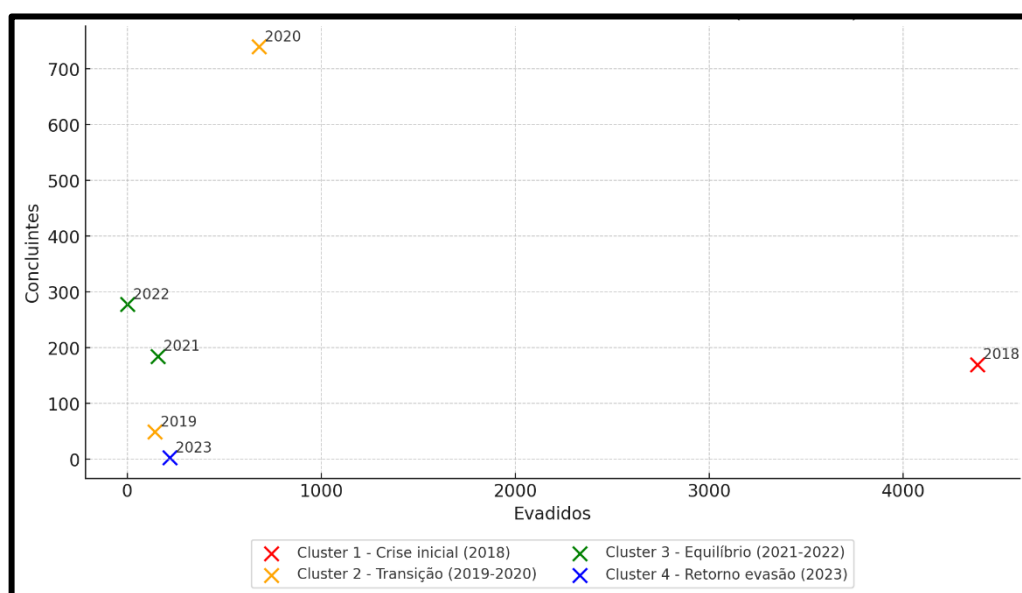
O segundo cluster abrange os anos de 2019 e 2020, que sinalizam uma mudança relevante no padrão. Em 2019, ainda há predominância da evasão (141) em relação aos concluintes (49), porém em números absolutos bem menores do que os de 2018. Já em 2020, ocorre uma inflexão significativa: o número de concluintes (740) supera o de evadidos (678). Esse resultado pode estar associado tanto ao fortalecimento de práticas institucionais de acompanhamento e apoio, quanto a ajustes pedagógicos e organizacionais motivados pelo contexto da pandemia, que favoreceu maior engajamento na modalidade EaD.

O terceiro cluster é formado por 2021 e 2022, anos que apresentam um equilíbrio mais favorável entre permanência e evasão. Em 2021, o número de concluintes (185) superou o de evadidos (158), enquanto em 2022 observou-se o dado mais positivo da série: 278 concluintes e apenas 1 evasão, evidenciando um cenário de sucesso institucional e estudantil sem precedentes.

O quarto cluster corresponde ao ano de 2023, em que os dados voltam a indicar um desequilíbrio preocupante: 219 evasões contra apenas 3 concluintes. Esse retrocesso rompe a tendência positiva dos anos anteriores e pode estar associado a fatores conjunturais, como a retomada das atividades presenciais pós-pandemia, descontinuidade de políticas institucionais ou dificuldades de adaptação do público discente ao novo cenário.

Portanto, a análise de clusters evidencia quatro momentos distintos no comportamento da evasão e da conclusão: (1) crise inicial (2018), (2) transição com melhora gradual (2019–2020), (3) equilíbrio e sucesso institucional (2021–2022) e (4) retorno à alta evasão (2023). Essa classificação permite compreender que o fenômeno da permanência estudantil na EaD do IF Goiano é dinâmico.

Gráfico 3 – Clusters de Evasão e Conclusão – EAD IF Goiano (2018-2023)

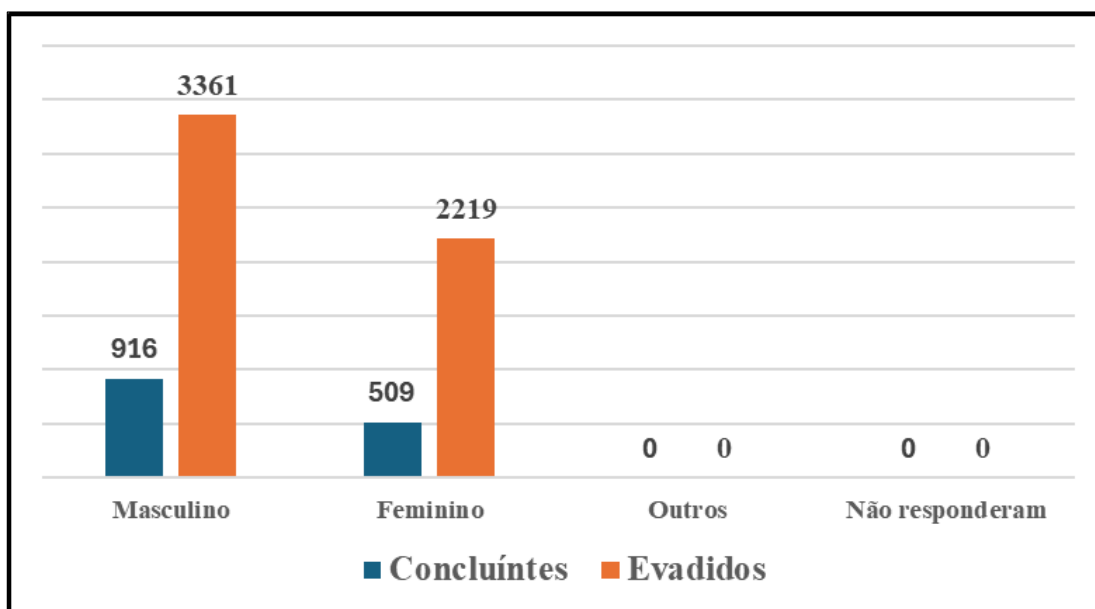


Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023

Quando apresentamos a análise por gênero (gráfico 4) os dados apontam para altíssimos índices de evasão nos dois gêneros binários, com ligeira predominância proporcional entre as mulheres (81,3%) em relação aos homens (78,6%). Apesar de os homens representarem um maior número absoluto de evadidos (3.361), as mulheres possuem menor presença entre os concluintes, revelando possíveis barreiras adicionais enfrentadas por alunas do gênero feminino no contexto da EAD.

Gráfico 4 - Permanência por gênero dos alunos EAD do IF Goiano



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

A aplicação de uma análise de cluster sobre os dados de evasão por gênero permite identificar padrões e agrupamentos que auxiliam na compreensão das dinâmicas de permanência e abandono nos cursos da modalidade a distância. Observa-se que ambos os gêneros apresentam índices elevados de evasão: 78,6% entre os homens e 81,3% entre as mulheres. Embora o percentual feminino seja ligeiramente superior, o quantitativo absoluto de homens evadidos (3.361) revela que a problemática da evasão atinge fortemente ambos os grupos.

No primeiro agrupamento (Cluster 1), podemos situar os homens evadidos, caracterizados por maior representatividade numérica, o que sugere que, apesar de proporcionalmente menos afetados, constituem a massa mais expressiva de desistências. Esse cluster reflete a dimensão quantitativa do problema e reforça a necessidade de estratégias que atuem sobre fatores estruturais, como conciliação entre trabalho e estudo, sobrecarga de responsabilidades e limitações de acesso tecnológico.

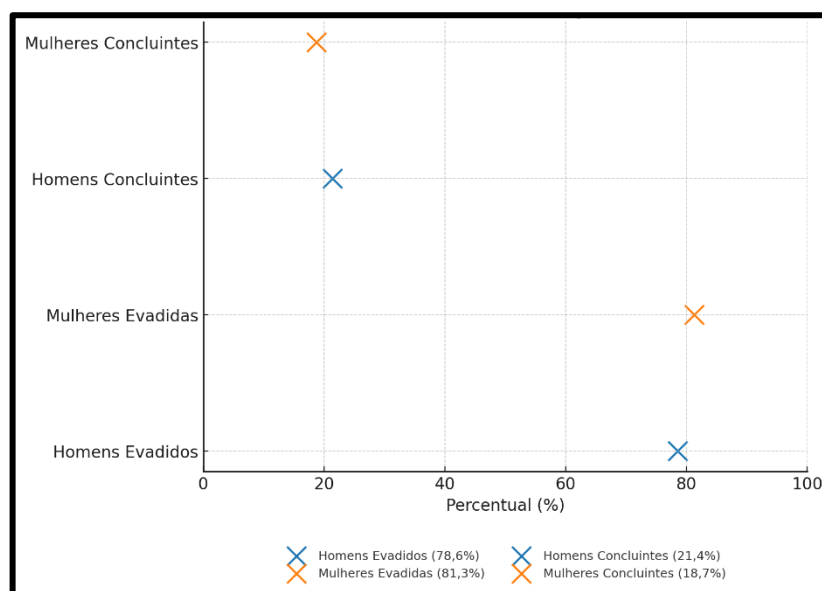
O segundo agrupamento (Cluster 2) concentra-se nas mulheres evadidas, cuja taxa de evasão proporcionalmente mais elevada indica barreiras adicionais de permanência. Esse resultado sugere a existência de fatores específicos relacionados ao gênero, como a sobreposição de jornadas (trabalho, estudos e responsabilidades familiares), além de possíveis dificuldades ligadas à menor rede de apoio e à invisibilização de demandas de equidade no

contexto da EAD. Nesse cluster, a evasão, mais do que quantitativa, revela uma faceta qualitativa que denuncia desigualdades sociais e de gênero no acesso e permanência educacional.

Por fim, o terceiro agrupamento (Cluster 3) reúne os concluintes, em que as mulheres apresentam participação mais reduzida em relação aos homens. Esse grupo evidencia não apenas as barreiras de entrada e permanência, mas também os desafios enfrentados na etapa final do percurso formativo, indicando que as alunas do gênero feminino encontram obstáculos adicionais para a conclusão, reforçando a necessidade de políticas públicas e institucionais mais sensíveis às questões de gênero.

Assim, a análise de cluster evidencia que, embora a evasão seja elevada em ambos os gêneros, ela se manifesta de maneira distinta em termos de volume absoluto (homens) e de percentual proporcional (mulheres). Essa diferenciação demonstra a importância de pensar estratégias de enfrentamento que considerem a complexidade dos fatores que afetam homens e mulheres, evitando respostas homogêneas e propondo políticas de permanência mais específicas e inclusivas.

Gráfico 5 – Clusters da Evasão e Conclusão por Gênero na EAD



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

A modalidade EAD, que supostamente deveria oferecer maior flexibilidade, pode, na realidade, representar um desafio adicional às estudantes mulheres, especialmente considerando

a tripla jornada de trabalho, estudo e responsabilidades domésticas, além da desigualdade de acesso às tecnologias digitais e ambientes de estudo adequados.

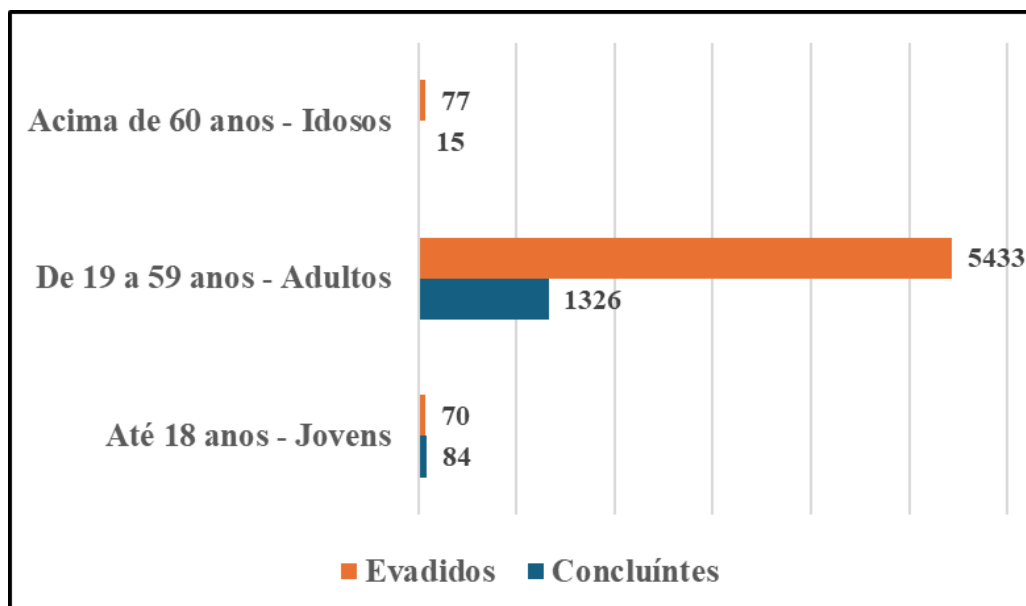
A pesquisa de Quiroga (2022) aponta que as dificuldades enfrentadas por mulheres em ambientes de EAD são frequentemente agravadas por responsabilidades familiares e sociais, o que pode limitar sua capacidade de se dedicarem aos estudos. Além disso, Almeida et al (2025) enfatizam que a falta de políticas institucionais que considerem as especificidades de gênero nas modalidades de ensino pode perpetuar a desigualdade no acesso e na permanência dos alunos. A obra de Camelo (2025) também destaca a importância de dados desagregados por gênero na formulação de políticas educacionais, indicando que a ausência dessas informações pode resultar em lacunas significativas nas estratégias de inclusão.

Outro aspecto importante apresentado na pesquisa é a necessidade de abordar a diversidade de gênero de forma mais ampla. Segundo Quiroga (2022), a invisibilidade de estudantes que não se identificam com os gêneros binários é um problema que demanda atenção urgente nas práticas de coleta de dados. A pesquisa de Rocha (2021) complementa essa ideia ao afirmar que a falta de representatividade nos dados pode comprometer o desenvolvimento de políticas que realmente atendam às necessidades de todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero.

Em relação à EAD, Assunção et al (2024) discutem como a modalidade, que deveria oferecer flexibilidade, pode na verdade se tornar um desafio, especialmente para as mulheres. Eles argumentam que a percepção de flexibilidade muitas vezes não se traduz em uma realidade acessível, uma vez que as condições socioeconômicas e culturais das alunas influenciam diretamente sua experiência educacional. Essa perspectiva aponta a necessidade de um olhar crítico sobre as estruturas de apoio disponíveis nas instituições de ensino.

A maior incidência de evasão apresentada através do gráfico 6 se concentra na faixa etária adulta (19 a 59 anos), que também representa o maior número de matrículas. Esse grupo é especialmente vulnerável à evasão por diversos fatores relacionados à tripla jornada de trabalho, família e estudo, à instabilidade econômica e ao acúmulo de responsabilidades sociais e profissionais, especialmente entre os adultos trabalhadores. Esse perfil também é fortemente impactado pela ausência de políticas institucionais específicas que considerem sua realidade social.

Gráfico 6 - Permanência por faixa etária dos alunos EAD do IF Goiano



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

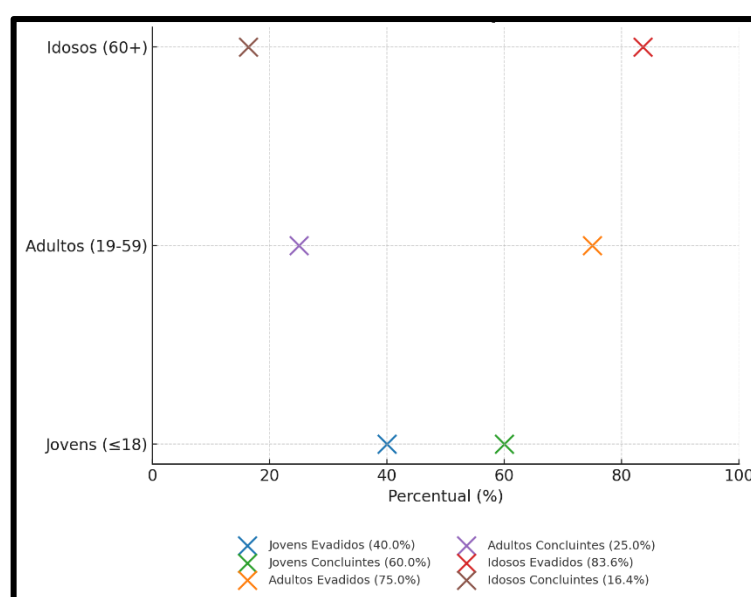
A faixa de jovens (até 18 anos), embora com número absoluto bem inferior, é a única que apresenta maior número de concluintes que evadidos, sugerindo maior adaptação à rotina escolar e, possivelmente, maior suporte familiar. Isso reforça a importância de ações preventivas ainda no ingresso do estudante adulto e idoso, que entram na EAD com perfis e expectativas muito distintas dos jovens. No caso dos idosos (acima de 60 anos), o número total de matrículas é pequeno, mas a evasão é proporcionalmente elevada (83,6%), o que pode indicar dificuldades com letramento digital, falta de familiaridade com ambientes virtuais de aprendizagem, e barreiras cognitivas ou de saúde. A ausência de suporte específico para esse público pode estar contribuindo diretamente para sua exclusão acadêmica.

A análise de cluster aplicada aos dados de evasão e permanência por faixa etária possibilita identificar três agrupamentos distintos, que evidenciam diferentes perfis de vulnerabilidade educacional na Educação a Distância (EAD). O primeiro cluster agrupa os estudantes adultos (19 a 59 anos), que concentram a maior incidência de evasão, acompanhada também do maior volume de matrículas. Esse grupo representa o público predominante na EAD e caracteriza-se pela sobreposição de responsabilidades — trabalho, família e estudo —, além de enfrentar instabilidade econômica e limitações de tempo. A evasão nesse cluster está fortemente relacionada ao acúmulo de funções sociais e profissionais, somado à ausência de políticas institucionais de suporte que atendam às especificidades dessa população. Trata-se de

um grupo numericamente expressivo e estruturalmente vulnerável, exigindo políticas diferenciadas de permanência.

O segundo cluster reúne os jovens até 18 anos, que apresentam um comportamento estatisticamente distinto: nesse grupo, há maior número de concluintes em relação aos evadidos. Apesar de representarem menor participação absoluta nas matrículas, os jovens demonstram maior capacidade de adaptação à rotina de estudos e usufruem, em muitos casos, de suporte familiar contínuo, o que contribui para sua permanência. Esse cluster, portanto, evidencia um perfil de maior resiliência frente às demandas da EAD, reforçando a importância de apoiar a transição do ensino presencial para o virtual ainda na juventude.

Gráfico 7 – Clusters da Evasão e Conclusão por Faixa Etária na EAD



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

Por fim, o terceiro cluster corresponde aos idosos (acima de 60 anos), que, embora representem um número reduzido de matrículas, enfrentam a mais alta taxa proporcional de evasão (83,6%). As dificuldades observadas nesse grupo estão associadas a barreiras tecnológicas (como o letramento digital e o domínio de plataformas virtuais), além de limitações cognitivas, de saúde e de acessibilidade. A ausência de políticas de acolhimento e suporte técnico específicas para esse público amplia sua vulnerabilidade e potencializa sua exclusão acadêmica.

Essa análise de cluster evidencia que a evasão na EAD não ocorre de maneira homogênea entre as faixas etárias, mas sim de forma diferenciada conforme o perfil social,

econômico e etário dos estudantes. Enquanto os adultos se destacam pelo volume absoluto de evasão, os idosos concentram a maior taxa proporcional, e os jovens se apresentam como o grupo com maior potencial de conclusão. Portanto, as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão devem ser planejadas de maneira segmentada, considerando as características de cada cluster, de modo a promover uma política de permanência mais inclusiva e equitativa.

A evasão escolar na EAD está fortemente ligada à faixa etária adulta, que abrange indivíduos de 19 a 59 anos. Este grupo é caracterizado por uma série de fatores que aumentam sua vulnerabilidade à evasão, como a tripla jornada de trabalho, responsabilidades familiares e a instabilidade econômica. De acordo com Assunção et al (2024), a conciliação entre trabalho, família e estudos é um desafio significativo que muitos adultos enfrentam, levando a um comprometimento da dedicação às atividades acadêmicas. Além disso, a falta de políticas institucionais que abordem essas particularidades pode resultar na exclusão de um grande número de estudantes, conforme apontado por Almeida; Alves; Pereira (2025).

Por outro lado, a faixa etária de jovens até 18 anos apresenta uma situação oposta, com um maior número de concluintes em comparação ao de evadidos. Essa realidade pode ser atribuída a um suporte familiar mais robusto e a uma adaptação mais eficiente à rotina escolar, conforme discutido por Camelo (2025). Esses autores ressaltam que a estrutura familiar e o apoio social são determinantes na permanência dos jovens na educação, contrastando com os desafios enfrentados por estudantes adultos que frequentemente carecem desse suporte. Ainda mais preocupante é a situação dos alunos idosos (acima de 60 anos), que, embora representem uma pequena parcela do total de matrículas, apresentam uma taxa de evasão alarmante de 83,6%. Segundo Chaquime et al (2024), essa elevada taxa pode ser atribuída a barreiras relacionadas ao letramento digital e à falta de familiaridade com ambientes virtuais de aprendizagem. A pesquisa reforça que o suporte específico para essa faixa etária é escasso, o que contribui para sua exclusão acadêmica e limita as oportunidades de aprendizado para esses indivíduos.

A ausência de políticas públicas direcionadas a esses grupos etários é um fator crítico que, segundo Assunção et al (2024), pode perpetuar a desigualdade educacional. Os autores argumentam que estratégias de inclusão e suporte especializado são essenciais para garantir que tanto adultos quanto idosos possam ter uma experiência educacional mais positiva e menos suscetível à evasão. Além disso, a literatura recente também sugere que intervenções focadas na capacitação digital e no desenvolvimento de competências específicas podem ajudar na retenção de alunos adultos e idosos. Quiroga (2022) afirmam que programas de orientação e

suporte técnico podem minimizar as barreiras enfrentadas por esses estudantes, proporcionando um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acessível. Em suma, a análise dos dados sobre evasão e características etárias na EAD destaca a necessidade urgente de políticas institucionais que considerem as especificidades de cada grupo, promovendo um cenário educacional mais equitativo.

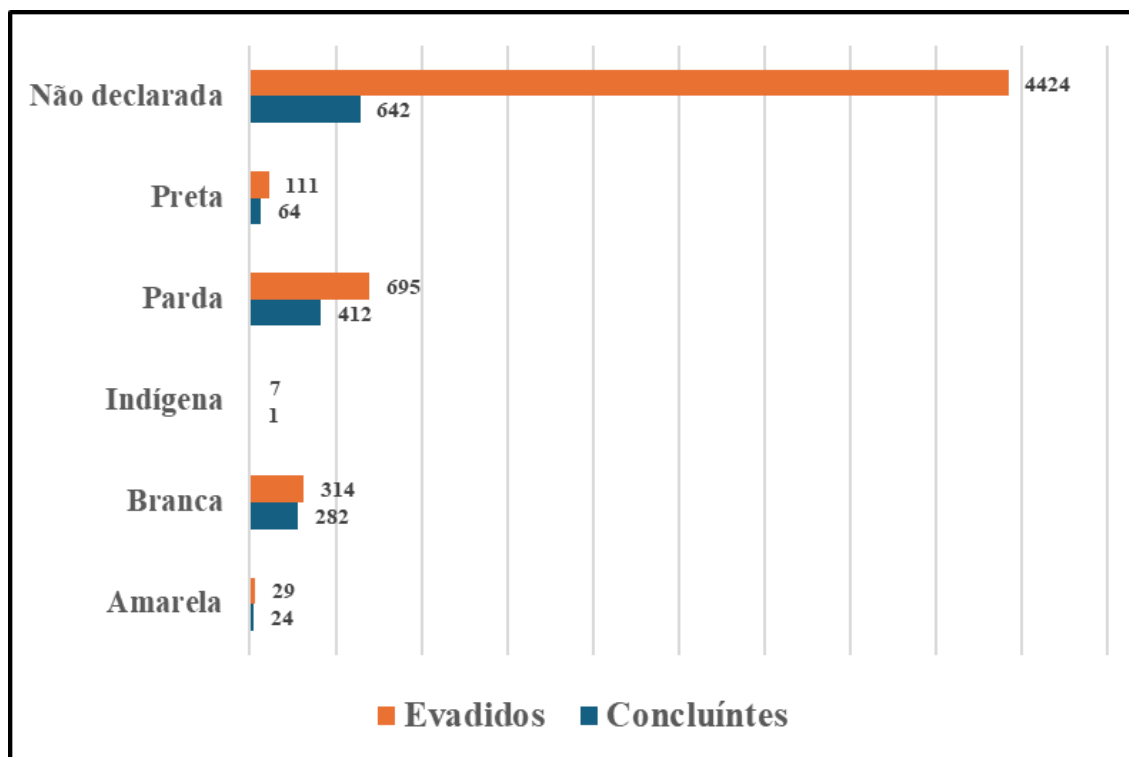
A evasão no ensino EAD do IF Goiano demonstra marcadas desigualdades étnico-raciais (Gráfico 8), associadas a fatores sociais, históricos e estruturais da educação brasileira. A maior parte dos estudantes que evadiram ou concluíram cursos não declarou raça/cor (totalizando 5.066 registros), o que levanta hipóteses sobre a baixa confiabilidade ou a negligência institucional na coleta de dados étnico-raciais, comprometendo o desenvolvimento de políticas públicas eficazes de permanência e inclusão, como apontam Quiroga (2022). A população parda e preta, mesmo com menor número absoluto de matrículas do que o grupo "não declarado", apresenta taxas de evasão preocupantes. Esses dados dialogam com os desafios enfrentados por estudantes negras e negros no acesso, permanência e conclusão de cursos superiores, sobretudo na EAD, onde o capital cultural, tecnológico e social influencia fortemente o desempenho acadêmico.

A evasão da população indígena é praticamente total, com apenas um concluinte em sete matriculados. Esse dado alerta para a exclusão sistêmica de povos originários e a ausência de estratégias pedagógicas interculturais, bilíngues e territorializadas na EAD institucionalizada. Por outro lado, os estudantes brancos e amarelos apresentam taxas de evasão mais baixas, o que indica desigualdades no acesso a recursos e apoio educacional. Esses grupos, historicamente mais favorecidos por políticas institucionais e pelo capital simbólico, social e econômico, têm maiores condições de permanência e êxito.

Além disso, a análise das taxas de evasão revela que as populações parda e preta, apesar de terem um número absoluto de matrículas inferior ao grupo "não declarado", enfrentam índices alarmantes de evasão. Essa situação reflete a influência do capital cultural, social e tecnológico na educação de estudantes negros, que, conforme argumentado por Chaquime et al (2025), é frequentemente desvalorizado no ambiente acadêmico. As barreiras que esses estudantes enfrentam no acesso e na permanência nos cursos superiores, especialmente na EAD, são corroboradas por Araujo; De Oliveira Oliveira; França-Carvalho (2024), que discute como a interseccionalidade de raça e classe social impacta diretamente o desempenho acadêmico. O caso da evasão entre a população indígena é ainda mais crítico, com uma taxa de conclusão de apenas 14% (um concluinte para sete matriculados). Essa realidade evidencia a exclusão sistêmica a que os povos originários estão submetidos, reforçando a necessidade urgente de

políticas educacionais que incluam estratégias pedagógicas interculturais e bilíngues, como discutido por Branco et al (2020). Esses autores enfatizam que a educação deve ser contextualizada e respeitar as especificidades culturais dos povos indígenas, a fim de promover uma inclusão efetiva.

Gráfico 8 - Permanência por raça/etnia dos alunos EAD do IF Goiano



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

Por outro lado, os estudantes brancos e amarelos apresentam taxas de evasão mais baixas, resultado de um histórico de favorecimento por políticas institucionais e capital simbólico, social e econômico. Segundo Cabestré Amorim et al (2024), esses grupos frequentemente têm acesso a melhores recursos educacionais e suporte, o que se traduz em maiores chances de sucesso acadêmico.

A análise de cluster da evasão no ensino EAD do IF Goiano, considerando a variável étnico-racial, evidencia desigualdades estruturais e históricas que atravessam o sistema educacional brasileiro. Os agrupamentos permitem identificar diferentes padrões de vulnerabilidade e permanência entre os estudantes, que se relacionam diretamente com a forma

como a educação superior, especialmente na modalidade a distância, lida (ou não) com a diversidade étnico-racial.

O primeiro cluster reúne os estudantes que não declararam raça/cor, representando o maior grupo da amostra (5.066 registros). A predominância dessa categoria compromete a confiabilidade da análise e sugere fragilidades na coleta institucional de dados, como negligência ou resistência à autodeclaração. Esse cluster indica uma limitação grave para o planejamento de políticas públicas de permanência e inclusão, pois invisibiliza desigualdades étnico-raciais já reconhecidas pela literatura (Quiroga, 2022).

O segundo cluster concentra os estudantes pardos e pretos, que apresentam taxas de evasão elevadas, mesmo com menor número absoluto de matrículas em comparação ao grupo “não declarado”. Esse resultado revela o impacto do racismo estrutural na permanência estudantil, que se manifesta na desigualdade de acesso a recursos tecnológicos, no déficit de capital cultural e social e em barreiras institucionais que ainda não contemplam plenamente a equidade racial. A formação desse cluster evidencia que os estudantes negros, em especial, continuam enfrentando obstáculos significativos para a conclusão de cursos superiores na EAD.

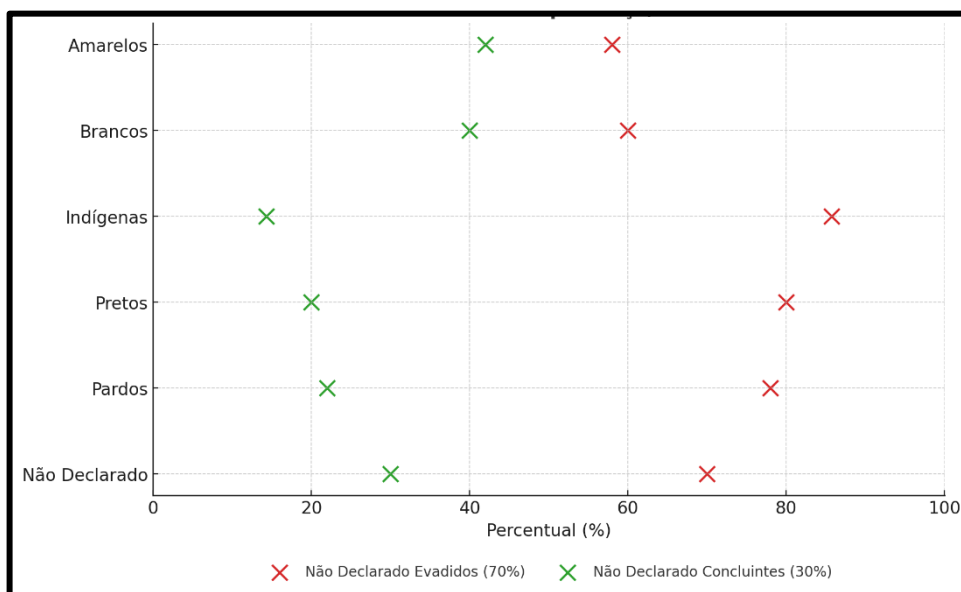
O terceiro cluster corresponde à população indígena, cuja situação é a mais crítica: de sete estudantes matriculados, apenas um concluiu o curso, configurando uma taxa de evasão praticamente total. Esse cenário explicita não apenas a exclusão educacional dos povos originários, mas também a ausência de estratégias pedagógicas específicas, interculturais e bilíngues, capazes de dialogar com os territórios e culturas indígenas. A concentração desse cluster reforça a necessidade de políticas diferenciadas, que respeitem as especificidades históricas e culturais desse grupo.

O quarto cluster agrupa os estudantes brancos e amarelos, que apresentam taxas de evasão mais baixas em relação aos demais. Esse padrão indica maior capital econômico, cultural e simbólico desses grupos, que historicamente tiveram maior acesso a políticas educacionais inclusivas e aos recursos necessários para a permanência acadêmica. Esse cluster, portanto, evidencia as condições privilegiadas que possibilitam maior resiliência educacional.

Em síntese, a análise de cluster revela um cenário marcado pela desigualdade étnico-racial, em que os grupos pardo, preto e indígena concentram os maiores índices de vulnerabilidade, enquanto os estudantes brancos e amarelos apresentam maior permanência. O elevado número de registros “não declarados” constitui um desafio adicional, pois impede o aprofundamento da análise e enfraquece a formulação de estratégias institucionais eficazes de equidade. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da coleta e do monitoramento de dados étnico-raciais, bem como a implementação de políticas de permanência que contemplem

as especificidades de cada cluster, reduzindo desigualdades e promovendo maior justiça social na EAD.

Gráfico 9 – Clusters da Evasão e Conclusão por Raça/Etnia na EAD



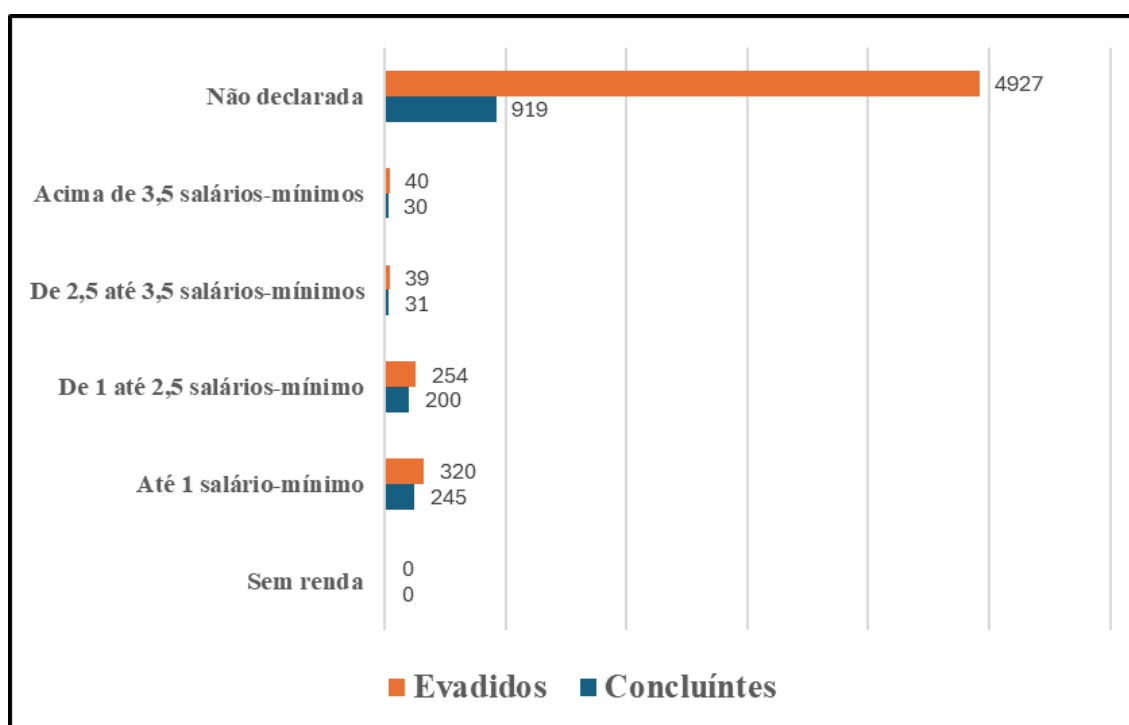
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

Os dados apresentados no gráfico 10 apontam que a maioria absoluta dos estudantes evadidos (4.927 de um total de aproximadamente 5.580) não declarou sua renda. Isso compromete a construção de políticas públicas eficazes e pode estar relacionado tanto à ausência de sistematização eficiente dos dados quanto ao receio dos estudantes em expor suas condições financeiras. Entre os alunos que declararam renda, observa-se uma alta taxa de evasão em todas as faixas salariais, com valores próximos ou acima de 55%. No entanto, é relevante destacar que os maiores contingentes de evadidos encontram-se nas faixas de até 1 salário-mínimo e entre 1 e 2,5 salários-mínimos, que somam 574 evadidos, evidenciando a vulnerabilidade econômica como fator determinante na evasão. A análise revela que a evasão escolar na EAD é fortemente influenciada por fatores econômicos, evidenciados pela grande quantidade de estudantes que não declararam sua renda (4.927 de aproximadamente 5.580). Essa falta de informação compromete a formulação de políticas públicas eficazes, uma vez que a ausência de dados sistematizados pode refletir tanto insegurança dos estudantes em compartilhar suas condições financeiras quanto falhas institucionais na coleta desses dados, como discutido por Camelo (2025).

Além disso, os dados indicam que entre os alunos que declararam renda, as taxas de evasão são alarmantes em todas as faixas salariais, especialmente nas que se situam até 2,5 salários-mínimos. Essa situação destaca a vulnerabilidade econômica como um dos principais fatores que impactam a permanência dos estudantes na EAD. Segundo Cabestré Amorim et al (2024), a desigualdade econômica influencia diretamente o acesso a recursos educacionais, como conectividade, tempo de estudo e suporte familiar, o que pode comprometer o desempenho acadêmico e aumentar as taxas de evasão.

Gráfico 10 - Permanência por renda familiar mensal dos alunos EAD do IF Goiano



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

Os autores ressaltam que a EAD, embora amplie o acesso geográfico, muitas vezes exige um nível de autonomia e recursos que os alunos de baixa renda não possuem. A análise também revela que a menor evasão percentual ocorre nas faixas de renda mais alta, o que indica que estudantes com melhores condições financeiras têm mais suporte e recursos para se manterem nos cursos, conforme apontado por Camelo (2025). Isso reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a assistência estudantil, a inclusão digital e o suporte pedagógico para estudantes de menor renda. Cabestré Amorim et al (2024) argumentam que políticas de permanência focadas na assistência estudantil podem ser decisivas para mitigar a

evasão entre esses grupos, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às ferramentas necessárias para o sucesso acadêmico.

A análise dos dados permite identificar diferentes perfis de estudantes evadidos, que podem ser compreendidos como agrupamentos distintos a partir da relação entre evasão e condição socioeconômica. O primeiro agrupamento corresponde aos estudantes que não declararam sua renda, representando a maioria absoluta dos evadidos (4.927 de um total aproximado de 5.580). Esse contingente expressivo, que corresponde a cerca de 88% do total, revela uma lacuna importante na coleta e sistematização das informações institucionais. A ausência desses dados compromete diretamente a formulação de políticas públicas eficazes e pode estar relacionada tanto a falhas administrativas na sistematização dos registros quanto ao receio dos estudantes em expor suas condições financeiras, o que demonstra uma dimensão subjetiva ligada à evasão, marcada por insegurança e vulnerabilidade social.

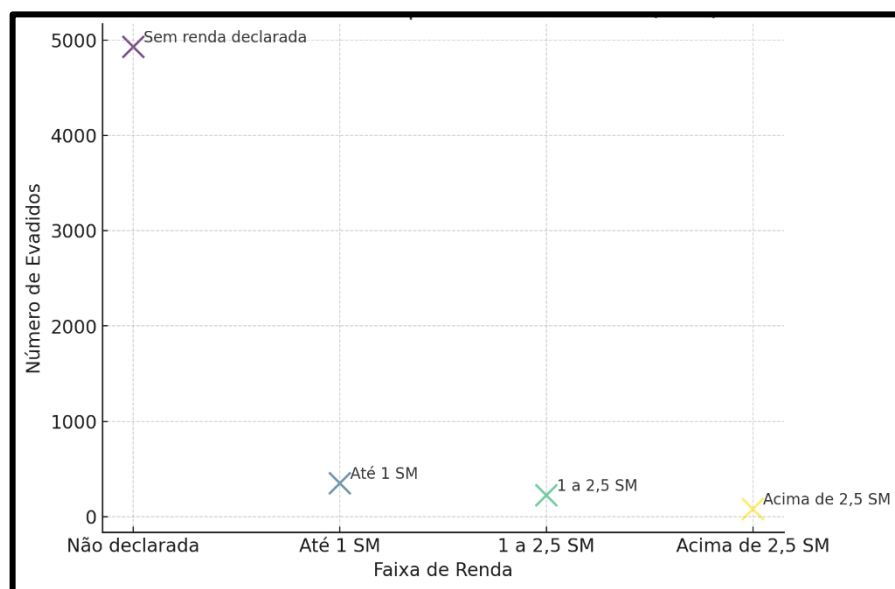
Entre os estudantes que declararam sua renda, observa-se um segundo agrupamento, formado majoritariamente por alunos pertencentes às faixas de até um salário-mínimo e entre um e dois salários-mínimos e meio. Este grupo soma 574 evadidos e evidencia a condição econômica como um fator determinante para a permanência ou abandono dos cursos. A vulnerabilidade financeira tende a impor barreiras significativas, como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a dificuldade em arcar com custos indiretos da formação e a limitação de recursos para manutenção dos estudos. Esse quadro reforça a ideia de que a evasão está fortemente associada às desigualdades sociais, o que se alinha a outros estudos sobre a educação profissional e tecnológica a distância, nos quais a vulnerabilidade socioeconômica surge como variável de maior impacto no abandono.

Um terceiro agrupamento pode ser identificado entre os estudantes que declararam rendas superiores a dois salários-mínimos e meio. Embora esse grupo seja numericamente menor, chama atenção o fato de que também apresenta taxas de evasão elevadas, próximas ou superiores a 55%. Esse dado demonstra que, embora a dimensão econômica seja crucial, a evasão não pode ser explicada apenas pela renda familiar. Outros fatores, como limitações da própria modalidade de ensino a distância, falta de engajamento acadêmico, dificuldades na gestão do tempo, carência de suporte pedagógico e deficiências de acompanhamento institucional, também se apresentam como elementos explicativos do fenômeno.

Dessa forma, a análise revela que a evasão escolar na EAD não se configura como um processo homogêneo, mas sim como um fenômeno multifacetado. Se, por um lado, a vulnerabilidade econômica se mostra determinante em grupos de baixa renda, por outro, os índices elevados de evasão em faixas salariais mais altas sugerem que há um conjunto mais

amplo de variáveis envolvidas. Além disso, a expressiva quantidade de estudantes sem declaração de renda representa um entrave à elaboração de políticas públicas específicas, pois a invisibilidade dessa informação dificulta o direcionamento de medidas voltadas à permanência. Assim, compreender a evasão a partir desses agrupamentos permite ampliar a análise e evidenciar a necessidade de estratégias diferenciadas que considerem as particularidades de cada perfil de estudante.

Gráfico 11 – Clusters da Evasão e Conclusão por Renda na EAD



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nota: Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha anos de 2018 a 2023.

Outro aspecto alarmante é a ausência de registros na categoria "sem renda", que pode indicar tanto falhas na coleta de dados quanto a exclusão de estudantes extremamente vulneráveis das estatísticas. Essa situação é preocupante, pois reflete um apagamento de uma camada significativa da população estudantil, como discutido por Quiroga (2022). A invisibilidade desses estudantes pode levar à falta de políticas direcionadas a suas necessidades específicas, perpetuando um ciclo de exclusão e evasão escolar. Diante desse cenário, é evidente que a construção de políticas públicas eficazes para a EAD deve considerar as especificidades socioeconômicas dos estudantes. A literatura aponta que intervenções que fortaleçam a assistência estudantil, promovam a inclusão digital e ofereçam suporte pedagógico são fundamentais para garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade econômica. Como afirmam Cabestré Amorim et al (2024), um olhar atento às diferentes

realidades socioeconômicas dos estudantes é essencial para promover uma educação mais justa e inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a permanência na EAD do IF Goiano revela um panorama que não apenas reflete, mas também enfatiza as complexidades e peculiaridades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os objetivos desta pesquisa foram parcialmente alcançados, uma vez que, apesar dos esforços empreendidos na coleta e análise dos dados, a amplitude do tema e, especialmente, a limitação quanto à disponibilidade e à completude das informações fornecidas pelos alunos comprometeram a obtenção de resultados mais conclusivos. Essa lacuna de dados impediu uma compreensão mais profunda de determinadas variáveis, o que, por sua vez, restringiu a análise de correlações e tendências importantes para o escopo inicial do estudo. Entre os principais impeditivos, destaca-se a ausência de dados fundamentais, como a declaração de renda familiar e a autodeclaração de raça/etnia por parte de grande parte dos alunos, o que inviabilizou recortes mais precisos e interseccionais. Além disso, as informações disponíveis sobre identidade de gênero estavam restritas apenas às categorias "masculino" e "feminino", desconsiderando outras identidades que poderiam contribuir para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de permanência e evasão no ensino. Essas lacunas comprometeram a amplitude da análise e limitaram a generalização dos achados da pesquisa.

A análise quantitativa dos índices de evasão sugere a urgência de um conjunto de políticas institucionais permanentes que garantam não apenas o acolhimento dos estudantes, mas também o suporte necessário para que eles possam superar os obstáculos que enfrentam, especialmente aqueles que pertencem a grupos mais vulneráveis. Isso implica na criação de mecanismos eficazes de apoio financeiro, assistência emocional, e um acompanhamento pedagógico que seja verdadeiramente ativo, promovendo uma escuta atenta às necessidades e dificuldades dos alunos, além de uma reavaliação contínua dos currículos oferecidos. É evidente que o IF Goiano ainda luta para assegurar o direito à permanência qualificada de seus estudantes, o que demanda uma resposta institucional imediata e eficaz.

No que tange à evasão por gênero, a investigação revelou que esse fenômeno deve ser encarado não apenas como um dado estatístico, mas sim como uma construção social que revela as desigualdades estruturais presentes na sociedade. A análise interseccional, que considera a combinação de gênero, classe, raça e território, é essencial para a compreensão profunda das dinâmicas que influenciam a evasão. Portanto, é de suma importância que as políticas institucionais de permanência sejam formuladas com um olhar atento a essas questões, incluindo, por exemplo, a implementação de creches, a concessão de bolsas de estudo e a criação de tutoria especializada. Além disso, a utilização de dados desagregados por gênero

deve ser uma prática comum para que se possam desenvolver ações afirmativas significativas. A escuta ativa e a participação engajada das alunas na construção de soluções educacionais mais justas e equitativas também se revelam fundamentais para enfrentar as desigualdades de gênero no contexto educacional.

Ademais, esta pesquisa evidenciou a relevância de considerar as diferentes faixas etárias dos alunos nas estratégias institucionais. Para os estudantes adultos, é vital que haja uma flexibilização curricular, além de políticas que promovam o acolhimento psicológico, a ambientação digital e o suporte financeiro, a fim de facilitar sua inserção e permanência na EAD. Para os alunos idosos, é imprescindível o desenvolvimento de tutoria especializada, com enfoque na inclusão digital e na promoção da aprendizagem contínua. Por outro lado, para os jovens, é crucial garantir um ambiente que favoreça a continuidade do apoio e o sentimento de pertencimento institucional, de modo a prevenir a evasão futura. Dessa forma, a Educação Profissional e Tecnológica deve articular políticas públicas que considerem a diversidade geracional, alinhando-a às exigências do mundo do trabalho e à formação de uma cidadania crítica.

A análise dos dados também destacou a necessidade urgente de considerar a interseccionalidade entre raça, classe, território e acesso às tecnologias. A significativa ausência de autodeclaração racial entre muitos estudantes revela um apagamento da diversidade étnico-racial que precisa ser enfrentado com seriedade. Para tanto, é necessário revisar os instrumentos utilizados para matrícula e acompanhamento dos discentes, promover ativamente a autodeclaração racial com acolhimento e sensibilização institucional, assim como implementar ações afirmativas direcionadas à permanência de estudantes negros, indígenas e pardos na EAD. A elaboração de um currículo antirracista e a formação de tutores e docentes com uma perspectiva decolonial são passos fundamentais para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e representativo.

Por último, a evasão na EAD do IF Goiano é fortemente influenciada por fatores socioeconômicos, evidenciando a invisibilidade dos estudantes que se encontram em situações de maior vulnerabilidade. A omissão da autodeclaração de renda e a exclusão de dados que refletem essa realidade precisam ser abordadas com urgência. A pesquisa recomenda um aprimoramento nos mecanismos de coleta de dados e no monitoramento da permanência dos alunos na EAD, além de um aumento significativo no investimento em políticas de assistência estudantil que sejam especificamente direcionadas a essa modalidade, com foco particular nos estudantes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

A Educação Profissional e Tecnológica, ao se comprometer com a justiça social, deve não apenas garantir o acesso, mas também assegurar uma permanência que seja qualificada, equitativa e emancipatória para todos os seus estudantes. As considerações apresentadas neste trabalho visam servir como um ponto de partida para ações mais concretas e efetivas na luta contra a evasão, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade, além de fomentar a inclusão em todos os níveis. A busca por soluções que garantam a permanência qualificada dos estudantes deve ser uma prioridade nas agendas institucionais, refletindo um compromisso genuíno com a formação de cidadãos críticos e engajados.

Diante das limitações encontradas neste estudo, recomenda-se que futuras pesquisas busquem superar essas barreiras por meio do aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados e do fortalecimento das políticas institucionais de registro discente. É fundamental que novas investigações incentivem e garantam a coleta sistemática de informações essenciais, como a renda familiar, a autodeclaração de raça/etnia e a identidade de gênero em suas múltiplas possibilidades, superando o binarismo atualmente predominante nos registros oficiais. Para isso, é necessário que as instituições de ensino implementem sistemas de dados mais sensíveis à diversidade estudantil, promovendo ambientes seguros e confiáveis para que os alunos se sintam encorajados a fornecer essas informações de forma voluntária e consciente. Além disso, sugere-se o uso de metodologias mistas — que combinem análises estatísticas com entrevistas, grupos focais ou estudos de caso — a fim de captar nuances subjetivas que os dados quantitativos, por si só, não revelam. Estudos longitudinais também podem ser valiosos, permitindo acompanhar a trajetória dos estudantes ao longo do tempo e identificar com maior precisão os fatores que contribuem para a permanência ou a evasão. Tais abordagens contribuirão significativamente para o avanço do conhecimento na área da Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas mais inclusivas, equitativas e eficazes.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

<p>PRODUTO EDUCACIONAL</p> <p>PROFEPT PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</p> <p>INSTITUTO FEDERAL Goiano Campus Ceres</p> <p>GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DE ALUNOS PARA O ENSINO A DISTÂNCIA - EAD</p> <p><i>Fernando José A. de Moraes</i> <i>Prof. Dr. Flávio Manoel C. B. Cardoso</i> <i>Profa. Dra. Fatima Suelly R. Cunha</i></p> <p>IF GOIANO – Campus Ceres GO</p>	<p>INSTITUTO FEDERAL Goiano Campus Ceres</p> <p>INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS CERES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</p> <p>GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DE ALUNOS PARA O ENSINO A DISTÂNCIA - EAD</p> <p>FERNANDO JOSÉ ALVARENGA DE MORAES Orientador: Prof. Dr. Flávio Manoel C. B. Cardoso Coorientadora: Profa. Dra. Fatima Suelly R. Cunha</p> <p>CERES - GO 2025</p> <p>Guia de análise de perfil de alunos para EAD</p> <p>2</p>
<p>SUMÁRIO</p> <p>APRESENTAÇÃO.....4</p> <p>DESCRIÇÃO TÉCNICA.....6</p> <p>GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DO ALUNO NA EAD.....7</p> <p>PASSO 1 – O FORMULÁRIO DE MATRÍCULA.....8</p> <p> A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NO CAMPO DE SEXO OS FORMULÁRIOS INSTITUCIONAIS: SUPERANDO A LÓGICA BINÁRIA.....8</p> <p> A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DETALHADA DA IDADE NOS FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: SUPERANDO A GENERALIZAÇÃO DOS ADULTOS.....10</p> <p> A IMPORTÂNCIA DE ABORDAR A DIVERSIDADE NO CAMPO DE RAÇA/ETNIA NOS FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: REPRESENTATIVIDADE COMO COMPROMISSO COM A INCLUSÃO.....12</p> <p> A IMPORTÂNCIA DA DECLARAÇÃO DE RENDA EM FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA EQUIDADE.....14</p> <p>PASSO 2 - ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS.....17</p> <p>PASSO 3 - ANÁLISE DIAGNÓSTICA DOS PERFS.....18</p> <p>PASSO 4 - CRIAÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS.....19</p> <p>PASSO 5 - PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS.....21</p> <p>PASSO 6 - FEEDBACK INSTITUCIONAL E ACOMPANHAMENTO.....22</p> <p>PASSO 7 - REVISÃO E MELHORIA CONTÍNUA.....24</p> <p>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....26</p> <p>REFERÊNCIAS.....28</p> <p>Guia de análise de perfil de alunos para EAD</p> <p>3</p>	<p>APRESENTAÇÃO</p> <p>Este guia resulta da investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, com foco nos fatores que influenciam a evasão e a permanência de estudantes em cursos na modalidade a distância. Como produto educacional, propõe-se a criação de um Guia para Análise de Perfis de Alunos em Educação a distância - EAD, voltado para educadores que atuam nesse contexto, com o intuito de subsidiar práticas pedagógicas personalizadas que considerem variáveis demográficas como idade, sexo, etnia e renda. A personalização do ensino, ancorada na compreensão desses perfis, tem se mostrado essencial para a melhoria do engajamento e da eficácia da aprendizagem em ambientes virtuais (Means et al., 2020; Lima & Oliveira, 2019).</p> <p>Durante o desenvolvimento da pesquisa, evidenciou-se que a diversidade de perfis entre os estudantes é um fator determinante no seu desempenho e permanência. Alunos mais velhos, por exemplo, demonstram maior resiliência e motivação intrínseca, mas frequentemente enfrentam dificuldades com tecnologias digitais (Gomes & Silva, 2021). Por outro lado, alunos mais jovens tendem a apresentar maior familiaridade com plataformas online, mas podem enfrentar desafios relacionados à autorregulação e à disciplina de estudo. Nesse sentido, o guia propõe estratégias específicas para cada faixa etária, buscando equilibrar as necessidades técnicas, cognitivas e emocionais dos discentes.</p> <p>Quanto ao sexo e à etnia, a pesquisa identificou nuances importantes no modo como homens e mulheres experienciam a EAD, bem como as barreiras enfrentadas por estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais minorizados. Estudos recentes (Carvalho & Mendes, 2022; Ferreira, 2021) apontam que mulheres, especialmente as que conciliam trabalho, estudo e maternidade, necessitam de maior flexibilidade e acolhimento nas práticas pedagógicas. Da mesma forma, estudantes negros e indígenas relataram sentimentos de invisibilidade nos conteúdos e nas interações online. O guia, portanto, traz orientações para práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente sensíveis, que valorizem a identidade e a trajetória de cada estudante.</p> <p>Outro eixo fundamental abordado no guia é a condição socioeconômica dos alunos. A análise dos dados demonstrou que a evasão em cursos EAD é significativamente maior entre estudantes de baixa renda, os quais enfrentam limitações de acesso à internet,</p> <p>Guia de análise de perfil de alunos para EAD</p> <p>4</p>

6.1 DESCRIÇÃO TÉCNICA

Origem do Produto: Dissertação “A INFLUÊNCIA DA DEMOGRAFIA NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EAD”

Área do Conhecimento: Educação Profissional e Tecnológica

Público-alvo: Educadores e gestores das Instituições que ofertam cursos na modalidade EAD para análise dos perfis de alunos em cursos de educação a distância (EAD).

Categoria do produto: Guia de avaliação técnica.

Finalidade: Personalização do ensino e promoção da eficácia e do engajamento dos alunos em ambientes virtuais de aprendizagem além de identificar as necessidades individuais dos alunos e adaptar o ensino de acordo com seus perfis específicos. Ao utilizar essas informações de forma estratégica, os educadores poderão personalizar o ensino, aumentar o engajamento dos alunos e promover uma aprendizagem eficaz e significativa em ambientes virtuais.

Ano: 2025

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como proibição de uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Instituições envolvidas: Instituto Federal Goiano de Goiás.

Idioma: português.

País: Brasil.

REFERÊNCIAS

ABED. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. Associação Brasileira de Educação a Distância, 2021. Disponível em:

<https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/issue/view/23>. Acesso em: 19 set. 2024.

ALMEIDA, Rodrigo dos Santos; ALVES, Telma; PEREIRA, Marcus Vinicius da Silva; RÔÇAS, Giselle. A formação técnica integrada e a Contrarreforma do Ensino Médio: retalhos de uma colcha inacabada. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 25, p. e15997, 2025. DOI: 10.15628/rbept.2025.15997. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15997>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ALMEIDA, Rosemary Pessoa Borges; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama Chagas. Formação continuada do docente da educação profissional: contribuição do Campus ZL/IFRN. Ensino em Perspectivas, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2020.

ALVAREZ, Karine Rodrigues; ALVES, Suelem Cristina; MATOS, Roberta Pereira. Evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal: Levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. Research, Society and Development, v. 10, n. 6, p. e12510615630-e12510615630, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/102902374/13933-libre.pdf?1685630418=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEvasao_escolar_nos_cursos_tecnicos_integ.pdf&Expires=1753552662&Signature=FutvWvSIoIxfGswOt93z4A2V6PzbOq86n-NkSv5oVXzZI7zV7ugxtrmYWz3AkuD7xnNaNg4avFSaGeyUCPeWYqKNKqGL6xI3BC4A38GVq8ZJXm1vYSCI6meW4pA4X25HNXyCu09orpFtZRDF~2Z-c2eC24pbeBQOXglG3AhS4VH0KHeVUTABk8sVB6KC5gv7IIVSrHY7PGvR~XJS4CNkxTHqdimnX9cOjP-n0e5NyJsF4ofQQdHZKbxNSzbZB3M92ZbgmojoIOXjU5rx-iZzwHUKQy8biP7ta7adXaCZUyLLTLIY~56cj9XAWUS~kb-h~Gzm1Dxwk-SCWskY89VLeA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 19 jul. 2022.

ARAUJO, Ernandes Soares Araújo; DE OLIVEIRA OLIVEIRA, Gerlan Almeida; FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva França-Carvalho. O Perfil Socioeconômico, Formativo e Profissional de Estudantes do Ensino Superior da Educação à Distância: desafios e

possibilidades. *Cadernos Cajuína*, v. 9, n. 5, p. e249537-e249537, 2024. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/572>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ASHTIANI, Mariam. The racially disparate effects of drug arrest on high school dropout. *Socius*, v. 7, p. 23780231211027097, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/23780231211027097>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ASSUNÇÃO, Élide Lúcia Ferreira; SANTOS, José Leonardo Diniz de Melo; SEABRA, Magno Alexon Bezerra; DE OLIVEIRA, Rose Alves; DOS ANJOS, Danilo Nascimento; LACERDA, Fabiano Madeira; LOUREIRO, Valéria Jane Siqueira; DA SILVA, Antônio Veimar. Distance Education (De): Critical And Practical Reflections. *Aracê*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 10043–10065, 2024. DOI: 10.56238/arev6n3-340. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1724>. Acesso em: 27 mai. 2025.

BABBIE EARL, Robert. The basics of social research. Belmont, CA: Thomson Wadsworth, 2016.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. Práxis e educação em Gramsci. *Filosofia e Educação*, v. 2, n. 1, p. 181-203, 2010.

BARBOSA, Eduardo Fernandes. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. Educativa, out, 1998. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32349293/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais-libre.pdf?1391572258=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DInstrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educa.pdf&Expires=1753653292&Signature=bp-c4D~7~MWEYznQtGE~PH3hKGaTY6Skfp~0QIovUmT3jR~~z9G~8bzIVm2KbjTPoeksEq2SeaSUAMSiT~wsrN~14rMT5GFePYJ~2MDWzbK0ZZAuUyUh41DfbnOIckTCqjqTtVFYSeic8D2lPtMW8Y1kdrLxuj4gmoRlRY1BWwt9X7nt91lXm1QG1PYJDirpxmr9og1mKgsTiOFOjlxwUffJzDgYv1rejzT8Hd-q1syb59DWZ0pKtydvYpMtyfgWQjPPjoDckDHaD9TyVMobbi0WmckK-

Wqb0Pl8KPzub8bnEEeUlvibjmAU5rTtwEqEMRV-Dstft7P-YmfSX5md4A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 01 jun. 2023.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 19, n. 1 (jan./jun. 1994), p. 89-96, 1994. Disponível em: <http://https://chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231918/000092223.pdf?seque>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRANCO, Emerson Pereira; ADRIANO, Gisele; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávaro Alegrância. Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. Revista Contemporânea de Educação, v. 15, n. 34, p. 133-155, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/352011627>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRANCO, Lilian Soares Alves; CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 25, n. 1, p. 132–154, jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL; IBGE; PNAD. Educação 2019: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL; MEC. Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL; Ministério da Educação. Nota Informativa número 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC. Brasília-DF: MEC, 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://ctur.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; FRANCO, Angélica Lopes. Causas da evasão em curso de graduação a distância em administração em uma universidade pública federal. *Teoria e Prática da Educação*, v. 14, n. 3, p. 43-56, 2012.

CABESTRÉ AMORIM, Gabriely; LOPES PORTO VERZOLLA, Beatriz; BONI, Bianca Rafaela; MICHELETTO MARTINS, Igor; CRUZ PEREIRA, Regiane Aparecida; PASCHOAL POSTIGUE, Thais. Suturando Diversidade e Educação a Distância: análise de um curso de Pedagogia. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2024. DOI: 10.17143/rbaad.v22i1.668. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/668>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CAMELO, Elivânia Belo Silva. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Revista Educação Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 507-515, 2025. Disponível em: <https://www.editoraverde.org/porta/revistas/index.php/reca/article/view/385>. Acesso em: 20 mai. 2025.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. Evasão escolar: causas e consequências. Curitiba/PR, p. 242-4, 2008.

CHAGAS, Carolina Lima. A EXPANSÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA. UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-expansao-do-ensino-a-distancia-no-brasil-durante-o-governo-lula.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

CHAQUIME, Luciane Penteado; CORASSA, Maria Auxiliadora de Carvalho; MATTA, Cláudia Eliane da; GARBE, Gisele Grinevicius. Institucionalização da EaD: perspectivas para se pensar a qualidade da modalidade. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, [S. l.], v. 12, 2025. Disponível em:

<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/1093>. Acesso em: 13 abr. 2025.

COSTA, Cledjan Torres da Costa. União De Dados Por Clusterização Para Construção De Modelos Para Predição De Evasão. 2025. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://repositorio.ufpi.br:8080/bitstream/handle/123456789/3850/dissertacao_mestrado_final-%20Cledjan.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 jun. 2025.

COSTA, Gianne Alves; LIMA, Jenifer Thais Dantas; DOS SANTOS, Simone Cabral Marinho. Os aspectos sociodemográficos de evasão e abandono escolar no ensino público do semiárido nordestino. *Educação Por Escrito*, v. 13, n. 1, p. e43544-e43544, 2022.

COSTA, Renata Luiza da; SANTOS, Júlio César dos. A evasão em cursos técnicos a distância. *Educar em revista*, v. 33, n. 66, p. 241-256, 2017. Acesso em: 10 abr. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*, v. 4, p. 13-34, 2011.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, J. David. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications, 2018.

DEWEY, John. *Experiência e educação*. Editora vozes, 2023.

DORE, Rosemary. Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci?. *Cadernos Cedes*, v. 34, n. 94, p. 297-316, 2014.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de pesquisa*, v. 41, p. 770-789, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?lang=pt/>. Acesso em: 20 out. 2022.

FERNANDES, Allysson Barbosa. Os Desafios E Oportunidades Da Educação A Distância No Brasil. *Revista Tópicos*, v. 2, n. 7, p. 1-15, 2024. Disponível em:

<https://revistatopicos.com.br/artigos/os-desafios-e-oportunidades-da-educacao-a-distancia-no-brasil>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERNANDES, Jaciara Mayara Batista; VIEIRA, Lidiane Torres; CASTELHANO, Marcos Vitor Costa. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. REDES – Revista Educacional da Sucesso, v. 3, n. 1, p. 1–7, 07 nov. 2023. Disponível em: [PDF online]. Acesso em: 27 jul. 2025.

FERNANDES, Stéfani Martins; HENN, Leonardo Guedes; KIST, Liane Batistela. O ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. Research, Society and Development, v. 9, n. 1, p. e21911551-e21911551, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://agora.edu.es/descarga/articulo/7342109.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FERRUGINI, LÍlian; SOUZA, Donizeti Leandro; MORAIS, Raphael; PINTO, Cintia Loos. Educação a distância no Brasil: potencialidades e fragilidades. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 12, n. 1, p. 90-98, 2014.

GRAMSCI, Antônio. Quaderni del carcere: edizione critica. Organização Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; BRANCO, LÍlian Soares Alves; CONTE, Elaine. Evasão na EAD: perspectivas de prevenção. Perspectiva, v. 38, n. 3, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/62978>. Acesso em: 02 mai. 2025.

IMPERATORE, Simone; ECHEVESTE, Simone Soares. Estudo sobre a criação de vínculos afetivos por professores da modalidade EAD. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, [S. l.], v. 19, n. 1, 2020. DOI: 10.17143/rbaad.v19i1.439. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/439>. Acesso em: 12 mai. 2025.

INEP. Censo da Educação Superior 2021. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

INEP. Indicadores de fluxo escolar da educação básica. 2017. Disponível em: chrome-
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>.
 Acesso em: 24 mai. 2023.

JÚNIOR, Raimundo Nonato Colares Camargo; SILVA, Welligton Conceição da; SILVA, Éder Bruno Rebelo da; SÁ, Pedro Rodrigues de; FRIAES, Ellen Peixoto Pinon; COSTA, Brenda Oliveira da; ROCHA, Clarisse Beltrão Rosas; SILVA, Louise Cristhine Monteiro Silva da; BORGES, Daniel Clarismundo; CRUZ, Simone Lobato Ferreira da; NINA, Leonice Maria Bentes; OLIVEIRA JUNIOR, José Antônio de. Revisão integrativa, sistemática e narrativa-aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 28, n. 1, p. 11, 2023. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882>. Acesso em: 18 mai. 2024.

KLAUK, Fernando Costa. Inclusão étnico-racial na educação profissional técnica no Brasil: desafios e perspectivas. 2025. Disponível em: chrome-
 extension://efaidnbmnibpcjpcglclefindmkaj/http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/dissertacoes/file/493/3dae425a1b95fd50dc969e9da0e7c288.pdf. Acesso em: 02 mai. 2025.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-18, 2009.

LOPES, Humberto Elias Garcia; GOSLING, Marlusa de Sevilha. Cluster analysis in practice: Dealing with outliers in managerial research. Revista de Administração Contemporânea, v. 25, n. 1, p. e200081, 2020.

LUCENA, Carlos; SAVIANI, Dermeval; ARAUJO, José Carlos Souza; CASSIN, Marcos; SANFELICE, José Luís; MARTINS, Marcos Francisco; CARVALHO, Máuri de; DUARTEET, Newton. Marxismo e educação: debates contemporâneos. Autores Associados, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=+LUCENA%2C+Carlos+et+al.+Marxismo+e+educa%C3%A7%C3%A3o%3A+debates+contempor%C3%A2neos.+Autores+Associados%2C+2017.&btnG=. Acesso em: 24 mai. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. Produção do conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas: Mercado das Letras, p. 347-362, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Lucilia-Machado-](https://www.researchgate.net/profile/Lucilia-Machado-3/publication/266182480_FORMACAO_DE_PROFESSORES_PARA_A_EDUCACAO_PROFISSIONAL_E_TECNOLOGICA_PERSPECTIVAS_HISTORICAS_E_DESAFIOS_CONTEMPORANEOS/links/56a6088808ae2c689d39a40f/FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-A-EDUCACAO-PROFISSIONAL-E-TECNOLOGICA-PERSPECTIVAS-HISTORICAS-E-DESAFIOS-CONTEMPORANEOS.pdf)

[3/publication/266182480_FORMACAO_DE_PROFESSORES_PARA_A_EDUCACAO_PROFISSIONAL_E_TECNOLOGICA_PERSPECTIVAS_HISTORICAS_E_DESAFIOS_CONTEMPORANEOS/links/56a6088808ae2c689d39a40f/FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-A-EDUCACAO-PROFISSIONAL-E-TECNOLOGICA-PERSPECTIVAS-HISTORICAS-E-DESAFIOS-CONTEMPORANEOS.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Lucilia-Machado-3/publication/266182480_FORMACAO_DE_PROFESSORES_PARA_A_EDUCACAO_PROFISSIONAL_E_TECNOLOGICA_PERSPECTIVAS_HISTORICAS_E_DESAFIOS_CONTEMPORANEOS/links/56a6088808ae2c689d39a40f/FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-A-EDUCACAO-PROFISSIONAL-E-TECNOLOGICA-PERSPECTIVAS-HISTORICAS-E-DESAFIOS-CONTEMPORANEOS.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. ABC da EaD: a educação a distância hoje. Pearson Prentice Hall, 2014.

MALHOTRA, Naresh K. Marketing research: an applied prientation. pearson, 2020.

MALLMANN, Elena Maria; CATAPAN, Araci Hack. Performance docente na mediação pedagógica em educação a distância. Revista Inter-Ação, v. 35, n. 2, p. 359-372, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/13128>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MANACORDA, Mario Alighiero. Il princípio educativo in Gramsci. Armando Editore, 1990.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEC - Ministério da Educação. Relatório sobre a Educação Técnica e Profissional durante a Pandemia. Ministério da Educação. 2020. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Disponível em: chrome- chrome-extension://efaidnbmnñnibpcajpcgleclfindmkaj/<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/RelatrioIVD13Meta2.1MedidasCOVID19.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância. Summus Editorial, 2015.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci. 2008.

OLIVEIRA, Walter Pinto de; BITTENCOURT, Wanderley José Mantovani. A evasão na EaD: Uma análise sobre os dados e relatórios, ano base 2017, apresentados pelo Inep, UAB e Abed. Educação Pública, v. 20, n. 3, p. 21, 2020.

PEREIRA, Eliane de Alcantara; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Avaliação da educação profissional técnica: avanços e desafios. Profanações, v. 7, n. esp. 2, p. 169-188, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/3039> Acesso em: 10 mai. 2025.

PEREIRA, Jaqueline Gomes. RODRIGUES, Ana Paula. O ensino a distância e seus desafios. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 07, pp. 05-20. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-ensino>. 2012. Acesso em: 20 dez. 2024.

QUIROGA, Fernando Lionel. A Evasão Na Educação a Distância (EaD) e Suas Interfaces com a Democratização do Acesso e a Intensificação das Desigualdades. Jornal de Políticas Educacionais, v. 16, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-19692022000100129&script=sci_arttext. Acesso em: 08 jun. 2022.

REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Programa de mentoria online: espaço para o desenvolvimento profissional de professoras iniciantes e experientes. Educação e Pesquisa, v. 34, n. 01, p. 77-95, 2008. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000100006&script=sci_abstract. Acesso em: 10 fev. 2025.

ROCHA, Leonardo Rafael Leite da. Construção do self educacional de pessoas trans ao longo de suas trajetórias acadêmicas. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33964>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ROCHA, Sueli Matos Moreira da; GONTIJO, Simone Braz Ferreira. Avaliação para as aprendizagens na Educação profissional e tecnológica: aplicações na Educação a distância. *Dialogia*, n. 46, p. e25103-e25103, 2023.

SALVUCCI, Mara; LISBOA, Marcos JA; MENDES, Nelson C. Educação a distância no Brasil: fundamentos legais e implementação. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, v. 11, 2012.

SANTOS, Cássia Ramos dos; BASTOS, Regiane Gonçalves; DE OLIVEIRA, Veronica Heloisa. Desafios da gestão contra a evasão escolar no ensino médio das escolas públicas. *Cadernos da Pedagogia*, v. 14, n. 27, 2020.. Disponível em: <http://https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1324/504>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SANTOS, Flavia Giffoni de Abreu dos; VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. Instrumento avaliativo para seleção de mídias e tecnologias digitais em cursos a distância. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 126–144, 2020. DOI: 10.53628/emrede.v7i1.544. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/544>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. Autores Associados, 2018.

SILVA FILHO, Antonio Marcelino da et al. Estudo Dos Sintomas Da Evasão Escolar No Ensino De Jovens E Adultos Utilizando Redes Neurais Artificiais. In: *Pensando A Educação Profissional, Técnica E Tecnológica*. Editora Científica Digital, 2023.

SILVA, Denise Bianca Maduro; CASTIONI, Remi; MARTÍNEZ, Rogfel Thompson. Evasão escolar e os indicadores da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e

2015. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 23, n. 2, p. 437-460, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.redalyc.org/journal/6257/625768460004/625768460004.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; JUNIOR, Sérgio Silva Braga. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. Revista de gestão e secretariado, v. 5, n. 1, p. 01-18, 2014.

SILVA, José Augusto Souza Gomes da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. O papel da educação profissional e tecnológica na formação para o mercado de trabalho no Brasil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 999-1007, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16554>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SILVA, Maria Eduarda da; SILVA, Wellington Manoel da Silva; MENDONÇA Daniele da Silva; BARBOSA, Danielly Alves Mendes; SILVA, Lenildo Sena de Lira; RODRIGUES, Thyago de Oliveira; SILVA, Josenilson Felix da; SILVA, Elivalda Andrade. Promoção da homeostase glicêmica em indivíduos diabéticos através do exercício físico: Uma revisão narrativa. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 44576-44585, 2020.

SILVA, Natalino Neves da; PEREIRA, Aline de Carvalho. Evasão e permanência de cotistas e não cotistas raciais no ensino técnico. Revista Teias, v. 21, n. 62, p. 203-216, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052020000500203&script=sci_arttext. Acesso em: 29 jul. 2023.

VIANA, Nildo. Marx e a Educação. Estudos (Goiânia), Goiânia, v. 31, n. 3, p. 543-566, 2004.

VRIESMANN, Lucia Cristina; RODRIGUES, Izabelle Cristina Garcia; RIBAS, João Luiz Coelho. O CAMINHAR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL THE PATH OF DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://pdfs.semanticscholar.org/c647/98081f66406fb13351273842f39581140c81.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch et al. A formação social da mente. São Paulo, v. 3, 1989.

ZENGİN, Mevsim. Investigation of High School Students' Dropout Risk Level. Shanlax International Journal of Education, v. 9, p. 59-68, 2021. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1297705>. Acesso em: 14 jul. 2023.

APÊNDICE A – SUBMISSÃO

Texto retirado do e-mail:

” Prezada(o) Fernando Jose Alvarenga de Moraes, Flávio Manoel C. B. Cardoso C. B. Cardoso, Fatima Suely R. Cunha R. Cunha,

Agradecemos a submissão do seu artigo "EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OU EDUCAÇÃO DISTANTE? ABORDANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA" para avaliação de Educação e Pesquisa. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do

Manuscrito: <https://submission.scielo.br/index.php/ep/authorDashboard/submission/298864>

Login: <https://submission.scielo.br/index.php/ep/user/profile>

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email.

Agradecemos mais uma vez por considerar nossa revista como meio ideal de transmitir ao público o seu trabalho.

Revista Educação e Pesquisa

Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo

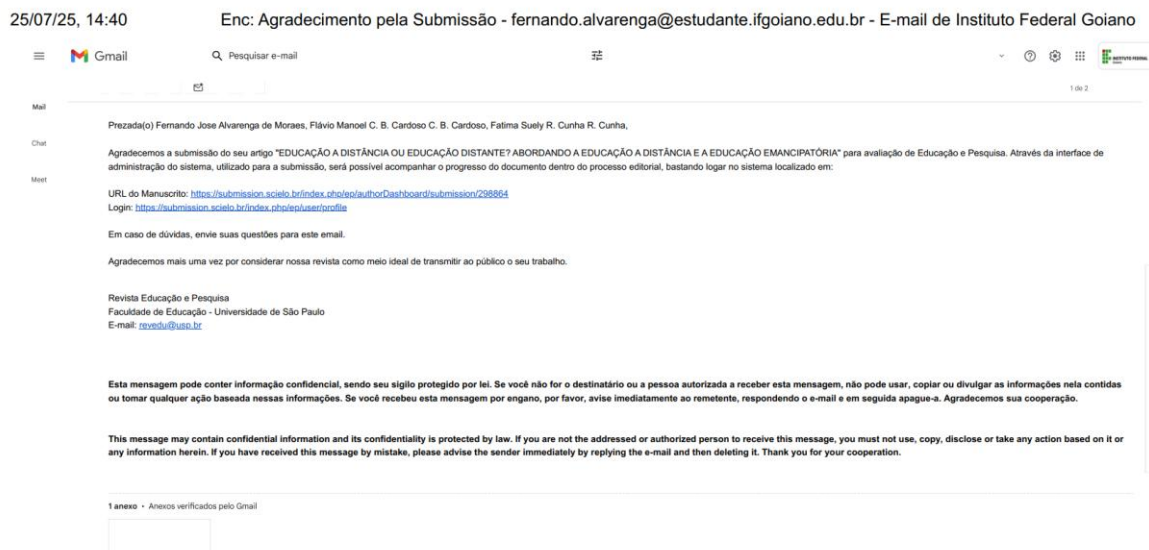
E-mail: revedu@usp.br

Esta mensagem pode conter informação confidencial, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

This message may contain confidential information and its confidentiality is protected by law. If you are not the addressed or authorized person to receive this message, you must not use,

copy, disclose or take any action based on it or any information herein. If you have received this message by mistake, please advise the sender immediately by replying the e-mail and then deleting it. Thank you for your cooperation."

Cópia do e-mail:



PRODUTO EDUCACIONAL



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Campus
Ceres

GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DE ALUNOS PARA O ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

*Fernando José A. de Moraes
Prof. Dr. Flávio Manoel C. B. Cardoso
Prof^a. Dr^a. Fatima Suely R. Cunha*



**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DE ALUNOS PARA O
ENSINO A DISTÂNCIA - EAD**

FERNANDO JOSÉ ALVARENGA DE MORAES

Orientador: Prof. Dr. Flávio Manoel C. B. Cardoso

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Fatima Suely R. Cunha

**CERES - GO
2025**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL

<p>MESTRANDO: Fernando José Alvarenga de Moraes MATRÍCULA: 2022103332440040 TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A influência da demografia na permanência dos alunos na EAD TÍTULO DO PE: Guia de análise de perfil de alunos para o ensino a distância – EAD ORIENTADOR: Prof. Dr. Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso COORIENTADORA: Profa. Drª. Fatima Suelly Ribeiro Cunha</p>	
<p>FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE) [Adaptado do Documento de Área Ensino CAPES, disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES_REGISTRO_PRODUCAO_TECNICA_TECNOLOGICA_ENSINO.pdf e RIZZATTI, et al. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020]</p>	
<p>ADERÊNCIA – compreende-se da relação que o PE apresenta com o Programa. *Marcar quantas opções necessárias.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> (X) Vínculo à projeto de pesquisa do Programa. <input checked="" type="checkbox"/> (X) Vínculo à linha de pesquisa do Programa. <input checked="" type="checkbox"/> (X) Vínculo à área de concentração do Programa <input type="checkbox"/> () Sem clara aderência às linhas, projetos ou área do Programa.</p>
<p>IMPACTO – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. É importante observar os efeitos e benefícios da produção. *Marcar uma opção para cada campo.</p>	<p><input type="checkbox"/> () Alto: O PE com aplicação no sistema Educacional relacionado à prática profissional do discente, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade. <input checked="" type="checkbox"/> (X) Médio: PE gerado e aplicado no sistema Educacional não sendo observado seus benefícios. <input type="checkbox"/> () Baixo: O PE gerado não utilizado/aplicado no sistema relacionado à prática profissional do discente.</p>
	<p><input type="checkbox"/> () Real: É possível avaliar/medir as mudanças, efeitos ou benefícios diretamente atribuíveis a aplicação do PE com o público alvo. <input checked="" type="checkbox"/> (X) Potencial: As mudanças, efeitos ou benefícios são previsíveis pelo pesquisador. Efeito planejado ou esperado.</p>
	<p><input checked="" type="checkbox"/> (X) Apresenta possibilidade de replicabilidade mesmo com adaptações em diferentes contextos daquele em que foi produzido.</p>

	<input type="checkbox"/> Não apresenta replicabilidade.
	Abrangência predisa do PE: <input type="checkbox"/> Local <input checked="" type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Internacional
COMPLEXIDADE – compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional. <i>*Marcar uma opção.</i>	<input type="checkbox"/> Alta complexidade: O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores segmentos da sociedade, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do PE. <input checked="" type="checkbox"/> Média complexidade: O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade. <input type="checkbox"/> Baixa complexidade: O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade. <input type="checkbox"/> Sem complexidade: Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do PE.
INOVAÇÃO – considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original. <i>*Marcar uma opção.</i>	<input type="checkbox"/> Alto teor inovativo: desenvolvimento com base em conhecimento inédito. <input type="checkbox"/> Médio teor inovativo: combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos. <input checked="" type="checkbox"/> Baixo teor inovativo: adaptação de conhecimento existente.
APLICABILIDADE – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas. <i>*Marcar uma opção para cada campo.</i>	<input checked="" type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa. <input type="checkbox"/> PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa. <input checked="" type="checkbox"/> O estágio da tecnologia do PE é Piloto/protótipo. <input type="checkbox"/> O estágio da tecnologia do PE está em teste. <input type="checkbox"/> O estágio da tecnologia do PE é finalizado/implementado.
ACESSO – relaciona-se à forma de acesso do PE. <i>*Marcar uma opção para cada campo.</i>	<input type="checkbox"/> PE sem acesso, por enquanto, em razão da possibilidade de iminente pedido de registro. <input type="checkbox"/> PE sem acesso. <input type="checkbox"/> PE com acesso via rede fechada. <input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso público e gratuito. <input type="checkbox"/> PE com Registro/depósito de propriedade intelectual. <input checked="" type="checkbox"/> PE sem Registro/depósito de propriedade intelectual.

BREVE PARECER DA VALIDAÇÃO: Produto educacional foi aprovado/validado.

Presidente da banca: Prof. Dr. Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Fatima Suely Ribeiro Cunha

Membro interna: Prof^a. Dra. Denise Dias

Membro externo: Prof. Dr. Frederico Dourado Rodrigues Moraes

Data da defesa: 11/09//2025



Documento assinado digitalmente
FREDERICO DOURADO RODRIGUES MORAIS
Data: 25/09/2025 14:52:54-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Manoel Coelho Borges Cardoso**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/09/2025 16:06:32.
- **Fatima Suely Ribeiro Cunha**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/09/2025 10:12:35.
- **Denise Dias**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 22/09/2025 10:32:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/09/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 743387

Código de Autenticação: 2aa2e13556



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

SUMÁRIO

6 APRESENTAÇÃO	7
DESCRIÇÃO TÉCNICA	9
GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DO ALUNO NA EAD	10
PASSO 1 – O FORMULÁRIO DE MATRÍCULA	11
A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NO CAMPO DE SEXO OS FORMULÁRIOS INSTITUCIONAIS: SUPERANDO A LÓGICA BINÁRIA	11
A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DETALHADA DA IDADE NOS FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: SUPERANDO A GENERALIZAÇÃO DOS ADULTOS	13
A IMPORTÂNCIA DE ABORDAR A DIVERSIDADE NO CAMPO DE RAÇA/ETNIA NOS FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: REPRESENTATIVIDADE COMO COMPROMISSO COM A INCLUSÃO	15
A IMPORTÂNCIA DA DECLARAÇÃO DE RENDA EM FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA EQUIDADE	17
PASSO 2 - ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	20
PASSO 3 - ANÁLISE DIAGNÓSTICA DOS PERFIS	21
PASSO 4 - CRIAÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS	22
PASSO 5 - PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS	24
PASSO 6 - FEEDBACK INSTITUCIONAL E ACOMPANHAMENTO	25
PASSO 7 - REVISÃO E MELHORIA CONTÍNUA	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

APRESENTAÇÃO

Este guia resulta da investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, com foco nos fatores que influenciam a evasão e a permanência de estudantes em cursos na modalidade a distância. Como produto educacional, propõe-se a criação de um Guia para Análise de Perfis de Alunos em Educação a distância - EAD, voltado para educadores que atuam nesse contexto, com o intuito de subsidiar práticas pedagógicas personalizadas que considerem variáveis demográficas como idade, sexo, etnia e renda. A personalização do ensino, ancorada na compreensão desses perfis, tem se mostrado essencial para a melhoria do engajamento e da eficácia da aprendizagem em ambientes virtuais (De Andrade Filho et al, 2024).

Durante o desenvolvimento da pesquisa, evidenciou-se que a diversidade de perfis entre os estudantes é um fator determinante no seu desempenho e permanência. Alunos mais velhos, por exemplo, demonstram maior resiliência e motivação intrínseca, mas frequentemente enfrentam dificuldades com tecnologias digitais (Da Silva et al., 2024). Por outro lado, alunos mais jovens tendem a apresentar maior familiaridade com plataformas online, mas podem enfrentar desafios relacionados à autorregulação e à disciplina de estudo. Nesse sentido, o guia propõe estratégias específicas para cada faixa etária, buscando equilibrar as necessidades técnicas, cognitivas e emocionais dos discentes.

Quanto ao sexo e à etnia, a pesquisa identificou nuances importantes no modo como homens e mulheres experienciam a EAD, bem como as barreiras enfrentadas por estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais minorizados. Estudos recentes (Da Silva, 2022; Fonseca et al., 2024) apontam que mulheres, especialmente as que conciliam trabalho, estudo e maternidade, necessitam de maior flexibilidade e acolhimento nas práticas pedagógicas. Da mesma forma, estudantes negros e indígenas relataram sentimentos de invisibilidade nos conteúdos e nas interações online. O guia, portanto, traz orientações para práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente sensíveis, que valorizem a identidade e a trajetória de cada estudante.

Outro eixo fundamental abordado no guia é a condição socioeconômica dos alunos. A análise dos dados demonstrou que a evasão em cursos EAD é significativamente maior entre estudantes de baixa renda, os quais enfrentam limitações de acesso à internet, equipamentos e tempo disponível para os estudos (Araujo; De Oliveira-Oliveira; França-

Carvalho, 2024). O produto educacional apresenta, nesse contexto, diretrizes para mapeamento dessas condições e sugestões de mediação pedagógica que contemplem a realidade dos estudantes mais vulneráveis, promovendo equidade no processo de aprendizagem.

Em síntese, este guia pretende ser uma ferramenta prática e acessível, com perguntas-chave, exemplos de estratégias e recomendações baseadas em evidências científicas dos últimos seis anos. Ao considerar as dimensões de idade, sexo, etnia e renda, espera-se contribuir com educadores na construção de um ensino mais humano, responsivo e inclusivo, promovendo o pertencimento e a aprendizagem significativa nos cursos de educação a distância. A personalização, mais do que um diferencial, é uma necessidade urgente para a democratização do acesso e da permanência na educação online.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Origem do Produto: Dissertação “A INFLUÊNCIA DA DEMOGRAFIA NA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EAD”

Área do Conhecimento: Educação Profissional e Tecnológica

Público-alvo: Educadores e gestores das Instituições que ofertam cursos na modalidade EAD para análise dos perfis de alunos em cursos de educação a distância (EAD)

Categoria do produto: Guia de avaliação técnica

Finalidade: Personalização do ensino e promoção da eficácia e do engajamento dos alunos em ambientes virtuais de aprendizagem além de identificar as necessidades individuais dos alunos e adaptar o ensino de acordo com seus perfis específicos. Ao utilizar essas informações de forma estratégica, os educadores poderão personalizar o ensino, aumentar o engajamento dos alunos e promover uma aprendizagem eficaz e significativa em ambientes virtuais.

Ano: 2025

Avaliação do Produto: 11 de setembro de 2025

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais bem como proibição de uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Instituições envolvidas: Instituto Federal Goiano de Goiás.

URL:

Idioma: Português.

País: Brasil.

GUIA DE ANÁLISE DE PERFIL DO ALUNO NA EAD

A Educação a Distância (EAD) tem se consolidado como uma modalidade importante para a democratização do acesso ao ensino, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica. Contudo, junto aos avanços, surgem também desafios relacionados à permanência, ao engajamento e à eficácia das estratégias pedagógicas. Um dos caminhos mais promissores para enfrentar tais desafios está na personalização do ensino, a partir do conhecimento aprofundado dos perfis dos alunos. Neste contexto, apresentamos o **Guia de Análise de Perfil de Alunos para EAD**, uma ferramenta prática desenvolvida para auxiliar educadores e gestores na construção de práticas pedagógicas mais responsivas, inclusivas e eficientes.

Este guia está estruturado em sete etapas complementares, que aqui foram chamados de passos e organizados para facilitar a compreensão das características individuais dos estudantes e permitir a adaptação das estratégias educacionais conforme suas reais necessidades. Os passos consideram as dimensões fundamentais como idade, sexo, etnia e renda, com base em evidências empíricas que relacionam essas variáveis ao desempenho, à motivação e à permanência dos alunos em cursos à distância.

Cada passo propõe diretrizes claras, instrumentos de observação e procedimentos chaves que auxiliam na coleta, interpretação e uso pedagógico das informações sobre os estudantes. O objetivo não é rotular os alunos, mas, ao contrário, reconhecer suas singularidades para potencializar suas trajetórias formativas.

Além disso, o guia está fundamentado em pesquisas recentes sobre educação a distância, inclusão e permanência estudantil, reunindo referências que dão suporte teórico e metodológico ao seu uso. Espera-se que este material contribua para a qualificação das práticas educacionais e para a construção de um ambiente virtual de aprendizagem mais justo, acolhedor e eficaz.

Convidamos você, educador, a percorrer esses sete passos com olhar crítico e sensível, comprometido com uma educação que valorize a diversidade e promova o sucesso de todos os estudantes na EAD.

PASSO 1 – O FORMULÁRIO DE MATRÍCULA

A expansão da Educação a Distância (EAD) tem sido acompanhada por desafios relacionados à evasão, à heterogeneidade do público-alvo e à necessidade de políticas educacionais mais personalizadas. Nesse contexto, a criação de um formulário de matrícula que inclua campos específicos para sexo, idade, raça/etnia e renda familiar torna-se uma estratégia fundamental para o planejamento educacional e para a promoção de uma aprendizagem equitativa e eficaz. A coleta dessas informações permite conhecer o perfil do estudante já no ingresso, orientando práticas pedagógicas e de gestão baseadas em evidências e necessidades reais.

A variável sexo, por exemplo, é determinante para compreender como homens e mulheres vivenciam o processo formativo em ambientes virtuais. Estudos como o de Da Silva (2022) destacam que as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, enfrentam desafios particulares, como a conciliação entre estudo, trabalho e cuidado com a família. Ao identificar o sexo dos estudantes na matrícula, as instituições podem adotar estratégias como flexibilização de prazos, políticas de acolhimento e ações de apoio psicológico e pedagógico voltadas à realidade dessas alunas.

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NO CAMPO DE SEXO NOS FORMULÁRIOS INSTITUCIONAIS: SUPERANDO A LÓGICA BINÁRIA

A construção de uma educação inclusiva e democrática começa por ações que, à primeira vista, podem parecer meramente administrativas, mas que carregam profundas implicações sociais e simbólicas. Um exemplo claro é o campo “sexo” nos formulários de matrícula de instituições educacionais, que tradicionalmente se limita às opções “masculino” e “feminino”. Esse modelo binário não contempla a pluralidade de identidades de gênero existentes na sociedade contemporânea, desconsiderando pessoas transgênero, não binárias, agênero, entre outras. A permanência dessa estrutura excludente nos formulários representa não apenas uma limitação técnica, mas uma forma de negar o reconhecimento e a dignidade de parte significativa da comunidade estudantil.

A falta de representatividade nos documentos institucionais pode gerar impactos negativos imediatos e duradouros na vivência escolar dos alunos. Pessoas que não se identificam com o modelo binário sentem-se, desde o início, invisibilizadas pelo sistema. Isso pode

causar sentimentos de exclusão, constrangimento e insegurança, afetando diretamente o vínculo do estudante com a instituição. A evasão escolar, o baixo rendimento e o distanciamento das atividades acadêmicas são, frequentemente, consequências dessa exclusão simbólica e estrutural. Como destacam Sartori (2021), a invisibilização da identidade de gênero em processos formais contribui para o enfraquecimento do pertencimento e para a reprodução da discriminação institucional.

Por outro lado, formular um campo mais inclusivo e respeitoso à diversidade de gênero é uma ação pedagógica e política. Ao incluir opções como “mulher”, “homem”, “não binário”, “prefiro não informar” e “outro (especificar)”, a instituição reconhece e valoriza a multiplicidade de identidades de seus estudantes, sinalizando que todos são bem-vindos e respeitados. Essa mudança não representa apenas um gesto simbólico de acolhimento, mas também possibilita ações concretas de inclusão: criação de políticas específicas, capacitação docente, adaptação de materiais didáticos e estratégias de acompanhamento voltadas às realidades vividas por esses sujeitos.

A ausência de dados sobre diversidade de gênero também prejudica a capacidade das instituições de atuarem de forma planejada e responsiva. Sem visibilidade estatística, não há como mapear demandas específicas, elaborar diagnósticos institucionais ou justificar a implementação de políticas afirmativas. Como afirmam Mendonça (2024), a exclusão da diversidade de gênero dos instrumentos de coleta de dados educacionais perpetua uma lógica de normatividade que oprime e marginaliza identidades não hegemônicas, mantendo a escola como um espaço de reprodução de desigualdades.

Dessa forma, superar a estrutura binária nos formulários institucionais é um passo indispensável para o avanço de uma educação inclusiva, plural e humanizadora. É preciso compreender que reconhecer identidades de gênero diversas vai além de preencher uma lacuna técnica: trata-se de garantir o direito à existência, à voz e à permanência de todos os estudantes, sem exceção. Ao acolher a diversidade desde o momento da matrícula, a instituição fortalece sua missão educativa e reafirma seu papel como agente de transformação social.

A seguir, apresentamos uma sugestão de como estruturar o campo "Sexo/Gênero" em um formulário de matrícula de forma inclusiva e respeitosa à diversidade de identidades de

gênero. Esse modelo visa garantir representatividade, acolhimento e liberdade de autoidentificação, respeitando as diretrizes de direitos humanos e inclusão educacional:

Sugestão de formulário de Matrícula – Campo de Identidade de Gênero

(Marque a opção com a qual você se identifica)

- ☐ Mulher
- ☐ Homem
- ☐ Mulher transgênero
- ☐ Homem transgênero
- ☐ Pessoa não binária
- ☐ Pessoa agênero
- ☐ Prefiro não informar
- ☐ Outro (especificar): _____

Essa sugestão respeita a pluralidade de identidades e evita que estudantes se sintam invisibilizados ou constrangidos ao preencher o formulário. Além disso, ele permite que a instituição colete dados importantes para a formulação de políticas afirmativas, garantindo a permanência, o respeito e o acolhimento de todos os perfis na Educação a Distância.

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DETALHADA DA IDADE NOS FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: SUPERANDO A GENERALIZAÇÃO DOS ADULTOS

A idade também exerce grande influência na forma como os alunos interagem com os ambientes virtuais de aprendizagem. De acordo com Da Silva et al. (2024), estudantes mais jovens tendem a se adaptar mais rapidamente às tecnologias digitais, mas apresentam menor disciplina e autonomia, enquanto estudantes mais velhos podem enfrentar dificuldades técnicas, apesar de apresentarem maior comprometimento. A coleta dessa informação possibilita à instituição planejar tutorias, oficinas tecnológicas e recursos didáticos adaptados às diferentes faixas etárias, respeitando os tempos e ritmos de aprendizagem de cada grupo.

Em contextos educacionais, especialmente na Educação a Distância (EAD), a compreensão do perfil etário dos estudantes é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e personalizadas. Tradicionalmente, a classificação etária é feita de forma ampla, com categorias como “jovens” (até 18 anos), “adultos” (de 18 a 59 anos) e “idosos” (a partir de 60 anos). Embora essa divisão seja frequentemente

utilizada em estudos estatísticos e políticas públicas, ela não dá conta da diversidade e da complexidade das trajetórias e das necessidades dos alunos, especialmente dentro do amplo grupo dos chamados “adultos”.

A categoria “adulto”, por abranger mais de quatro décadas de vida, oculta diferenças significativas entre indivíduos de 20, 30, 40 ou 50 anos, que vivem fases distintas da vida pessoal, profissional e acadêmica. Um estudante de 22 anos, por exemplo, pode estar em fase inicial da carreira, buscando formação rápida e adaptada à tecnologia, enquanto outro, de 55 anos, pode estar em processo de requalificação profissional, com mais dificuldades em lidar com plataformas digitais e maior carga de responsabilidades familiares. Tratá-los da mesma forma, a partir de uma única categoria etária, é uma generalização que compromete a eficácia das estratégias educacionais.

A construção de formulários mais detalhados em relação à idade — por exemplo, com intervalos de 10 em 10 anos (18-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-59) — permite uma análise mais precisa dos perfis dos estudantes e favorece a personalização do ensino. Essa segmentação possibilita que gestores e docentes compreendam melhor as realidades específicas de cada grupo, desenvolvendo ações pedagógicas, tecnológicas e de suporte emocional mais aderentes às suas demandas. Como apontam Gatto et al. (2024), a heterogeneidade do público adulto é uma das maiores riquezas e, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios da EAD, exigindo uma abordagem sensível às múltiplas faixas etárias.

Além disso, uma divisão mais refinada da idade contribui para melhorar a interpretação de dados de evasão, engajamento e desempenho escolar. Estudos mostram que diferentes faixas etárias apresentam distintos padrões de permanência e dificuldades na EAD (Silva et al., 2025). Ignorar essas nuances pode levar à criação de políticas genéricas, que não atingem os públicos mais vulneráveis ou não contemplam os fatores reais que impactam o processo de aprendizagem em cada faixa de idade.

Portanto, ao elaborar ou revisar os formulários institucionais, especialmente aqueles utilizados para matrícula, é fundamental adotar uma abordagem que vá além das divisões tradicionais de faixa etária. Respeitar a diversidade dentro da fase adulta é um passo importante para promover uma educação mais justa, eficaz e acolhedora. A idade deve ser compreendida não apenas como um dado estatístico, mas como um indicador-chave para a construção de experiências educacionais mais significativas e inclusivas.

Abaixo apresentamos uma sugestão de campo "Idade" para formulário de matrícula, que aborda corretamente todas as faixas etárias de adultos e idosos, respeitando a heterogeneidade dentro desses grupos. Essa segmentação permite uma leitura mais precisa dos perfis dos estudantes, especialmente importante em cursos EAD, onde a diversidade etária impacta diretamente nas estratégias pedagógicas.

Sugestão de formulário de Matrícula – Campo: Faixa Etária

Em qual faixa etária você se encontra?
(Marque apenas uma opção)

☐ Menor de 18 anos
☐ 18 a 24 anos
☐ 25 a 34 anos
☐ 35 a 44 anos
☐ 45 a 54 anos
☐ 55 a 59 anos
☐ 60 a 69 anos
☐ 70 anos ou mais

Essa sugestão permite que a instituição respeite e atenda melhor a diversidade geracional dos alunos, oferecendo um ambiente mais inclusivo, principalmente na Educação a Distância.

A IMPORTÂNCIA DE ABORDAR A DIVERSIDADE NO CAMPO DE RAÇA/ETNIA NOS FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: REPRESENTATIVIDADE COMO COMPROMISSO COM A INCLUSÃO

A inclusão do campo raça/etnia no formulário de matrícula é essencial para que as instituições de ensino possam desenvolver ações afirmativas e pedagógicas que contemplem a diversidade cultural e social do seu corpo discente. Fonseca et al. (2024) salienta que alunos negros, indígenas e pertencentes a outros grupos étnico-raciais minorizados relatam maior sensação de invisibilidade, tanto nos conteúdos quanto nas interações online. Com essa informação, é possível criar materiais didáticos inclusivos, estimular a representatividade nos conteúdos e garantir um ambiente virtual mais plural e acolhedor.

Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades históricas e estruturais, o campo de raça/etnia nos formulários institucionais, especialmente em processos de matrícula educacional, não pode ser tratado como uma formalidade ou um dado secundário. A inclusão de categorias étnico-raciais diversas e bem estruturadas é essencial para garantir representatividade, visibilidade e justiça nas políticas educacionais. Quando os formulários não contemplam adequadamente essa diversidade, perpetuam-se invisibilizações que dificultam o reconhecimento de desigualdades e, conseqüentemente, a criação de ações concretas para combatê-las.

A ausência ou limitação de categorias raciais nos formulários resulta em uma sub-representação de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e quilombolas. Essa invisibilidade estatística contribui para a manutenção de um sistema educacional que muitas vezes falha em acolher, apoiar e promover equidade entre seus estudantes. Conforme destacam Dos Santos (2024) e Do Vale (2024), a coleta de dados étnico-raciais é uma ferramenta fundamental para a formulação de políticas afirmativas, e sua omissão reforça o mito da democracia racial, que ignora as desigualdades vividas diariamente por esses grupos.

Além disso, um formulário que reconhece e valoriza a diversidade étnico-racial transmite uma mensagem institucional clara: todas as identidades importam e merecem ser reconhecidas. Isso fortalece o senso de pertencimento e autoestima dos estudantes, promovendo ambientes educacionais mais respeitosos, plurais e acolhedores. A identificação racial não deve ser vista apenas como dado demográfico, mas como um elemento que carrega histórias, lutas e saberes. Quando esse reconhecimento falta, a instituição contribui para o apagamento da identidade cultural de seus estudantes, o que pode afetar sua permanência e desempenho acadêmico.

É também por meio da correta categorização racial que se torna possível identificar e combater o racismo estrutural presente na educação. Ao conhecer o perfil étnico-racial de seus alunos, a instituição pode agir preventivamente contra práticas discriminatórias, garantir o acesso a programas de apoio, bolsas e cotas, além de desenvolver materiais pedagógicos e currículos mais representativos. Sem esses dados, a gestão educacional opera no escuro, reforçando uma neutralidade que, na prática, beneficia grupos historicamente privilegiados e marginaliza os demais.

Portanto, a construção de formulários que abordem de forma ampla e respeitosa a questão da raça/etnia não é apenas um ato técnico, mas um compromisso ético, político e pedagógico com a equidade racial. É preciso garantir que todas as vozes sejam ouvidas, contadas e consideradas. Só assim será possível transformar a educação em um espaço verdadeiramente democrático, onde a diversidade é celebrada, e não ignorada.

Abaixo está uma sugestão completa e atualizado do campo "Raça/Cor/Etnia" para um formulário de matrícula, elaborado de forma inclusiva e respeitosa, com base nas classificações do IBGE, mas ampliado para contemplar identidades étnicas frequentemente ignoradas em registros institucionais. Esse modelo é ideal para instituições educacionais que valorizam a diversidade, o pertencimento e a equidade racial.

Sugestão de formulário de Matrícula – Campo: Raça/Cor/Etnia

Como você se autodeclara em relação à sua
raça/cor/etnia?
(Marque apenas uma opção)

☐ Preta
☐ Parda
☐ Branca
☐ Amarela (ascendência oriental, como japonesa,
chinesa, coreana etc.)
☐ Indígena (povo/etnia: _____)
☐ Quilombola
☐ Cigana (etnia/tradição: _____)
☐ Outro pertencimento étnico (especificar): _____
☐ Não sei responder
☐ Prefiro não informar

Essa sugestão favorece a visibilidade de identidades que costumam ser ignoradas, como as de povos indígenas e comunidades tradicionais, além de possibilitar a autoidentificação em termos mais abertos. Ele é especialmente relevante para contextos de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, bem como na Educação a Distância (EAD), onde a diversidade é marcante.

A IMPORTÂNCIA DA DECLARAÇÃO DE RENDA EM FORMULÁRIOS EDUCACIONAIS: INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA EQUIDADE

A renda familiar, por fim, é um dos indicadores mais diretamente associados à evasão na EAD. Segundo Corrêa (2020), estudantes de baixa renda enfrentam múltiplos obstáculos, como falta de acesso a equipamentos adequados, instabilidade de conexão e necessidade de conciliar trabalho com estudo. A captação dessa informação no ato da matrícula permite que as instituições promovam políticas de inclusão digital, forneçam apoio financeiro ou material e ajustem o desenho curricular à realidade socioeconômica dos estudantes, contribuindo para a permanência e o sucesso acadêmico.

A coleta de informações sobre a renda familiar dos estudantes no momento da matrícula não é apenas uma exigência burocrática; trata-se de uma ferramenta fundamental para o planejamento de ações de permanência, inclusão e justiça social no ambiente educacional. Especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, e ainda mais na modalidade a distância (EAD), compreender o perfil socioeconômico dos discentes é um passo essencial para reduzir desigualdades históricas e promover trajetórias acadêmicas mais equitativas e sustentáveis.

Quando a variável "renda" não é devidamente coletada ou é deixada em aberto nos formulários de matrícula, a instituição perde a oportunidade de identificar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência desses dados compromete a implementação de políticas de assistência estudantil, como bolsas de estudo, auxílios financeiros, acesso à alimentação escolar, pacotes de dados para internet e outras medidas de suporte fundamentais à permanência e ao sucesso acadêmico. Estudos como o de Corrêa (2020) mostram que a renda é um dos fatores mais diretamente associados à evasão, especialmente no ensino técnico e superior a distância.

Além disso, ao negligenciar a coleta dessas informações, a instituição corre o risco de invisibilizar parte de sua população estudantil, reproduzindo desigualdades sociais que muitas vezes se aprofundam na educação. A ausência de dados sobre renda inviabiliza o diagnóstico preciso das condições de vida dos estudantes, dificultando a criação de estratégias pedagógicas e administrativas alinhadas às suas realidades. Isso pode levar à exclusão silenciosa de alunos que, por questões financeiras, acabam desistindo dos estudos sem que a instituição consiga intervir a tempo.

A inclusão do campo de renda em formulários, feita de maneira sensível, com explicações sobre o uso dos dados e garantia de confidencialidade, também fortalece a relação de

confiança entre estudante e instituição. Quando o discente entende que aquela informação não será usada contra ele, mas sim a seu favor — como subsídio para ações de apoio — a tendência é que ele participe com mais honestidade e engajamento do processo educacional. Segundo Pizza; Siquelli (2024), a transparência institucional e a escuta das condições materiais dos alunos são pilares para a construção de uma cultura educacional democrática.

Por fim, declarar a renda é também um ato de visibilidade política e social. Ao reconhecer as desigualdades existentes, a instituição assume sua responsabilidade na luta por uma educação mais inclusiva, acessível e transformadora. O silêncio sobre a renda é conveniente apenas para quem não deseja mudar a estrutura desigual que ainda marca o acesso e a permanência no ensino. Por isso, garantir que esse campo esteja presente, bem estruturado e contextualizado nos formulários de matrícula é um compromisso com a equidade educacional.

Abaixo está uma sugestão de campo “Renda Familiar” para ser incluído em um formulário de matrícula educacional, com opções claras e inclusivas, que respeitam a realidade socioeconômica dos estudantes e permitem a análise adequada de sua situação para fins pedagógicos, estatísticos e de políticas de permanência:

Sugestão de formulário de Matrícula – Campo: Renda Familiar Mensal

Qual é a renda familiar mensal total (soma da renda de todas as pessoas que moram com você)?
(Marque apenas uma opção – valores em salários-mínimos)

- ☐ Até 1/2 salário-mínimo por pessoa
- ☐ De 1/2 até 1 salário-mínimo por pessoa
- ☐ De 1 até 2 salários-mínimos por pessoa
- ☐ De 2 até 3 salários-mínimos por pessoa
- ☐ De 3 até 5 salários-mínimos por pessoa
- ☐ Acima de 5 salários-mínimos por pessoa
- ☐ Não possuo renda familiar fixa
- ☐ Prefiro não responder

Essa sugestão segue as diretrizes recomendadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e pelo Censo da Educação Superior (Brasil, 2018), e pode ser ajustado conforme a política interna da instituição.

Portanto, a criação de um formulário de matrícula que capte dados sobre sexo, idade, raça/etnia e renda não deve ser vista como um procedimento burocrático, mas sim como um instrumento estratégico para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e eficaz. A análise dessas informações possibilita que a instituição compreenda as múltiplas dimensões que atravessam o percurso formativo dos alunos da EAD, promovendo uma atuação pedagógica sensível à diversidade e comprometida com a permanência e o sucesso estudantil.

PASSO 2 - ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

A organização e o tratamento dos dados coletados durante a matrícula dos alunos representam etapas fundamentais para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações que subsidiarão as decisões institucionais. Após a captação dos dados é imprescindível que esses sejam inseridos em uma base estruturada, que pode ser uma planilha eletrônica, um sistema acadêmico integrado ou um banco de dados robusto. Esse cuidado inicial assegura que as informações estejam acessíveis para análises posteriores, ao mesmo tempo em que facilitam a gestão e o monitoramento dos perfis dos estudantes.

Um aspecto essencial nesse processo é a observância rigorosa das normas de segurança da informação e de proteção dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A instituição deve adotar práticas que garantam o sigilo, a integridade e a confidencialidade dos dados dos alunos, protegendo-os contra acessos não autorizados, vazamentos e usos indevidos. Além disso, é necessário assegurar transparência quanto ao uso desses dados, informando claramente aos estudantes os propósitos da coleta e as medidas adotadas para preservá-los.

Outro ponto relevante é a padronização das categorias utilizadas para a análise estatística dos dados. Para que os resultados sejam consistentes e comparáveis, é fundamental que as variáveis sejam organizadas conforme parâmetros previamente definidos, evitando ambiguidades e inconsistências. Por exemplo, as categorias de raça/etnia devem seguir as classificações oficiais atualizadas, e as faixas de renda devem estar alinhadas com os critérios socioeconômicos vigentes. Essa uniformidade possibilita uma análise mais precisa, além de facilitar a elaboração de relatórios e indicadores.

Durante o tratamento dos dados, a equipe responsável deve realizar uma criteriosa verificação para identificar possíveis lacunas, incoerências ou informações incompletas. Dados faltantes, respostas contraditórias ou erros de preenchimento podem comprometer a validade da análise e, conseqüentemente, afetar a qualidade das políticas educacionais que serão implementadas. Quando identificados esses problemas, é importante realizar um processo de revisão e, se possível, entrar em contato com os alunos para esclarecer ou complementar as informações, garantindo assim a integridade da base de dados.

Além disso, a instituição deve estruturar um fluxo contínuo de atualização e manutenção dos dados, permitindo a incorporação de novas informações ao longo do tempo, como mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes ou alterações em seus dados cadastrais. Esse processo dinâmico é fundamental para que as ações institucionais se mantenham alinhadas à realidade dos alunos e possam ser ajustadas conforme as necessidades emergentes.

Por fim, a correta organização e tratamento dos dados não apenas fortalecem a capacidade analítica da instituição, mas também demonstram compromisso com a transparência, a ética e o respeito à diversidade. Esses cuidados garantem que as decisões tomadas a partir dos dados coletados sejam fundamentadas em informações sólidas, promovendo a inclusão, a permanência e o sucesso dos estudantes em seus percursos acadêmicos. Dessa forma, o investimento nessa etapa se traduz em benefícios concretos para toda a comunidade educativa.

PASSO 3 - ANÁLISE DIAGNÓSTICA DOS PERFIS

A análise diagnóstica dos perfis dos estudantes é uma etapa crucial para compreender a composição da comunidade acadêmica e orientar políticas educacionais mais eficazes e inclusivas. Com os dados devidamente organizados, a instituição pode realizar uma investigação detalhada sobre a distribuição dos alunos em diferentes dimensões, como faixa etária, gênero, raça/etnia e faixa de renda. Essa análise quantitativa e qualitativa permite identificar características predominantes, tendências e particularidades que impactam diretamente o processo educativo.

A partir da distribuição por faixa etária, é possível perceber as diferenças nas necessidades pedagógicas e nos ritmos de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo, por exemplo,

as especificidades de jovens, adultos e idosos no ambiente de ensino. A análise por gênero, que deve ultrapassar o binarismo tradicional, ajuda a captar a diversidade de identidades e a necessidade de políticas que promovam a equidade e o respeito às diferenças. Já a segmentação por raça/etnia contribui para evidenciar a presença e as demandas dos grupos étnico-raciais, muitas vezes sub-representados ou marginalizados no ensino.

Além disso, a análise da faixa de renda dos alunos é fundamental para identificar aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo a instituição planejar estratégias de apoio financeiro, social e acadêmico que minimizem desigualdades. A combinação desses dados possibilita a identificação de grupos que enfrentam maior risco de evasão, exclusão ou dificuldades acadêmicas, criando um panorama que orienta intervenções mais focadas e eficazes.

Reconhecer a diversidade cultural, geracional e socioeconômica da comunidade acadêmica é essencial para a construção de um ambiente educativo que valorize as múltiplas trajetórias e experiências dos estudantes. Essa compreensão amplia a visão institucional sobre os desafios enfrentados por diferentes perfis e fortalece a capacidade de ofertar recursos, metodologias e serviços que promovam a inclusão e a permanência.

A etapa da análise diagnóstica não deve ser encarada como um processo pontual, mas como um ciclo contínuo de avaliação que acompanha as mudanças no perfil dos alunos ao longo do tempo. Dessa forma, a instituição consegue se adaptar às novas demandas, corrigir rumos e aprimorar suas políticas e práticas, sempre buscando a equidade e a qualidade do ensino.

Por fim, a análise diagnóstica dos perfis é a base para a construção de um ambiente educacional mais justo e democrático, em que a diversidade é reconhecida como valor e a desigualdade é combatida por meio de ações informadas e eficazes. Ao identificar os grupos mais vulneráveis e as especificidades dos diferentes perfis, a instituição fortalece sua missão de garantir o direito à educação para todos.

PASSO 4 - CRIAÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS

A criação de indicadores educacionais representa uma das etapas mais estratégicas do processo de análise institucional. Esses indicadores transformam dados brutos em

informações significativas, permitindo à instituição compreender com maior profundidade os perfis dos estudantes, acompanhar tendências ao longo do tempo e tomar decisões baseadas em evidências. Após a coleta e organização dos dados de matrícula a geração de indicadores claros e padronizados torna-se essencial para orientar políticas públicas e ações voltadas à equidade, inclusão e permanência estudantil.

Um dos principais indicadores é a renda média por curso, que oferece uma visão detalhada do perfil socioeconômico dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento. Esse dado pode revelar desigualdades econômicas entre os cursos e ajudar a direcionar auxílios financeiros de forma mais eficiente.

Outro indicador relevante é o percentual de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que contribui para o monitoramento da diversidade étnico-racial na instituição. Esse indicador permite avaliar a efetividade de ações afirmativas e políticas de inclusão racial, além de apontar lacunas que ainda persistem na democratização do acesso à educação. Ao identificar a sub-representação desses grupos em determinadas áreas ou modalidades de ensino, torna-se possível desenvolver estratégias específicas de acolhimento, valorização cultural e combate ao racismo estrutural.

A faixa etária predominante é igualmente relevante, especialmente em cursos à distância, onde há uma concentração maior de estudantes adultos. Esse indicador auxilia na adaptação de metodologias pedagógicas e materiais didáticos às necessidades de diferentes faixas etárias, respeitando os ritmos, experiências prévias e desafios vivenciados por cada grupo. Por exemplo, estudantes mais velhos podem demandar estratégias diferenciadas de engajamento, como suporte tecnológico, flexibilidade de prazos ou acolhimento psicopedagógico mais intensivo.

O número de estudantes em situação de vulnerabilidade – indicador que pode ser construído a partir da interseção entre renda, raça/etnia, idade e outros fatores – é talvez o mais abrangente e sensível. Ele permite à instituição identificar grupos com maior risco de evasão ou de baixo desempenho acadêmico e atuar de forma proativa na oferta de suporte integral. A criação de um índice de vulnerabilidade institucional possibilita o acompanhamento contínuo desses estudantes ao longo do percurso formativo, reforçando uma cultura de cuidado, inclusão e permanência.

Esses indicadores, além de subsidiarem a elaboração de relatórios gerenciais e diagnósticos institucionais, são fundamentais para o planejamento de políticas públicas educacionais mais justas. Eles também possibilitam o alinhamento das ações da instituição com diretrizes nacionais de inclusão e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à educação de qualidade (ODS 4) e à redução das desigualdades (ODS 10). Dessa forma, a criação e o monitoramento constante de indicadores educacionais fortalecem o compromisso institucional com a equidade, com a qualidade do ensino e com a transformação social por meio da educação.

PASSO 5 - PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS

O planejamento de ações estratégicas a partir da análise dos dados educacionais é um passo decisivo para transformar informações em políticas concretas de inclusão, permanência e sucesso acadêmico. Os dados coletados no momento da matrícula não devem se restringir à formalidade administrativa, mas servir como insumo essencial para decisões pedagógicas, administrativas e sociais que promovam justiça educacional e equidade. A instituição de ensino, ao interpretar esses dados de forma responsável, ganha ferramentas valiosas para atuar preventivamente na redução da evasão e na melhoria da qualidade do ensino.

Uma das ações mais imediatas e impactantes diz respeito ao oferecimento de auxílios financeiros, como bolsas permanência ou pacotes de dados móveis para acesso à internet. Alunos em situação de vulnerabilidade econômica muitas vezes enfrentam barreiras concretas à continuidade dos estudos, especialmente em cursos ofertados na modalidade a distância. A identificação desses estudantes por meio de indicadores permite uma alocação mais justa e estratégica dos recursos institucionais, contribuindo diretamente para sua permanência.

Outro eixo estratégico é a criação de políticas de acolhimento voltadas a grupos sub-representados, como pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, estudantes com deficiência e idosos. A invisibilização dessas populações pode causar sensação de não pertencimento, aumentando o risco de evasão. Portanto, políticas que considerem a diversidade em sua amplitude, promovam espaços de escuta e criem instâncias de apoio, são fundamentais para fortalecer o vínculo dos estudantes com a instituição.

A adaptação de conteúdos, metodologias e linguagem de acordo com a faixa etária dos alunos também se mostra uma ação pedagógica necessária. A heterogeneidade de idades, especialmente comum em cursos técnicos e na EAD, exige uma abordagem que considere diferentes repertórios culturais, experiências de vida e níveis de familiaridade com as tecnologias educacionais. Materiais mais acessíveis, linguagem clara, flexibilidade de prazos e metodologias ativas são exemplos de estratégias que podem ser adotadas para garantir maior engajamento.

Além disso, os dados devem embasar a oferta de atendimentos específicos que dialoguem com as necessidades identificadas, como apoio psicossocial, orientação pedagógica, suporte jurídico e mediação de conflitos. Esses serviços funcionam como redes de proteção importantes para alunos que enfrentam situações de vulnerabilidade, contribuindo para o equilíbrio emocional e a permanência com qualidade no ambiente educacional. A personalização do atendimento, com base em perfis previamente mapeados, amplia a eficácia das intervenções institucionais.

Por fim, o uso estratégico dos dados permite que a instituição assuma uma postura proativa e baseada em evidências, articulando suas ações aos princípios da equidade e da educação como direito social. O planejamento fundamentado em indicadores reais fortalece o compromisso da instituição com a democratização do acesso e da permanência, promovendo uma formação mais justa, significativa e transformadora para todos os estudantes.

PASSO 6 - FEEDBACK INSTITUCIONAL E ACOMPANHAMENTO

A etapa de feedback institucional e acompanhamento é essencial para consolidar uma cultura educacional baseada na escuta ativa, na transparência e na corresponsabilidade entre instituição e estudantes. Após a coleta e análise dos dados sociodemográficos, é fundamental que os discentes compreendam que suas informações foram valorizadas e utilizadas de maneira ética, com o objetivo de promover melhorias reais em sua trajetória educacional. Nesse sentido, a devolutiva institucional não deve ser apenas informativa, mas também formativa e participativa, reforçando os laços de confiança com a comunidade acadêmica.

Compartilhar com clareza os objetivos da coleta e do uso dos dados é o primeiro passo para garantir transparência e respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A instituição deve comunicar aos estudantes, por meio de canais oficiais (e-mail, reuniões, murais virtuais), que os dados foram utilizados para a construção de indicadores educacionais e planejamento de políticas de permanência, inclusão e suporte. Quando os alunos percebem que suas informações contribuíram para decisões relevantes, eles se sentem reconhecidos como parte ativa do processo educacional.

O acompanhamento contínuo desses dados, por meio de atualizações semestrais ou anuais, permite que a instituição monitore transformações no perfil discente, identifique novas demandas e avalie a efetividade das políticas implementadas. Essa atualização constante garante que os indicadores educacionais reflitam a realidade mais recente, o que é fundamental para intervenções eficazes e tempestivas. Além disso, manter essa prática demonstra um compromisso institucional duradouro com a melhoria contínua.

Outra prática importante é a formação de grupos de acompanhamento, como comissões ou núcleos de permanência estudantil. Esses grupos, formados por representantes de diferentes setores (coordenação pedagógica, assistência estudantil, corpo docente e discentes), devem utilizar os dados coletados para propor, monitorar e avaliar ações específicas de suporte aos alunos. A atuação colegiada favorece a construção de soluções mais próximas da realidade dos estudantes, incentivando o protagonismo estudantil e a construção coletiva de um ambiente educacional mais justo.

O feedback institucional deve, ainda, estar articulado com uma política de comunicação inclusiva, que considere diferentes faixas etárias, níveis de letramento digital e perfis sociais. A linguagem acessível, a disponibilização dos dados em formatos gráficos e a criação de espaços de diálogo (como rodas de conversa ou fóruns online) são formas de ampliar o alcance da informação e garantir que todos os estudantes compreendam seu papel e os impactos da sua participação.

Por fim, é importante lembrar que o retorno das informações não encerra o processo, mas inaugura um ciclo de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento contínuos. O compromisso com o feedback fortalece a identidade institucional, valoriza a diversidade e contribui para a construção de uma comunidade educativa democrática e responsiva. Ao reconhecer e integrar os estudantes como sujeitos ativos da gestão educacional, a

instituição fortalece seu papel social e amplia as condições para uma educação pública de qualidade e com equidade.

PASSO 7 - REVISÃO E MELHORIA CONTÍNUA

A etapa de Revisão e Melhoria Contínua representa o fechamento e, ao mesmo tempo, o reinício de um ciclo de planejamento e gestão educacional fundamentado em dados. Após a coleta, organização, análise e uso estratégico das informações sociodemográficas dos estudantes, é necessário refletir criticamente sobre os processos realizados, identificar o que funcionou bem, o que pode ser aperfeiçoado e como esses aprendizados podem ser incorporados de forma permanente na cultura institucional. Essa etapa é essencial para garantir a efetividade das ações e o aprimoramento das políticas de inclusão e permanência estudantil.

Um dos primeiros aspectos a serem revisados é o formulário de matrícula. Com base na análise dos dados obtidos e nas dificuldades encontradas durante a interpretação ou tratamento das informações, é possível aprimorar a clareza das perguntas, ampliar as opções de resposta (especialmente nos campos de sexo/gênero, faixa etária, raça/etnia e renda) e garantir maior sensibilidade às diversidades. Por exemplo, incluir categorias não-binárias, faixas etárias mais refinadas ou múltiplas formas de declaração de renda contribui para uma coleta mais inclusiva e representativa.

Além disso, a instituição deve reavaliar seus protocolos de inclusão, à luz dos dados e dos indicadores educacionais construídos. Os dados devem orientar a reformulação de critérios para concessão de auxílios, ações afirmativas, apoio psicossocial e práticas pedagógicas mais equitativas. Se os indicadores apontam, por exemplo, uma alta evasão entre estudantes negros ou de baixa renda, é necessário rever as estratégias adotadas para garantir que sejam realmente eficazes na promoção da permanência e do sucesso acadêmico.

Outro ponto fundamental é avaliar os impactos das ações tomadas com base nos dados. Para isso, a instituição pode acompanhar, ao longo dos semestres, a evolução dos indicadores (como evasão, trancamento, desempenho acadêmico) e compará-los com os perfis dos estudantes atendidos. A correlação entre políticas implementadas e mudanças observadas no comportamento estudantil é uma das formas mais eficazes de mensurar os

efeitos das intervenções, além de subsidiar novas tomadas de decisão fundamentadas em evidências.

A revisão contínua também deve incluir a capacitação das equipes pedagógicas, administrativas e técnicas envolvidas no uso dos dados. Promover formações periódicas sobre leitura de indicadores, análise crítica de dados educacionais e práticas de inclusão fortalece o compromisso institucional com a justiça educacional e melhora a qualidade das decisões tomadas em todos os níveis. O processo de revisão não é apenas técnico, mas também ético e político, pois envolve reconhecer falhas, ouvir os sujeitos impactados e estar disposto a mudar.

Por fim, o compromisso com a melhoria contínua exige a institucionalização de uma cultura de monitoramento e escuta ativa. Isso significa transformar o uso dos dados em uma prática constante, e não episódica, e garantir espaços permanentes de diálogo com os estudantes e servidores. A educação pública de qualidade demanda não apenas acesso, mas também permanência, escuta e transformação — e isso só é possível quando os dados são tratados como aliados da equidade e do bem comum. A revisão e aprimoramento dos processos, portanto, são mais do que uma etapa final: são a base para um novo começo mais consciente, mais justo e mais eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste guia, foi possível percorrer de forma sistemática todas as etapas de um processo essencial para a promoção da equidade e da permanência estudantil na Educação a Distância (EAD): a análise de perfis socioeconômicos e demográficos dos estudantes, a partir da captação de dados no momento da matrícula. Esse processo, que teve início com a criação e aplicação de um formulário sensível à diversidade — contemplando sexo, identidade de gênero, idade, raça/etnia e renda — revelou-se como um instrumento estratégico para o planejamento de ações mais justas, eficazes e contextualizadas no âmbito educacional.

A partir da coleta de dados, foram desenvolvidas etapas fundamentais de organização e tratamento das informações, respeitando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a padronização dos registros e a identificação de inconsistências. Esta etapa, muitas vezes subestimada, mostrou-se essencial para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados que serviriam de base para análises mais profundas. A estruturação de uma base de dados coerente, segura e acessível é o alicerce para a construção de uma gestão educacional baseada em evidências.

Com os dados organizados, a criação de indicadores educacionais possibilitou transformar números em significados. Indicadores como renda média por curso, percentual de estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, faixa etária predominante por modalidade e número de estudantes em situação de vulnerabilidade permitiram a leitura qualificada da realidade institucional. Essa etapa evidenciou que conhecer o perfil discente é essencial para compreender os desafios que impactam o acesso, a permanência e o êxito dos alunos, especialmente em cursos na modalidade EAD, onde há uma diversidade expressiva de sujeitos.

A partir dos indicadores, ações concretas puderam ser planejadas e implementadas: políticas de assistência estudantil mais justas, estratégias pedagógicas ajustadas aos diferentes perfis etários e sociais, ampliação dos espaços de escuta e acolhimento, além de campanhas de valorização da diversidade. O uso estratégico dos dados contribuiu para que a instituição pudesse sair do campo das suposições e atuar com precisão, atendendo às reais necessidades dos seus estudantes.

Na sequência, destacaram-se as etapas de devolutiva institucional, acompanhamento contínuo e revisão dos processos. Esses momentos garantiram que o ciclo de análise não se encerrasse em si mesmo, mas se transformasse em um movimento permanente de aprimoramento. A escuta ativa da comunidade acadêmica, a revisão do formulário de matrícula, a atualização constante dos dados e a capacitação das equipes envolvidas contribuíram para institucionalizar uma cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua.

Em síntese, este guia demonstrou que a análise de dados socioeducacionais vai muito além da burocracia: trata-se de um compromisso ético e político com a educação pública de qualidade, inclusiva e transformadora. Ao compreender a complexidade dos sujeitos que compõem a comunidade estudantil e agir de forma propositiva, a instituição de ensino fortalece seu papel social e contribui significativamente para a redução das desigualdades educacionais no Brasil. Assim, reafirma-se a importância de transformar dados em ação, e informação em cuidado, para que a permanência estudantil seja, de fato, um direito assegurado e não apenas uma possibilidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ernandes Soares Araújo; DE OLIVEIRA OLIVEIRA, Gerlan Almeida; FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva França-Carvalho. O Perfil Socioeconômico, Formativo e Profissional de Estudantes do Ensino Superior da Educação à Distância: desafios e possibilidades. Cadernos Cajuína, v. 9, n. 5, p. e249537-e249537, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: diretrizes e estratégias. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2018.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Estabelece diretrizes para o respeito à identidade de gênero nas instituições de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.

CORRÊA, Maria José Quaresma Portela. Evasão escolar na Educação a Distância: um estudo de caso da Universidade Aberta do Brasil em um polo de um Município do Maranhão. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal).

DA SILVA, Adna Sarah Maia et al. A Visão Da Sociedade Com Relação À Formação Do Aluno Na Educação Superior A Distância Brasileira. Challenges 2024: Espaços e Caminhos OnLife.

DA SILVA, Júlio Cesar et al. Desafios da retenção acadêmica na Educação a Distância: identificação e análise de Fatores Críticos de Sucesso. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, p. e531111234078-e531111234078, 2022.

DE ANDRADE FILHO, Marcos Antonio Soares et al. Aprendizagem autodirigida e design instrucional: caminhos e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 7, p. 92-107, 2024.

DO VALE, Mauricio Soares. EQUIDADE RACIAL E AÇÃO AFIRMATIVA: A IMPLEMENTAÇÃO DA HETEROIDENTIFICAÇÃO NOS PROCESSOS SELETIVOS DISCENTE DO IFES. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. 2024.

DOS SANTOS, Jamila Péterle. Escola E Relações Raciais: Desafios E Estratégias Para A Promoção Da Igualdade. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, v. 6, 2024.

FONSECA, Juliana Noronha et al. A ambivalência do ambiente virtual, espaço para educar ou discriminar? Research, Society and Development, v. 13, n. 4, p. e2313445461-e2313445461, 2024.

GATTO, Marilaine Dalberto Alves et al. Educação a distância capilaridade e inclusão das minorias. Revista Tópicos, v. 2, n. 14, p. 1-17, 2024.

MENDONÇA, Michelle Mariano. A (in) visibilidade do corpo queer: identidades trans e as questões de gênero que emergem na escola. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PIZZA, Samira Nathalia; SIQUELLI, Sônia Aparecida. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o debate sobre sua consolidação jurídica. Revista Ensaio Pioneiros, v. 8, n. 1, 2024.

SARTORI, Thiago Luiz. Políticas Públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo, v. 3, n. 3, p. e335484-e335484, 2021.

SILVA, Leticia Kelly Costa et al. Relato de Experiência: reflexão sobre a importância dos feedbacks online no contexto dos Cursos EAD. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 3, p. e7792-e7792, 2025.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Campus
Ceres